

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Economia

INTEGRAÇÃO E DINÂMICA REGIONAL: O DESENVOLVIMENTO RECENTE DA
REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (1980-2000)

Joelson Gonçalves de Carvalho

Campinas, 2004

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Economia

**INTEGRAÇÃO E DINÂMICA REGIONAL: O DESENVOLVIMENTO RECENTE DA
REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (1980-2000)**

Joelson Gonçalves de Carvalho

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Antônio Brandão, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente.

Campinas, 2004

a Carlos Brandão, porque um simples agradecimento seria muito pouco para um amigo que fez tanto.

à Maria, que com certeza não tem a dimensão da ajuda que me deu.

Agradecimentos

Devo muito a muitas pessoas. Ainda bem que não é dinheiro, mas não poderia economizar nos agradecimentos. Aos amigos de militância social e estudantil que, direta ou indiretamente, contribuíram para minha formação. Isso me ajudou a me indignar com injustiças e lutar por algo melhor, sempre.

Aos meus professores pelas boas aulas e aos meus professores pelas aulas não tão boas assim. Isso me ensinou e me estimulou a querer ser um professor. Agradeço de modo especial a Heládio José de Campos Leme pela amizade, força e coragem de acreditar que eu poderia dar conta.

A Wilson Cano, pelas melhores aulas que tive na vida. Sem sua ajuda e estímulo essa dissertação não seria possível.

Aos amigos que deixei em Uberlândia, especialmente a Marcelo, Sebastião e Leonardo e aos GRANDES AMIGOS que fiz em Campinas que, se no texto ficam impessoais, é pelo medo de cometer injustiças.

À minha família, por literalmente tudo. Especialmente pelos ensinamentos que não foram ditos, apenas sentidos.

À minha companheira Leandra, companheira em todos os sentidos. Minha eterna gratidão e o meu mais sincero amor.

Sumário

Introdução	01
Capítulo 1 – Evolução econômica da Região Administrativa de São José do Rio Preto até o Final dos anos 70 : breve recuperação histórica	09
1.1 Da formação do “Oeste Pioneiro” à Crise do Café	09
1.2 O Período de 1930/55: a articulação comercial	15
1.3 O Período Pós-1956: integração produtiva	18
1.4 O Papel da Agricultura	25
1.5 Evolução Populacional e Consolidação das Funções Urbanas	32
Capítulo 2 – São José do Rio Preto: movimento da economia regional nas duas últimas décadas	39
2.1 Considerações sobre o movimento econômico regional paulista	39
2.2 A agricultura e a agroindústria: uma visão regionalizada	47
2.3 O desempenho sócio-econômico da RA de São José nos anos 90	58
2.3.1 Divisão intra-regional da indústria.....	63
Capítulo 3 - Dinâmica Urbana e Evolução Demográfica na RA de São José do Rio Preto	73
3.1 Aspectos demográficos e urbanos	73
3.2 Estrutura urbana de São José do Rio Preto	81
3.2.1 Infra-estrutura Urbana	82
3.3 Minidistritos Industriais: estratégia pública de intervenção	83
3.4 Finanças Públicas Municipais: observações sobre o caso rio-pretense	86
Considerações Finais.....	97
Bibliografia.....	101
Anexos.....	105

Resumo

O trabalho busca contribuir com a discussão das principais transformações econômicas ocorridas na estrutura e na dinâmica regional paulista, focando uma área específica do Estado de São Paulo, a Região Administrativa de São José do Rio Preto. É analisado o desenvolvimento recente dessa região, sua dinâmica e suas formas de integração na economia paulista, em especial nas duas últimas décadas.

Procurou-se organizar um conjunto de informações que possibilitasse a análise dos traços mais gerais do processo de desenvolvimento econômico ocorrido na Região no período mais recente. Acrescenta-se a esse objetivo, outro que é o de observar os impactos das transformações pelas quais passou a região na estrutura urbana da cidade de São José do Rio Preto.

Uma pergunta básica norteou todo o trabalho: estaria a Região Administrativa de Rio Preto assumindo um novo papel na divisão inter e intra-regional do trabalho ou apenas ratificando e aprofundando seu papel histórico, ainda hoje exercido por ela, a saber: o de importante fornecedor de produtos primários ou semi-elaborados para a indústria paulista, ao lado de importante centro comercial.

Introdução

Esse trabalho busca contribuir com a discussão da dinâmica regional paulista, focando uma área específica do Estado de São Paulo, a Região Administrativa de São José do Rio Preto. O que se analisa é o desenvolvimento recente dessa região, sua dinâmica e suas formas de integração na economia paulista, em especial nas duas últimas décadas.

Neste contexto, procurou-se organizar um conjunto de informações que possibilitasse a análise dos traços mais gerais do processo de desenvolvimento econômico ocorrido na Região no período mais recente. Acrescenta-se a esse objetivo, outro que é o de observar os impactos das transformações pelas quais passou a região na estrutura urbana da cidade de São José do Rio Preto.

Uma pergunta básica norteou todo o trabalho: estaria a Região Administrativa de Rio Preto assumindo um novo papel na divisão inter e intra-regional do trabalho ou apenas ratificando e aprofundando seu papel histórico, ainda hoje exercido por ela, a saber: o de importante fornecedor de produtos primários ou semi-elaborados para a indústria paulista, ainda bastante concentrada em sua geografia?

Sabemos que tanto os anos 80 como os anos 90 são marcados por diversas especificidades que impactaram fortemente nas estruturas regionais brasileiras. Verificar quais alterações ocorreram na divisão inter e intra-regional do trabalho na RA de São José do Rio Preto torna-se o desafio maior desse trabalho.

Trazer à tona as “homogeneidades” e heterogeneidades intra-regionais presentes na região e apresentar a evolução urbana da cidade-sede da RA são, portanto, resultantes desta dissertação.

Metodologicamente esse trabalho buscou apresentar uma gama de possibilidades interpretativas que fosse além da análise dos dados secundários unicamente.

Entendendo economia como uma ciência historicamente determinada, expressa nas relações sociais de produção, relações essas que, por sua vez,

consistem no produto da ação recíproca dos homens, a *paisagem* encontrada é um retrato do movimento econômico.

Neste sentido, esse trabalho contou com visitas a diversas cidades da região estudada. Essa visualização e “apreensão empírica” do objeto de estudo foi fundamental para as análises dos dados secundários.

Em se tratando de um estudo que coloca ênfase na estrutura e na dinâmica da economia regional, entender a “paisagem”, ou melhor, o espaço socialmente construído, não é possível sem o entendimento de que ela é fruto das relações sociais estabelecidas em momentos anteriores. Sendo assim, foi feito um resgate histórico da economia da região, a fim de buscar apreender as determinações materiais da situação atual encontrada.

Para a atividade agrícola, pela fragilidade dos dados secundários encontrados e sua importância na região, buscou-se, através de entrevistas, traçar um perfil mais concreto dessa atividade na atual dinâmica regional.

Isso foi possível graças à participação do autor em uma pesquisa encomendada pelo MEC à Fundação SEADE que, em parceria com o Instituto de Economia Agrícola, buscou elaborar um estudo de mercado de trabalho como subsídio para a reforma na educação profissional no Estado de São Paulo. Os agentes entrevistados, não só na região de Rio Preto, mas em todo o estado, contribuíram para as análises feitas nesse trabalho sobre as atividades agropecuárias, não só regionais como estaduais. Dentre os agentes entrevistados, pessoas físicas ou jurídicas, empresários, agricultores, políticos, representantes de classe, presidentes de associações, entre outros, uma semelhança em comum: sua comprovada inserção econômica na região sob análise.

A crise pela qual passou a economia nacional nos anos 80 é sentida, mesmo que de modo diferenciado, por todas as regiões do país, arrefecendo o ímpeto da atividade econômica nacional, contudo no início dos anos 90 alteram-se importantes variáveis macroeconômicas como os juros e o câmbio, por exemplo. Inicia-se um novo marco na economia nacional, caracterizado pela abertura comercial e financeira, pelo Plano Real e, entre outros, pelo acirramento da competição entre municípios na busca de atrair novos investimentos vis-à-vis o

engessamento dos gastos públicos com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse contexto, um ponto central desse trabalho é ter os acontecimentos dos anos 90 e início da atual década como pano de fundo e variável explicativa de acontecimentos econômicos no âmbito da dinâmica e integração regional.

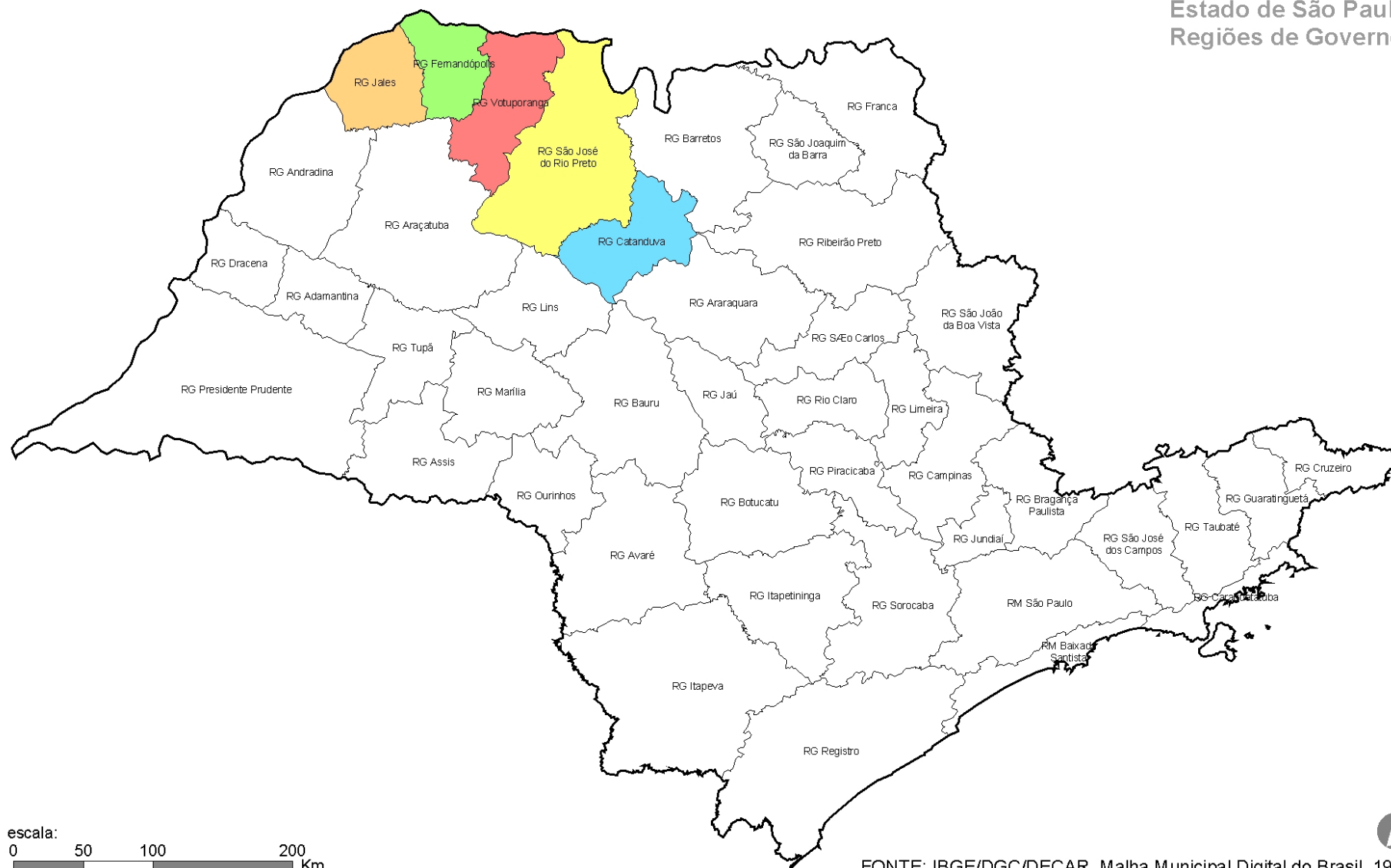
O estudo encontra-se dividido em três capítulos. No primeiro, além da apresentação da região de estudo, será abordada uma breve recuperação histórica da região até o final da década de 70, resgatando o processo de formação da região e de sua principal cidade, no contexto da expansão do capitalismo paulista.

No segundo capítulo serão tratadas as alterações, ocorridas nas duas últimas décadas, na economia da região de Rio Preto. Tendo como base a estrutura produtiva e suas relações intersetoriais, será discutido mais detalhadamente o papel das atividades agrícolas e industriais, sob a ótica da categoria-síntese dos estudos regionais, isto é, a divisão intra-regional do trabalho.

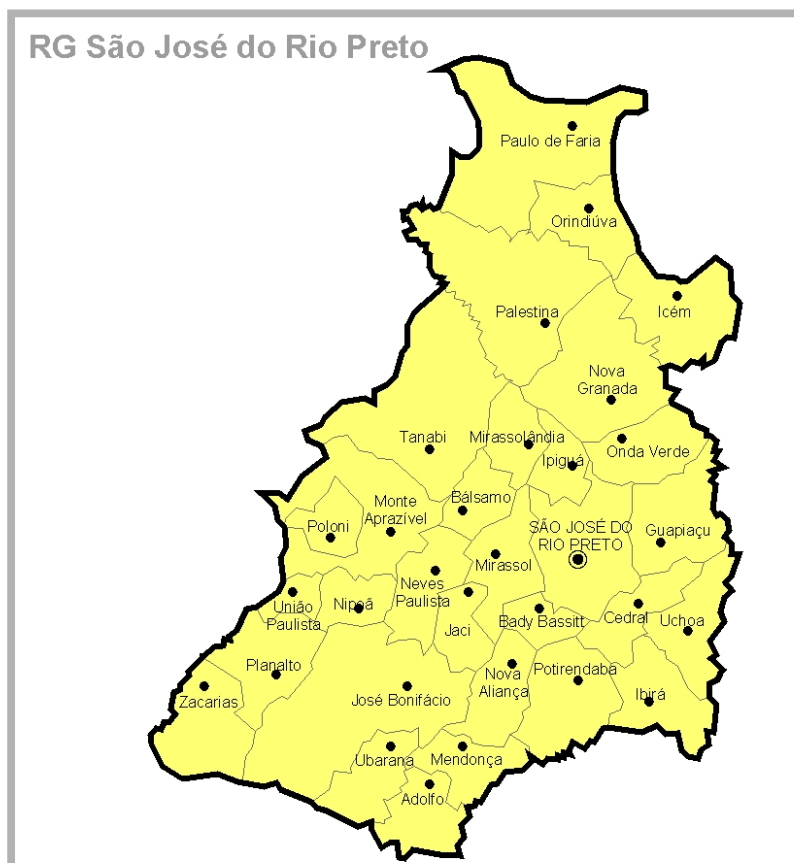
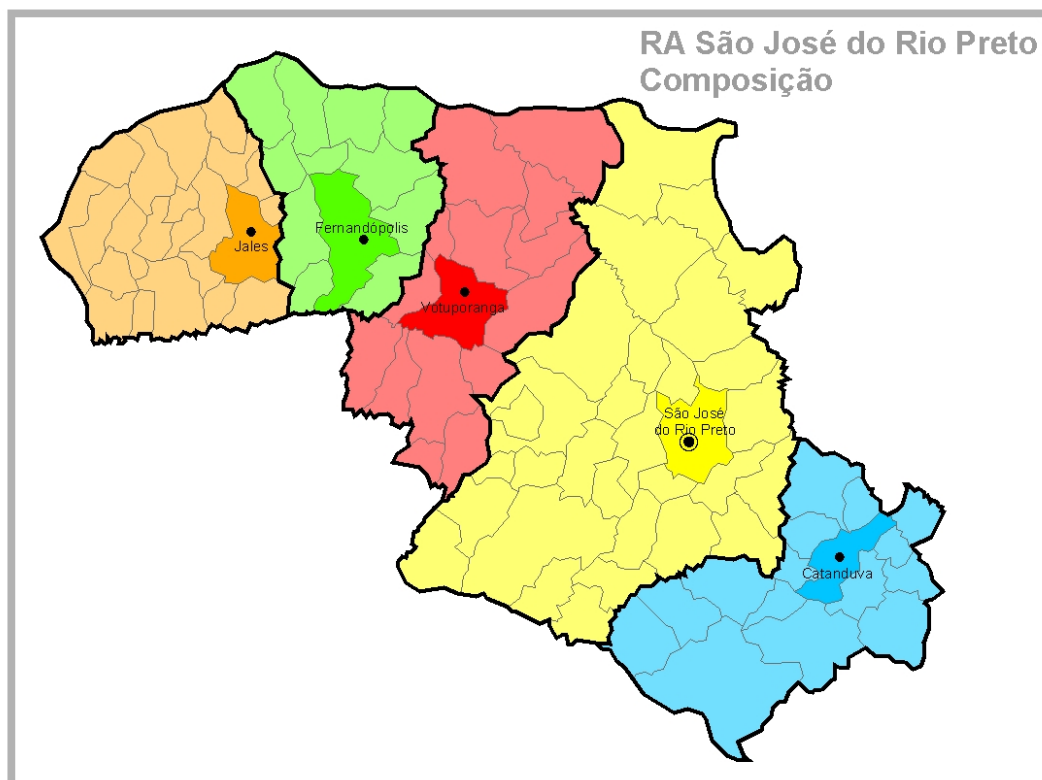
No terceiro capítulo, são discutidos os rebatimentos urbanos do desenvolvimento econômico regional na cidade-sede, buscando identificar sua evolução físico-territorial e de ocupação e uso do solo, assim como os impactos sobre o fluxo migratório. Também busca-se destacar alguns traços fundamentais que dão à cidade uma dinâmica específica, tais como as políticas de desenvolvimento local, com base nos minidistritos industriais e a situação das finanças públicas municipais, como ponto importante na discussão das demandas sociais vis-à-vis sua capacidade de atendimento por parte do poder público

Região Administrativa de São José do Rio Preto

Estado de São Paulo
Regiões de Governo



Região Administrativa de São José do Rio Preto

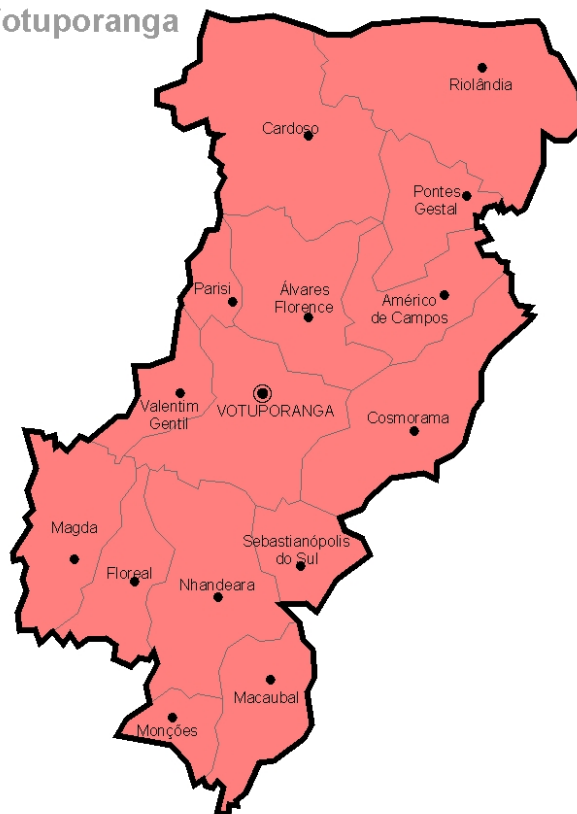


Região Administrativa de São José do Rio Preto

RG Catanduva

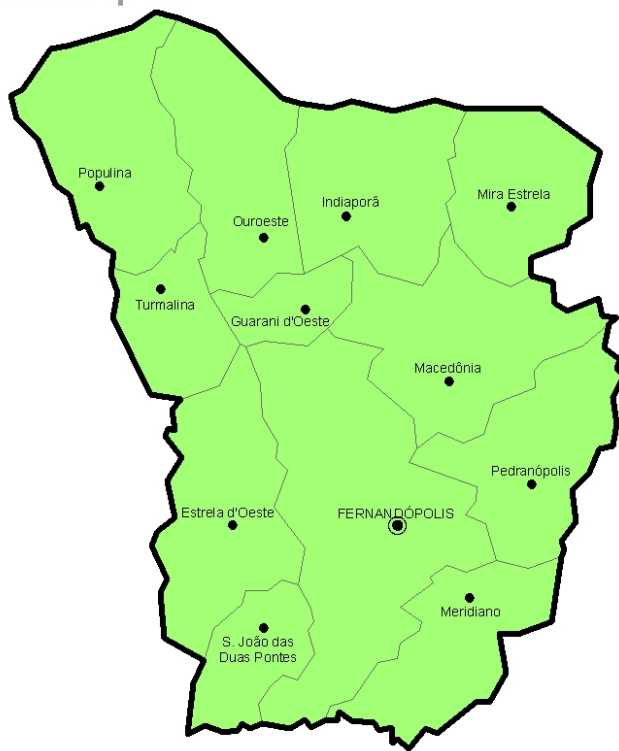


RG Votuporanga

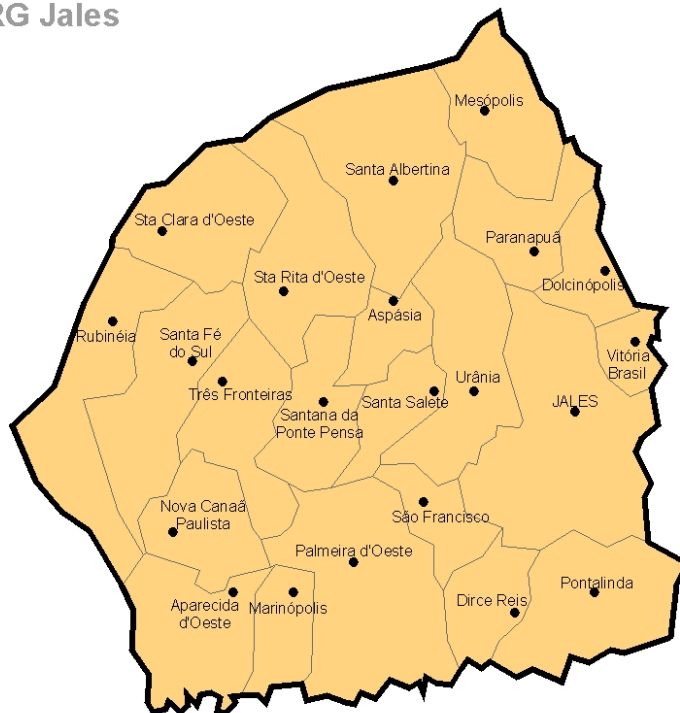


Região Administrativa de São José do Rio Preto

RG Fernandópolis



RG Jales



Capítulo 1 – Evolução Econômica da Região Administrativa de São José do Rio Preto até 1970: Breve Recuperação Histórica

Muito da formação e da evolução do processo de desenvolvimento da Região Administrativa de São José do Rio Preto já foi exposto em estudos anteriores, em especial no trabalho *A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)*, sob coordenação do Professor Wilson Cano, e no estudo de Luiz Antônio Teixeira Vasconcelos sobre as RA's de Rio Preto e Araçatuba¹. Sendo assim, nos cabe fazer uma breve caracterização histórica, a fim de reter os traços principais da formação econômica desta região e das características de sua inserção mercantil preliminar na dinâmica da economia paulista.

1.1 Da formação do “oeste pioneiro” à crise do café

A incorporação das terras mais à oeste do estado² à dinâmica econômica paulista está intimamente ligada à expansão da cultura do café. Dentre os fatores mais importantes para a expansão cafeeira e da incorporação dessa região à dinâmica econômica paulista, podemos destacar a grande disponibilidade de terras pouco exploradas e o tipo de solo, com inclinações suaves e alta fertilidade.

Com o declínio da atividade cafeeira no Vale do Paraíba, em meados do século XIX, os produtores de café começaram a buscar novas terras mais a oeste do estado. O café começou a ser plantado na região a partir de 1884, efetivando deste modo, um povoamento mais consolidado.

O município de São José do Rio Preto tem sua origem em 1852, ano de fundação da Vila de São José do Rio Preto que, por sua localização geográfica, desde cedo começou a desempenhar o importante papel de entreposto comercial.

¹ Vasconcelos, L.A.T. Desenvolvimento Econômico e Urbanização nas Regiões Administrativas de São José do Rio Preto e Araçatuba. Campinas, 1992. Dissertação de Mestrado.

² Até 1960, a Região Administrativa de São José do Rio Preto, junto com as RA's de Araçatuba, Presidente Prudente e Marília formavam a então conhecida Região do “Oeste Pioneiro”.

Desde sua fundação constituiu-se em ponto de passagem estratégica para as comunicações através do sertão, servindo de pousada para tropeiros e facilitando o acesso aos mercados de Ribeirão Preto e Araraquara (Bruno, 1966).

O caráter desbravador da colonização dessa área acarretou toda uma intensificação da agricultura que, por sua vez, trouxe rápidas implicações para a região. Aumentou o contingente populacional, tanto no campo como na cidade e acarretou o aumento dos núcleos urbanos. Em 1894, Rio Preto foi elevado à categoria de Município e, no mesmo ano, funda-se a Vila de Catanduva.

De forma mais geral, à medida que ocorria a incorporação dessas vastas (e novas) extensões de terras, processava-se o nascimento e a emergência de núcleos urbanos com capacidade para realização de atividades comerciais, estabelecendo, portanto, uma hierarquia das cidades paulistas. Cabe destaque Jaú (1858), Ribeirão Preto (1870), Barretos (1874), São José do Rio Preto (1879) e Bauru (1880), entre outras.

Com a imigração, principalmente a partir de 1880, essas cidades foram se consolidando enquanto centros comerciais e de consumo, dado o entrelaçamento de atividades agrícolas, comerciais, bancárias, de transporte (ferroviários) e outros serviços. Os primeiros migrantes vieram de Minas Gerais, estado em decadência por conta da crise do ciclo do ouro, trazendo consigo, principalmente, a atividade pecuária.

Posteriormente à ocupação feita por mineiros e baianos que se ocuparam das derrubadas de matas e abertura de áreas para exploração, a região conheceu outro forte processo migratório: os migrantes estrangeiros, notadamente os italianos, espanhóis, árabes, japoneses, sírios, armênios e libaneses que, possuindo menos recursos financeiros, se adaptaram às profissões que a região demandava³.

A região de Rio Preto consolida-se enquanto região mais dinâmica do então “Oeste Pioneiro” e seu município-sede enquanto “Capital da Alta Araraquarense”. Em grande parte, isso se deve à incorporação de novas terras à produção, além

³ A esse respeito, ver: *Diário da Região: Suplemento Especial*, de 19 de março de 1995.

de sua cidade-sede ir se constituindo enquanto “ponta de linha” da Estrada de Ferro Araraquara.

Fundada em 1896, a Estrada de Ferro Araraquara (EFA), chega em Rio Preto com sua linha-tronco em 1912, mas por problemas financeiros, fica estacionada aí até 1933.⁴ Quanto às cidades que surgiram acompanhando a estrada de ferro pode-se dizer que, a partir destas, consolidou-se uma divisão inter-regional do trabalho, uma rede urbana mais densa e com relações sócio-econômicas mais consolidadas. Originou-se uma hierarquia entre essas cidades, capitaneadas no interior por Campinas e Ribeirão Preto e que, mais a oeste, teria em São José do Rio Preto um epicentro regional de segunda grandeza.

A chegada da ferrovia em Catanduva em 1910 e em Rio Preto em 1912 é de extrema importância para o desenvolvimento da região. Após a chegada da ferrovia, muitos povoados aumentaram consideravelmente sua importância e puderam elevar-se à condição de município, para citar alguns exemplos: Catanduva (1917), Ibirá (1921), Tanabi (1924), Monte Aprazível (1924), Mirassol (1924), Uchoa (1925), Potirendaba (1925), Nova Granada (1925), José Bonifácio (1926) e Cedral (1929).

Mesmo na qualidade de região recém aberta e com uma economia voltada para pequenas unidades produtivas e de pessoas com baixa riqueza material, inseridas em uma agricultura pouco moderna, as três primeiras décadas do século XX não deixaram de ser de mudanças para toda região. Verifica-se um aumento populacional que, em 1920, sai de um patamar de 282 mil habitantes, para mais de 1 milhão em 1934 (Tartaglia e Oliveira, 1988).

Para compreender a formação, o desenvolvimento e a urbanização, não somente da Região Administrativa de São José do Rio Preto, como de todo o estado, é necessário ater-se, antes, à historicidade das relações sócio-econômicas estabelecidas entres os primeiros núcleos urbanos e entre esses e o campo. Apesar de parecer óbvio, essa afirmação não é de todo trivial. A

⁴ A EFA “acabou sendo desapropriada pelo governo do estado em 1919 e somente nos anos 30 foi que estendeu sua linha novamente, mas seguindo um outro traçado: fazendo a ligação entre Rio Preto e Porto Taboado (atual Porto Presidente Vargas) – reproduzindo a velha rota do gado – , ligação esta que se completou somente em 1952”. (Gonçalves, 1998: 143).

contribuição de Cano (1998a) esclarece que, ao contrário das demais regiões brasileiras, no Estado de São Paulo, nem mesmo a crise do café (principal *commodity*) implicou em atrasos no desenvolvimento capitalista mais amplo.

A forma como o sistema, denominado por Cano como “complexo cafeeiro”, organizou-se política e economicamente⁵, propiciou tanto a garantia de alta lucratividade quanto a sua própria superação, dirigindo-se para um modelo mais capitalista no campo, no qual o Departamento de Bens de Produção (D1), mesmo que ainda não desse a tônica do desenvolvimento, ganhou expressiva importância.

Grosso modo, esse complexo cafeeiro apresentava além da sua atividade principal – o café – uma gama de outras atividades a ela relacionada. Cabe, como exemplo, a agricultura tradicional, produtora de alimentos e matérias-primas, a incipiente atividade industrial, em especial a do beneficiamento, a implantação e o desenvolvimento do sistema ferroviário, as atividades de comércio, com destaque às atividades ligadas a importações e exportações e todo um conjunto de infra-estruturas como ferrovias, portos, armazéns, transportes urbanos, comunicações. Cabe destaque ainda as atividades ligadas à participação governamental na economia local, principalmente via gasto público (Cano, 1988a).

As necessidades comerciais e financeiras para a comercialização e expansão das atividades agrícolas, a necessidade crescente de novos meios de transporte, com o deslocamento da produção do café para o Oeste, bem como as necessidades de novas máquinas, equipamentos, insumos, entre outros, fizeram com que se extrapolassem, para além das fazendas de café, as atividades complementares como bancos, estradas de ferro, fábricas têxteis, etc. Essas atividades foram, em grande medida, financiadas pelos excedentes financeiros do próprio complexo cafeeiro.

Conforme Gonçalves (1998: 184) “*a influência da ferrovia foi radicalmente determinante na estruturação do espaço e da rede urbana, articulada ao processo*

⁵ Digo economicamente pois, conforme os apontamentos de Cano (1998a), o complexo cafeeiro conseguiu superar os principais entraves materiais à sua expansão, a saber, mão-de-obra e transporte, quanto à faceta política, as ligações dos “Barões do Café” com o Estado são conhecidas e cito, apenas como exemplo, as políticas de valorização do café no primeiro quarto do século XX.

de ocupação agrícola movido inicialmente pelo café e, com a crise deste, principalmente pelo algodão. Isto talvez tenha ocorrido com força relativamente menor na região de Rio Preto, em cuja a ocupação também tiveram peso, fluxos anteriores de comércio e de gado com o Mato Grosso e as regiões vizinhas. [Depois] a entrada em cena do transporte rodoviário acrescentou novo elemento à dinâmica da ocupação, operando nova mudança em relação ao papel que a ferrovia desempenhara em outras partes do território paulista”.

A exportação do café gerava, para além das divisas utilizadas na importação de alimentos, recursos para a aquisição de todos os bens necessários para as atividades urbanas e rurais, fossem eles bens-salários ou bens de produção (Cano, 1988a).

Obviamente quanto mais se interiorizasse a produção do café rumo ao “Oeste Pioneiro”, maiores seriam os custos de transporte. Contudo, a elevada produtividade e a alta margem de lucro garantiram a expansão da produção sem maiores problemas e, depois, com a introdução da ferrovia, pôde-se adentrar mais nas terras à oeste.

Em que pese o alto custo da manutenção dos escravos, cinco anos antes da abolição formal da escravatura, a ferrovia já havia atingido porções à época extremamente onerosas em termos de distância, como, por exemplo, Ribeirão Preto, compensando dessa forma o aumento do custo da mão-de-obra pela redução dos custos de transporte. Todavia, quando a mão-de-obra escrava tornou-se inviável à acumulação de capital, a imigração europeia resolveu essa questão via introdução do trabalho livre e o conseqüente aumento da divisão social do trabalho⁶.

A transição entre a economia baseada no complexo exportador cafeeiro e a industrialização, segundo Cano (2000: 162), se deu nos anos 20 e teve *“extraordinário desenvolvimento capitalista não apenas expandindo o café, mas também alterando sua estrutura produtiva: crescem e se diversificam a agricultura, a indústria de transformação, os bancos nacionais e várias atividades terciárias”*. É

⁶ Especificamente sobre o problema da mão-de-obra na economia cafeeira ver Furtado, C. (1959), em especial capítulos XXI a XXIV.

bom lembrar que esta década de 1920 é uma década de grandes transformações. De acordo com De Lozenzo e Costa (1997: 08), *“de fato, nesse período, o país viveu uma espécie de ‘aceleração da história’, com a emergência de novos atores políticos (classe operaria, camadas médias urbanas, militares) e novas idéias que se expressavam não apenas no plano da política...”*.

Na região oeste de São Paulo, principalmente no município de São José do Rio Preto, entre os anos de 1910 e 1930, acelerou-se e complexificou-se o desenvolvimento urbano, com o surgimento de novos núcleos urbanos e o fortalecimento dos já existentes e dinamizou sua agricultura com o plantio de café, a chegada da ferrovia e, após a crise de 29, o plantio de algodão.

Com a crise de 29, desestruturam-se as bases de sustentação do modelo primário-exportador nacional, com impactos diferenciados sobre todas as regiões brasileiras, sendo que, em São Paulo, o impacto dessa crise será sentido de forma diferente do ponto de vista intra-regional. Consolida-se o centro dinâmico da economia nacional – a cidade de São Paulo – e fortalecem-se os elos econômicos desse centro polarizador com seu interior e com os demais estados brasileiros.

No Oeste Paulista, contudo, demorou-se mais a sentir os reflexos da crise do café, expressa primordialmente pela redução brusca dos preços dessa *commodity* no mercado internacional. Isso pode ser explicado, segundo Vasconcelos (1992), pela razão entre o número de cafezais novos e o total de pés de café da região, que chegava a 50%. Durante os anos seguintes à crise de superprodução, a maturação dos novos cafezais proporcionou sobrevida à região, mesmo com a prática de preços muito deprimidos. Segundo Milliet (1938: 79) *“Sem dúvida a crise de 1929 irá retardar o progresso da zona toda. Mesmo assim, foi fabuloso. A produção incrivelmente elevada tendo permitido a permanência de uma cultura em pleno traumatismo econômico. Até 1935 não se cuidou na Região de outra coisa a não ser de café”*.

Posteriormente, o algodão veio compensar a queda dos preços do café, dando um novo impulso à região, aproveitando a infra-estrutura ferroviária e fortalecendo a cidade de Rio Preto enquanto entreposto comercial com a instalação das primeiras atividades industriais, a saber: SANBRA (Sociedade

Algodoeira do Nordeste Brasileiro), Anderson Clayton, SWIFT e das Indústrias Matarazzo. Todas com o objetivo de beneficiar o algodão, destinado aos mercados interno e externo (Vasconcelos, 1992) e (Bolçone, 2001).

1.2 O Período de 1930/55: a articulação comercial

A Grande Crise de 1929 terá impactos de extrema relevância para o conjunto da economia nacional pós-30. Do ponto de vista interno, quebra-se a “espinha dorsal” do modelo primário-exportador, limitando bastante o poder econômico e político da então elite dominante⁷. Do ponto de vista internacional, as restrições causadas pela crise, em especial as limitações de créditos e as dificuldades de importação, conferem à industrialização nacional prioridade para a política econômica, na busca de maior autonomia econômica.

Em que pese às dificuldades na consolidação do Departamento de Bens de Produção e Capital na economia brasileira naquele momento, a recuperação econômica se realiza sob o comando do setor industrial. Segundo Negri (1996: 60) *“entre 1933 e 1939 vamos assistir a um surto industrial no país, com taxas de crescimento da ordem de 11,2% ao ano, bem superior à taxa média anual de 5,7% verificada no período de 1919/39”*.

São Paulo concentrava a quase totalidade das inversões industriais e paralelamente estava em curso a expansão e diversificação de uma agricultura mercantilizada e moderna. Em termos regionais, segundo Vasconcelos (1992: 109) *“observa-se extraordinário avanço da frente de ocupação e incorporação de novas terras à agricultura paulista, sendo que o chamado Oeste Pioneiro passa a participar com um peso fortemente crescente no conjunto da produção agrícola e pecuária do Estado”*.

A Região Oeste do Estado de São Paulo consolida-se, nas décadas seguintes à crise, como importante produtora das principais culturas exportáveis do Brasil, como café e algodão, ao mesmo tempo em que ganha expressiva

⁷ Junte-se a isso as limitações políticas decorridas da Revolução de 30 e do insucesso da campanha de 32. A esse respeito ver Dean (1971).

importância na produção de alimentos como arroz, feijão e milho, destinados em sua maioria aos núcleos urbanos mais centrais do estado. Em suma, pode-se dizer que a integração da região oeste realizou-se durante o processo de industrialização que se desenrolava de forma bastante específica, sendo considerada, em meados da década de 30, como a principal área produtora agrícola de todo o estado (Tabela 1.1).

Tabela 1.1 - Participação do Oeste Paulista na Área Cultivada e no Total da Quantidade Produzida no Estado para alguns Produtos Agrícolas

Produtos	1920		1931/33		1936 e 1938	
	Área (%)	Quant. (%)	Área (%)	Quant. (%)	Área (%)	Quant. (%)
Café	8,4	5,4	32,9	29,2	34,6	38,8
Algodão	13,2	13,2	14,3	14,5	33,5	35,2
Arroz	33,4	34,4	39,3	40,8	46,4	50,9
Feijão	20,2	20,1	27,7	30,8	27,8	28,6
Milho	18,9	18,8	17,7	28,5	30,5	33,4

Fonte: Tartaglia, J.C. e Oliveira, O.L. (1988). Apud Vasconcelos, L.A.T (1992:21)

São José do Rio Preto, analisada enquanto DIRA⁸ apresentou o seguinte comportamento: em 1920 tinha 6,7% de área cultivada, em um total de 2,7 milhões de hectares, no final da década de 20 esse percentual chegou a 28% do território da DIRA. Além dos produtos apresentados para o oeste como um todo, destaca-se na região de Rio Preto, já nesse período, a cana-de-açúcar, a laranja e a pecuária, sendo que, essa última terá nos anos 60, seu período de maior expansão e consolidação (Tartaglia e Oliveira, 1988).

Paralelamente à crescente articulação mercantil da região oeste na dinâmica econômica estadual, entre o período de 1937 e 1956, tem-se a ampliação da rede urbana regional, com a criação de diversos municípios, consolidando Rio Preto enquanto centro urbano regional, ao lado de Araçatuba, Marília e Presidente Prudente. Na década de 40, por exemplo, ampliou-se

⁸ Regionalização da Divisão Regional Agrícola (DIRA), formulada pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Na maior parte das vezes será utilizada a regionalização através de Regiões Administrativas, contudo, dada a necessidade de dados comparáveis entre si, serão utilizados em alguns momentos a divisão feita pela Secretaria da Agricultura, vigente no período de 1967 a 1980.

consideravelmente a rede urbana sob influência de Rio Preto. A partir de 1944 foram criados 64 municípios, sendo que 6 deles foram criados em 1944 e 10 em 1948.

A articulação comercial que se estabelece, entre a região de Rio Preto e as demais regiões do estado, se deu a partir de uma produção agrícola diversificada que conciliou pequenas, médias e grandes propriedades em seu espaço. Compôs-se uma classe média rural que irá sustentar o poder econômico urbano. Esse processo também favorece outros centros regionais como Catanduva, Votuporanga, Fernandópolis e Jales que posteriormente se tornarão sedes de Regiões de Governo e também alguns núcleos urbanos próximos a São José do Rio Preto como Mirassol, Tanabi, Olímpia e José Bonifácio, entre outros (SEPLAN, 1978).

Articulada a estes movimentos da rede urbana em expansão, desenvolve-se a indústria de transformação. A participação da indústria de transformação da região, apesar de crescente, foi bastante diminuta em relação ao total estadual. Entre os anos de 1928 e 1937, o número de estabelecimentos cresceu de 3,6% para 4,5%; o número de operários de 0,5% para 1,6% e o valor do capital aplicado de 0,4% para 1,0% respectivamente, ou seja, apesar do notado crescimento, sua expressão é reduzida, se comparado ao conjunto da economia paulista⁹.

Resumidamente, essa região, verdadeira “frente pioneira” – uma das mais afastadas do centro metropolitano estadual – desenvolveu uma indústria tradicional, voltada para os setores menos sofisticados como alimentar e têxtil. No período seguinte, caracterizado pela consolidação da articulação comercial e o início de uma integração produtiva mais consistente, essa indústria, até então tradicional, terá uma ampliação para os ramos mobiliário, vestuários e de minerais não-metálicos.

⁹ Dados elaborados a partir de Estatística Industrial de São Paulo, 1928 e 1937 e apresentados em Negri (1996).

1.3 O Período Pós-1956: integração produtiva

Até meados da década de 50, a mudança mais significativa na economia brasileira é a suplantação do setor agro-exportador pelo setor industrial, setor esse que passa a ser determinante para a reprodução da força de trabalho, cabendo destaque para os bens de consumo que determinavam o crescimento dos outros setores. Os bens de consumo não-duráveis correspondiam, em 1956, a 45,5% do Valor da Transformação Industrial, seguidos pelos bens intermediários, com 38,3% e o de bens de capital, com 16,4% (Semeghini, 1991).

Na segunda metade dos anos 50, rompem-se os constrangimentos à industrialização nacional em bases mais capitalistas, típicos da fase anterior, dados pela fragilidade das bases técnicas e financeiras do capital (Cardoso de Mello, 1975). O período que se inaugura – o da industrialização pesada – a partir de 1956, trará mudanças extremamente relevantes para a dinâmica econômica e para o processo de urbanização paulista.

A região oeste, que no período anterior, destacara-se pela dinâmica do setor agrícola, passa a apresentar uma ligeira queda na participação do valor da produção agrícola, entre 1958-59 e a média do triênio de 1969-71, sendo São José do Rio Preto a única região que apresenta crescimento de 11,4% para 14%. O período coincide com o auge das regiões de Campinas e Ribeirão Preto na produção agrícola, sendo as expressivas taxas apresentadas por Rio Preto uma consequência da diversificação das culturas que, no período de 1969-71, apresentavam as seguintes porcentagens do valor da produção agrícola da região: café (35%), milho (16%), arroz (15%), algodão (14%), cana (6%), laranja (4%), amendoim (3%), mandioca (3%) e tomate (2%)¹⁰.

No que tange a pecuária, o grande impulso regional nessa atividade se deu durante a década de 60. No momento em que o café começou a encontrar dificuldades no mercado internacional e a política agrícola estimulou a erradicação dos cafezais como forma de controle de preços, ampliaram-se de forma substancial as áreas de pastagem e as atividades pecuárias na região.

¹⁰ Vasconcelos (1992).

Outro fator que contribuiu para o avanço da pecuária na região foi a implantação do Estatuto do Trabalhador da Terra, que estimulou os produtores regionais a se dedicarem à pecuária, reduzindo o número de trabalhadores nas propriedades (SEPLAN, 1978).

Conforme amplamente discutido em literatura especializada da área regional (Cano, Diniz, Guimarães Neto, entre outros), tem-se neste vasto período da industrialização brasileira (1930-1985) dois movimentos bem demarcados: 1930/70 e 1970/85.

A distribuição espacial da atividade industrial é marcada pelo processo de concentração em São Paulo (1930/70) e de desconcentração da indústria paulista rumo, primeiro ao interior do estado e, em seguida, a outros estados da federação (1970/85). Esse movimento é facilmente percebido pelo aumento da participação dos municípios da RMSP, exclusive a capital, de 15,5% em 1956 para 43,7% em 1970 e também pelo aumento da participação do interior paulista (Estado – RMSP), saindo de 28,9% em 1960, para 29,3 em 1970, alcançando em 1980 o patamar de 41,3% do valor da produção industrial.

No que diz respeito à indústria regional, o movimento é semelhante à agricultura; há também perda de participação do valor da produção industrial a partir de 1956, saindo de um patamar de 8,4% para chegar ao final da década de 70 com apenas 4,7%. A Tabela 1.2 demonstra o movimento industrial nas diversas regiões do Estado de São Paulo.

Tabela 1.2 – Distribuição Espacial a Nível Regional do Valor da Produção Industrial do Estado de São Paulo – 1956/1980.

REGIÃO	1956	1960	1970	1980
RMSP	66,6	71,1	70,7	58,6
Capital	51,1	51,7	43,7	30,0
Outros	15,5	19,4	27,0	28,6
Interior	33,4	28,9	29,3	41,3
Campinas	10,3	8,9	10,5	15,4
Litoral	3,9	4,3	4,2	6,6
Vale do Paraíba	2,0	2,0	3,0	5,9
Sorocaba	3,9	3,0	2,3	3,9
Ribeirão Preto	4,9	3,9	3,6	4,8
Bauru	2,1	1,3	1,1	1,4
São José do Rio Preto	1,6	1,0	1,0	1,0
Araçatuba	1,1	1,1	0,8	0,6
Presidente prudente	1,7	1,9	1,3	0,8
Marília	1,9	1,4	1,3	0,9

Fonte: Censos Industriais e Pesquisa Industrial de 1956, FIBGE.

Com os dados apresentados percebe-se o duplo movimento da indústria paulista, que em um primeiro momento concentrasse na RMSP (1930-70); e desconcentração a partir não só da Grande São Paulo como de todo o estado no sentido das demais regiões paulistas e brasileiras (1970-85). Este último teve como particularidade a redução da participação da Região Metropolitana de São Paulo no VTI nacional e a “interiorização da indústria paulista” que privilegiou, principalmente, as regiões de Campinas, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Sorocaba e Santos (Cano, 1988).

São José do Rio Preto parte de posição insignificante no que se refere à participação na produção industrial (menos de 0,5%) nos três primeiros anos da década para, a partir de 1940, apresentar uma expansão bastante expressiva, chegando a ter 1,72% em 1950. Contudo, nesse ano foi a menor participação registrada entre todas as Regiões Administrativas do estado. Por seu turno, a partir de 1956, o peso relativo no produto industrial começou a declinar, se estabilizando em valores próximos de 1,0%.

A estrutura da indústria regional, que até o período anterior estava restrita a pequenas oficinas de beneficiamento da produção agrícola, em especial na cadeia

produtiva do algodão, começa a diversificar-se. Observa-se o aparecimento dos ramos mobiliário, gêneros alimentícios e de confecções.

Nesse período, as relações econômicas da região de Rio Preto com outras regiões fora do Estado de São Paulo começam a se fortalecer, notadamente com o Centro-Oeste e Triângulo Mineiro, regiões impactadas com a criação de novos mercados após a fundação de Brasília (SEPLAN, 1978). A região se reafirma enquanto entreposto comercial de natureza bastante semelhante ao centro regional de Uberlândia/MG (Brandão, 1989) e (Guimarães, 1990). Rio Preto fortalece sua posição enquanto via de escoamento da produção agrícola vinda da região Centro-Oeste. Alguns desses produtos serão processados na RA de São José do Rio Preto.

Mesmo tendo uma fraca presença da indústria de transformação em termos relativos, é importante verificar quais grupos e ramos industriais apresentam relevância na região. Pelos dados apresentados na Tabela 1.3, na estrutura industrial da região percebe-se a supremacia do setor de bens de consumo não-duráveis, em especial o ramo de alimentos. São nítidos também os impactos positivos que sofreu a indústria de bens de capital e bens de consumo duráveis na região durante o período caracterizado pelo processo de desconcentração industrial.

O ramo de Alimentos, que representava cerca de 46,57% de todos os estabelecimentos industriais em 1956, chega a 52,05% em 1970, para depois perder participação: 44,69% (1975) e 37,81% (1980). Quanto ao número de operários, na indústria alimentícia, a queda da participação foi ainda mais drástica: em 1956 representava 32,45% de toda a mão-de-obra industrial empregada; em 1975 possuía 27,53% e em 1980 tinha se reduzido para 19,24%.

No que se refere ao Valor da Transformação Industrial (VTI), em que pese à ausência de dados para 1956, podemos aquilatar a importância da Indústria de Alimentos que, para o ano de 1960, respondia por 56,25% do total regional. Esses valores se reduziram 8,9%, de 1960 para 1970 e 6,2% de 1970, para 1975. O período de 1975 a 1980 apresentou ainda maior queda (29%), terminando a série

com uma participação regional de 34,10%, o que significa uma perda acumulada em 20 anos acima de 39%.

Apesar da drástica redução da indústria ligada ao ramo de Alimentos, essa continuou sendo a atividade econômica mais relevante no período. Também o Grupo I, Produtor de Bens de Consumo Não-Durável, apesar das reduções significativas no seu principal ramo, apresentou quedas menos expressivas em seu conjunto, dado o aumento da rubrica Outras Atividades.

O Grupo II, representado pelas indústrias intermediárias apresentou comportamento distinto. Manteve-se estável no número de estabelecimentos, com pequena elevação no total do período analisado, de 27,45% (em 1956) para 28,48% (em 1980). Apresentou redução na absorção da mão-de-obra empregada que, em 1956 representava 37,04%, chegando a 1980 com 24,17% do total dos operários da indústria regional. Contudo este grupo apresentou significativo aumento no VTI regional, passando de 19,12% para 23,39% entre os anos extremos do período.

Dentre os ramos que compõem o Grupo II podemos notar a perda da importância dos Minerais Não-Metálicos e da Indústria Química no número de empregados, *pari passu* ao crescimento da Indústria Metalúrgica. Nota-se também a redução dos Minerais Não-Metálicos no VTI e o aumento da importância das Indústrias Química e Metalúrgica, que mais que dobraram sua participação no período, sendo que a Química passa a ter o maior peso no VTI da região. No que se refere ao número de estabelecimentos, só a Indústria Metalúrgica cresce (de 0,98% em 1956 para 6,14% em 1980), contudo a Indústria de Minerais Não-Metálicos mantém a sua alta participação, encerrando a série com 14,40% do número de estabelecimentos da indústria de transformação na RA de São José do Rio Preto.

Quanto ao Grupo III, apesar de ser, dentre todos, o de menor participação na estrutura da indústria de transformação da região, foi o único que apresentou um processo de crescimento estável durante o período. Cabe destaque para a Indústria Mecânica que apresentou crescimento na participação do número de estabelecimentos, no número de operários e também no VTI.

O Material de Transporte, que no início do período se mostrava o ramo industrial mais consolidado do Grupo III, no final da série dividia importância com Mecânica e Material Elétrico. Isso não causou perdas em valores absolutos a algum desses setores, contribuindo de forma geral para o bom desempenho da Indústria de Bens de Capital e de Consumo Durável na região, que apresentou crescimento em todas as variáveis apresentadas.

Tabela 1.3 – Estrutura da Indústria de Transformação, segundo Grupos e Ramos da Região de São José do Rio Preto, 1956-1980.

GRUPOS E RAMOS	ESTABELECIMENTOS					OPERÁRIOS					VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL				
	1956	1960	1970	1975	1980	1956	1960	1970	1975	1980	1956	1960	1970	1975	1980
Grupo I	69,46	68,76	72,06	63,97	62,27	60,22	61,31	71,94	61,81	61,66	-	78,46	81,7	73,65	66,71
Têxtil	1,13	0,71	1,07	0,44	0,74	2,32	0,87	2,33	1,1	1,06	-	9,24	10,63	1,69	1,85
Vestuário	7,89	4,72	4,69	5,04	6,75	7,55	5,95	10,56	9,95	11,75	-	2,05	3,88	4,56	5,91
Alimentos	46,57	49,17	52,05	44,69	37,81	32,45	37,93	35,06	27,53	19,24	-	56,25	51,23	48,05	34,1
Outros	13,87	14,16	14,25	13,8	16,97	17,9	16,56	23,99	23,1	29,61	-	10,92	15,96	19,35	24,85
											-				
Grupo II	27,45	27,61	19,55	26,88	28,48	37,04	34,13	19,69	23,57	24,17	-	19,12	13,42	15,62	23,39
Química	1,52	0,38	0,85	0,82	0,61	11,46	3,15	2,57	1,33	3,04	-	5,17	4,74	3,03	11,03
Minerais Não-Metálicos	15,69	16,47	9,29	11,12	14,4	16,07	18,01	7,49	7,88	7,85	-	7,49	3,65	4,19	4,26
Metalurgia	0,98	1,84	3,04	5,79	6,14	1,29	5,86	4,08	6,5	8,27	-	2,1	2,13	3,59	5,11
Outros	9,26	8,92	6,37	9,15	7,33	8,22	7,11	5,55	7,86	5,01	-	4,36	2,9	4,81	2,99
											-				
Grupo III	3,09	3,63	8,39	9,15	9,25	2,74	4,56	8,37	14,75	14,17	-	2,42	4,88	10,73	9,9
Mecânica	0,39	0,33	3,43	2,95	2,74	0,5	1,48	3,51	5,93	4,72	-	0,62	2,21	4,94	3,61
Material de Transporte	2,1	2,45	2,46	3,57	2,29	2,05	2,39	2,38	4,79	3,2	-	1,36	1,16	2,57	1,81
Material Elétrico	0,05	0,05	1,21	0,41	0,94	0,02	-	1,65	1,79	2,53	-	0	1,05	1,98	2,24
Outros	0,55	0,8	1,29	2,22	3,28	0,17	0,69	0,83	2,24	3,72	-	0,44	0,46	1,24	2,24

Fonte: FIBGE, Censo Industrial 1960, 1970 e 1980 e Pesquisa Industrial de São Paulo 1956.

Notas: Grupo I - Indústrias predominantemente produtoras de Bens de Consumo Não-Duráveis

Grupo II - Indústrias predominantemente produtoras de Bens de Intermediários

Grupo III - Indústrias predominantemente produtoras de Bens de Capital e Consumo Duráveis

Os dados apresentados sobre a indústria de transformação na região deixam claro que, apesar de uma participação relativamente pequena para o Estado de São Paulo como um todo, houve crescimentos absolutos consideráveis. Isso, por sua vez, trouxe rebatimentos no processo de urbanização na região oeste. Segundo Cano (1992: 114) *“Observa-se um incremento do emprego no setor secundário, que em 1970 responde por cerca de 12% do total do emprego da região e aumenta ainda mais o peso do total da ocupação urbana no conjunto das ocupações: cerca de 47% das pessoas empregadas estão nas cidades da região”*.

1.4 O Papel da Agricultura

A diversificação da agricultura paulista se deveu em grande parte a duas ordens de fatores. O primeiro de natureza mais endógena ocorreu com a expansão da área agricultável para o oeste, com os donos de terras “velhas” passando a vender suas propriedades, em busca de solos mais férteis, propiciando assim um fracionamento das terras velhas e um aumento das culturas plantadas nas antigas áreas destinadas ao plantio do café. O segundo, de ordem mais exógena, consistiu na eclosão da Primeira Guerra Mundial, ocasionando uma forte retração nas importações e, dentre elas, alguns itens alimentares, ampliando a produção interna de alimentos (Tartaglia e Oliveira, 1988).

O processo de diversificação agrícola inicia-se já no último quartel do século XIX e, a partir de então, com o aumento das novas culturas e o incremento tecnológico no campo, transforma a agricultura paulista na mais moderna, dinâmica e diversificada do país.

Baseando-se nas médias de 1901/06 e 1925/30, Cano (1998a) mostrou o processo de diversificação da agricultura paulista expresso pelos grandes incrementos da produção: do açúcar, 238%, feijão 235%, milho 115%, arroz 589%, o algodão com 409% e o café com 92%. Houve também um incremento da engorda de gado, industrialização da carne e da fruticultura.¹¹

¹¹ Cf. Semeghini (1991)

Citando a expansão da safra de algodão, que de 10.000 toneladas em 1931, saltou para 446.643 toneladas em 1946, chegando a apresentar a cifra de 740.000 toneladas no período de 1939/40, Monbeig (1998) afirma que a marcha pioneira posterior a 1931 foi a marcha do algodão. Ainda segundo esse autor, houve uma sincronia entre a expansão da cultura do algodão e o da pequena propriedade, pois a fragmentação da propriedade foi mais acentuada nos municípios cunicultores do que nos que ficaram mais fiéis ao café.

Em grande parte, a cultura do algodão esteve associada à pequena produção indireta (meeiros e arrendatários). Isso se deveu, em primeiro lugar, pelo caráter temporário dessa cultura que estava substituindo o café, então em crise. Em segundo lugar, porque não eram necessárias grandes inversões de capitais, aliado ao fato da rapidez no ciclo produtivo¹².

No Oeste e, mais especificamente a região de Rio Preto, as culturas do café e do algodão conviveram juntas sem grandes contradições. As cidades de Tanabi, Monte Aprazível e Nhandeara, formavam uma importante área plantada de algodão; já São José do Rio Preto e Mirassol se destacavam pela produção de café. Isso se deve ao fato de o algodão ser uma cultura desbravadora, extremamente útil aos interesses imobiliários da época.

Fatores externos contribuíram para a expansão do algodão em São Paulo. A alta do preço do produto no mercado internacional, em meados da década de 1910, com conseqüente elevação do preço do produto no mercado interno, ocasionou a substituição do algodão nordestino pelo produzido no próprio estado. Com a Segunda Guerra Mundial houve novo surto da produção nacional, dado o aumento da demanda externa e a nova elevação do preço do produto.

Entretanto, findada a Guerra, outros países, com algodão de melhor qualidade e menor custo entraram no mercado internacional, provocando importantes mudanças na produção brasileira de algodão. Segundo Tartaglia e Oliveira (1988), a produção algodoeira, em São Paulo, se reduziu em função desses fatos e, a partir dos anos 60, a cultura passou a vincular-se às indústrias têxtil e alimentar.

¹² Cf. Monbeig, 1998. Pág. 281 e seguintes.

Empresas que se instalaram na região (Anderson Clayton, Sanbra, Swift, entre outras) passaram a desenvolver diversas funções, dentre as quais, o financiamento da lavoura, a prestação de serviços na área de assistência técnica à comercialização do produto e, depois da crise dos preços internacionais, a produção de óleos.

As alterações pelas quais passou São José do Rio Preto e a região sob sua influência, não ficaram restritas a agroindústria local. Os dados da estrutura fundiária e da utilização do solo rural mostram que ocorreram sensíveis oscilações a partir de 1950, caracterizando um comportamento pouco homogêneo intra-regionalmente.

Entre os anos de 1950 a 1960, ocorreu uma retração da área ocupada por lavouras tanto permanentes quanto temporárias (Tabela 1.4). Nesse mesmo período, as áreas de pastagens cultivadas ampliaram sua extensão. Dentro dos limites da RA, o que ocorreu foi uma redução das áreas de lavoura tanto da RG de Fernandópolis quanto da de Jales e um aumento da área de pastos plantados nas RG's de Jales e Catanduva, demonstrando bem a opção pela atividade pecuária (Tabelas 1.6 e 1.7).

Quanto à estrutura fundiária, ocorreu, no período de 1950 a 1960, um forte aumento, tanto no número de estabelecimentos quanto na área total por eles ocupada. Este fato está relacionado com o processo de ocupação territorial mais recente (Tabela 1.5). As Regiões de Governo de Jales, Votuporanga e Fernandópolis foram integradas ao sistema viário estadual, de modo satisfatório, só a partir de 1950, com a implantação da Rodovia Euclides da Cunha e a ampliação da extensão da EFA.

No decênio seguinte (entre 1960 e 1970), a área de pastagem continua a crescer continuamente, agora em detrimento de áreas nativas. As lavouras permanentes também continuam apresentando queda, devido, em grande parte, ao desestímulo sofrido na cafeicultura. Os maiores aumentos do período foram registrados nas áreas destinadas às lavouras temporárias em toda a região, e com mais ênfase nas RG's de Rio Preto e Catanduva, configurando claramente uma substituição de culturas no período.

O crescimento da área de pastagens cultivadas, entre 1960 e 1970, é de suma importância para a região, que irá ser no futuro uma das mais importantes áreas pecuaristas do estado. Entre outros fatores, o processo de concentração fundiária pelo qual passou a RA, contribuiu para a consolidação da pecuária na região (Tabelas 1.4 e 1.7). Além disso, a instabilidade dos preços agrícolas, estimulou pequenos e médios proprietários a substituírem as lavouras por pastagens, cujo rendimento é menor, contudo menos incerto. Por fim, outro fato que facilitou a entrada de pastagens cultivadas na região foi a facilidade de adaptação do solo ao capim colonião.

Entre 1970 e 1975, ocorre uma nova inversão no que se refere às áreas ocupadas por lavouras. As culturas permanentes se expandem e as temporárias se retraem, refletindo o comportamento dos preços dos produtos no mercado (SEPLAN, 1978). Na Região de Catanduva, única região onde a área destinada às lavouras permanentes não diminuiu, chega a ter, em 1975, cerca de 50% de sua área agricultável com esse tipo de lavoura, notadamente a laranja.

Em grande medida, todas as Regiões de Governo apresentaram aumento das culturas permanentes, aumento esse inferior à área liberada pelas lavouras temporárias. A área restante foi ocupada por pastagens cultivadas que durante todo do quinquênio 1970/75 continuou a crescer em toda a RA.

Tabela 1.4 – Evolução da Área Ocupada por Lavouras e Pastagens na RA de São José do Rio Preto no Período de 1950/1975.

Forma de Ocupação	ÁREA OCUPADA (HA)							
	1950		1960		1970		1975	
	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
Lavoura Permanente	293.673	42%	289.420	42%	193.811	26%	264.813	43%
Lavoura Temporária	397.614	58%	393.915	58%	537.580	74%	344.364	57%
Total	691.287	100%	683.335	100%	731.391	100%	609.177	100%
Pastagem Natural	446.672	36%	445.916	34%	369.442	27%	214.500	15%
Pastagem Plantada	801.076	64%	866.354	66%	1.015.458	73%	1.238.284	85%
Total	1.247.748	100%	1.312.270	100%	1.384.900	100%	1.452.784	100%
Total Geral	1.939.035		1.995.605		2.116.291		2.061.961	

Fonte: Censos Agropecuários, IBGE: 1950, 1960, 1970 e sinopse de 1975. In: SEPLAN, 1978:163.

Tabela 1.5 – Evolução da Estrutura Fundiária da RA de São José do Rio Preto no Período de 1950/1970

Estratos de Área (ha)	1950		1960		1970	
	Nº Estab	Área	Nº Estab	Área	Nº Estab	Área
de 0 a 10	26,32	1,84	43,34	4,97	34,22	3,77
de 10 a 50	44,74	12,97	37,69	17,18	45,72	20,43
de 50 a 200	21,44	22,77	14,05	26,58	15,42	27,85
de 200 a 500	4,91	16,72	3,21	19,6	3,32	19,12
Acima de 500	2,58	45,71	1,65	32,66	1,31	28,83

Fonte: Censos Agropecuários, IBGE: 1950, 1960 e 1970. In: SEPLAN, 1978:169.

Tabela 1.6 - Evolução da Área (em ha) de Lavouras Permanentes e Temporárias no Período 1950/1975.

Região de Governo	1950			1960			1970			1975		
	Total	Perm.	Temp.	Total	Perm.	Temp.	Total	Perm.	Temp.	Total	Perm.	Temp.
SJ do Rio Preto	284.060	117.281	116.239	283.520	117.281	166.239	295.079	65.708	229.371	232.318	98.485	133.833
Catanduva	139.391	82.627	56.764	139.400	82.627	56.773	159.927	61.547	98.380	186.868	98.826	88.042
Votuporanga	74.788	20.223	54.565	74.788	20.223	54.565	83.462	17.092	66.370	56.237	19.708	36.529
Fernandópolis	114.862	27.272	50.800	78.072	27.272	50.800	82.527	20.740	61.740	51.423	16.934	34.489
Jales	115.516	46.270	69.246	107.555	42.017	65.538	112.413	28.780	83.633	82.331	30.860	51.471
Total	728.617	293.673	347.614	683.335	289.420	393.915	733.408	193.867	539.494	609.177	264.813	344.364

Fonte: Censos Agropecuários, IBGE: 1950, 1960, 1970 e sinopse de 1975. In: SEPLAN, 1978:168.

Tabela 1.7 - Evolução da Área (em ha) de Pastagens no Período 1950/1970

Regiões de Governo	1950			1960			1970		
	Total	Natural	Plantada	Total	Natural	Plantada	Total	Natural	Plantada
São José do Rio Preto	618.587	246.127	372.460	604.202	246.142	358.060	689.957	197.772	492.185
Catanduva	222.964	74.395	148.569	297.582	43.395	223.187	216.618	126.356	90.262
Votuporanga	182.908	46.581	136.327	182.905	46.578	136.327	172.319	27.293	145.026
Fernandópolis	131.491	52.471	79.020	131.489	52.969	79.020	167.274	23.966	143.308
Jales	91.798	27.098	64.700	96.092	26.332	69.760	165.732	21.055	144.677
Total	1.247.748	446.672	801.076	1.312.270	415.416	866.354	1.411.900	396.442	1.015.458

Fonte: Censos Agropecuários, IBGE: 1950, 1960 e 1970. In: SEPLAN, 1978:169.

Além das mudanças próprias da RA de Rio Preto, outros fatores afetaram a agricultura em geral e acarretaram alterações cruciais na dinâmica agrícola paulista e brasileira. Como exemplo, temos a expansão da utilização de componentes químicos (corretivos de solos, controladores de pragas e doenças) e o incremento tecnológico, dado principalmente pelo aumento do número de tratores¹³.

Tabela 1.8 - Total de Tratores por DIRA do Estado de São Paulo

DIRA	Número de Tratores	
	1970	1980
São Paulo	7.643	8.774
Vale do Paraíba	1.907	2.836
Sorocaba	7.627	18.348
Campinas	10.481	21.447
Ribeirão Preto	14.938	31.224
Bauru	3.632	8.740
S. J. Rio Preto	7.701	16.684
Araçatuba	4.053	9.008
Presidente Prudente	3.936	9.240
Marília	5.296	12.438
Total	67.214	138.739

Fonte: Censos Agropecuários de 1970 e 1980.

apud: Cano, W (coord.), 1992. p.206

Apesar do expressivo aumento do número de tratores, na DIRA de São José do Rio Preto, houve uma redução da participação na área cultivada do estado, de 17,96% para 12,36%, entre os triênios 1969-71 e 1979-81, respectivamente. Contudo isso foi resultado de uma especialização do setor primário regional através da substituição de atividades exportáveis tradicionais, exclusive o café, e de lavouras de mercado interno, notadamente milho, arroz e mandioca, por culturas exportáveis dinâmicas, como a pecuária bovina, tanto de corte como de leite e agroenergéticas, como a cana-de-açúcar (Igreja e Camargo, 1992).

¹³ A esse respeito ver Kageyama (1985).

Durante toda a década de 80, a agricultura brasileira estará em foco. O período é marcado, principalmente pelo debate crescimento *versus* pagamento da dívida externa¹⁴ e os objetivos das políticas agrícolas do período consistem na intensificação de um modelo amplamente tecnificado e gerador de superávits. Como resultado, esse esforço exportador trouxe a modernização da atividade agrícola e o entrelaçamento das relações entre indústria e agricultura¹⁵, gerando excedentes de mão-de-obra e inchaços populacionais nos centros urbanos mais dinâmicos. Esse é o caso de São José do Rio Preto.

1.5 Evolução Populacional e Consolidação das Funções Urbanas

As principais regiões interioranas receptoras de fluxos migratórios com origem na RMSP também se destacaram pela absorção de fluxos migratórios oriundos de regiões próximas ou circunvizinhas, configurando a formação de pólos regionais caracterizados em função de seu papel concentrador de fluxos populacionais e suas atividades econômicas. Configuram-se como pólos regionais, nos anos 70, as regiões de governo de São José dos Campos, Sorocaba, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto (Cunha e Baeninger 2000).

São José do Rio Preto passa, não só a compor uma rede de cidades, como passa a desempenhar um papel de destaque nessa composição. Cidades de porte médio como Rio Preto, passaram a ser áreas para a localização industrial e, em particular, para insumos industriais agrícolas, aumentando sua atratividade populacional e dando nova dinâmica, no interior, para o urbano-regional. Pode-se observar assim que algumas regiões do interior, já nos anos 70, apresentavam taxas de crescimento populacional superior às da RMSP.

Sendo os núcleos urbanos impactados diretamente pelas variações cíclicas da economia, podemos observar a importância de São José do Rio Preto enquanto pólo regional. Seu poder de atração populacional, expresso pelas taxas

¹⁴ A esse respeito ver Carneiro, R. (2001).

¹⁵ A esse respeito ver Graziano da Silva (1996)

geométricas de crescimento, se mostra bem superior a do estado e a de outros municípios localizados na área do então *Oeste Pioneiro* que, a partir dos anos 70, ganharam status de sedes de Regiões Administrativas e/ou de Governo

Os dados apresentados nos dão uma boa indicação do dinamismo comercial, industrial e agroindustrial das cidades, por sua capacidade de absorção de expressivos contingentes migratórios interestaduais e intra-estaduais. Para o período de 1960 a 1970 podemos observar que grande parte dos municípios menores apresentou baixas taxas de crescimento populacional, com números inclusive negativos. Ao contrario, as cidades com mais de 100 mil habitantes que aprestaram, em sua maioria, valores superiores a 3% ao ano, registrando-se uma única exceção para Marília com apenas 0,92% ao ano (Tabela 1.9).

Sendo os anos 70 o ponto de partida para o processo de desconcentração populacional no estado, a emergência de pólos regionais se deveu, grosso modo, aos incentivos do governo na indústria e agroindústria, isto por sua vez gerou um expressivo dinamismo em São José do Rio Preto. A partir dele, atingindo cidades vizinhas formando desta forma um aglomerado de cidades no interior que, mesmo com inflexão desse movimento geral nos anos 80, manteve um *contínuo* de dinamismo regional, fortalecendo Rio Preto enquanto pólo regional.

Sobre a população rural, o *Oeste Pioneiro*, representado por regiões tradicionalmente ligadas à agropecuária até a década de 70, diminui significativamente sua população rural vis-à-vis o expressivo aumento do grau de urbanização que, para o caso da RA de Rio Preto saiu de 53,7% em 1970 para 70,7% em 1980. Longe da perda de importância da agricultura, é fato explicativo para esse êxodo rural o aumento da concentração fundiária e o incremento tecnológico.

Tabela 1.9 – População total e taxas médias de crescimento para cidades escolhidas

Municípios Escolhidos	População Total					Taxas Geométricas de Crescimento			
	1940	1950	1960	1970	1980	1940/50	1950/60	1960/70	1970/80
Estado de São Paulo	7.180.316	9.134.423	12.809.231	17.670.013	24.953.238	2,44	3,44	3,27	3,51
São José do Rio Preto	74.359	65.085	82.119	121.183	187.403	-1,21	2,23	3,97	4,46
Presidente Prudente	75.806	60.903	71.270	105.192	136.425	-2,17	1,58	3,97	2,63
Araçatuba	45.721	59.452	79.777	108.136	128.867	2,66	2,98	3,09	1,77
Marília	81.064	86.844	89.198	97.771	121.236	0,69	0,27	0,92	2,17
Catanduva	40.769	44.431	48.324	58.002	72.578	0,86	0,84	1,84	2,27
Assis	23.703	32.959	42.666	57.034	67.103	3,35	2,61	2,94	1,64
Ourinhos	13.123	21.085	33.763	49.036	59.499	4,86	4,82	3,80	1,95
Tupã	35.583	56.682	55.769	52.443	56.508	4,77	-0,16	-0,61	0,75
Votuporanga		22.433	32.566	39.236	52.085		3,80	1,88	2,87
Andradina		48.783	37.842	51.732	47.580		-2,51	3,18	-0,83
Fernandópolis		29.303	39.891	38.908	46.853		3,13	-0,25	1,88
Jales		32.048	36.298	38.414	38.480		1,25	0,57	0,02
Dracena		15.680	32.537	35.318	35.912		7,57	0,82	0,17
Adamantina		35.223	33.818	31.776	32.036		-0,41	-0,62	0,08

Fonte: FSEADE.

A consolidação das funções urbanas na RA de São José do Rio Preto é clara, em especial nas sedes das RG's a compõem. Muito contribuiu para isso a malha viária que deu a cidade de Rio Preto a condição de entreposto comercial receptor de fluxos de mercadorias e prestadora de serviços. Com o passar dos anos, a cidade passou a exercer uma polarização sobre as outras cidades, polarização essa associada às funções urbanas que passou a desempenhar.

As cinco cidades sede de regiões de governo são cortadas por rodovias. São José do Rio Preto e Catanduva pela SP-310 (Washington Luiz) que, partindo de Araraquara chega até a cidade de Mirassol. Já os municípios de Votuporanga, Fernandópolis e Jales são interligados a Rio Preto pela SP-320 (Euclides da Cunha) que partindo de Mirassol chega até Santa Fé do Sul. Soma-se a isso, o fato que os trilhos da ferrovia praticamente coincidem com o trajeto dessas duas rodovias.

Outros núcleos urbanos que se colocam entre os mais expressivos da região, embora não estejam nesse eixo, estão também localizados ao longo de outras vias importantes que cortam a região. Um bom exemplo é o traçado da BR-153 que liga o Estado de São Paulo a Minas Gerais e Paraná. Essa BR, em seu traçado, corta os municípios de Nova Granada, José Bonifácio, a SP-310 em Rio Preto, a SP-300 em Lins, a SP-294 em Marília e, em Ourinhos a SP-270 (SEPLAN, 1978).

Com a ampliação do sistema viário da região, a ocupação do espaço se intensifica, o que pode ser comprovado através do número de municípios criados no período: 10 dos 26 municípios criados entre 1950 e 1960. Outro fator observado nesse decênio foi o direcionamento de maiores fluxos populacionais às regiões recém abertas. As RG's de Jales, Votuporanga e Fernandópolis apresentaram um forte crescimento populacional enquanto as RG's de Catanduva e São José do Rio Preto sofreram decréscimos populacionais nesses dez anos.

A partir dos anos 60, findada a fase de expansão da fronteira agrícola, ocorre uma diminuição da atração populacional dos municípios menores da região. Muitos dos que engrossaram o êxodo rural no período, uma parte se fixa nos centros urbanos regionais e outra parte sai dos limites da região. Boa parte

dos trabalhadores que se fixam nos centros urbanos continua trabalhando no meio rural enquanto mão-de-obra volante ou bóias-fria.

Na rede de cidades que se formou na RA de Rio Preto, destacam-se os núcleos urbanos de Rio Preto e Catanduva que apresentavam já nos anos 70 uma estrutura urbana mais complexa e consolidada. Essas duas cidades tiveram um processo de ocupação bem anterior que as demais, coincidindo com o auge cafeeiro e com vantagens geográficas no que se refere ao sistema viário, tendo o entroncamento viário servido para transformar essas duas cidades em principais centros comerciais e industriais da Região.

Durante o decênio 1960/1970, o setor de serviços assume importância considerável, aumentando a mão-de-obra ocupada (Tabela 1.10). Esse aumento da importância do comércio e serviços é acompanhado pelo desenvolvimento de uma série de serviços urbanos coletivos tais como escolas, hospitais, transportes entre outros, que acabam por se construir fortes atrativos para as populações itinerantes.

Tabela 1.10 - Pessoal Ocupado por Setor de Atividade e Município no Período 1960/1970.

Municípios	População Ocupada - 1960				População Ocupada - 1970			
	Agropec.	Indústria	Comércio	Serviços	Agropec.	Indústria	Comércio	Serviços
SJ do Rio Preto	9.020	1.151	1.828	1.231	14.435	3.174	5.179	2.150
Catanduva	4.440	866	990	848	7.445	1.244	1.782	847
Votuporanga	22.147	311	573	321	6.515	648	1.122	413
Fernandópolis	11.673	241	380	361	7.784	623	1.183	392
Jales	10.793	161	371	224	9.375	261	772	292

Fonte: Censos Demográficos, IBGE: 1960 e 1970. In: SEPLAN, 1978:176

Os principais núcleos urbanos são bem servidos pela estrutura viária da região, seja pela ferrovia ou pelas rodovias SP-310 e SP-320. Tal localização proporcionou inúmeras vantagens a esses núcleos, capacitando-os a serem centros distribuidores e receptores da produção das áreas que os circundam. Com a intensificação das relações de produção, principalmente à agropecuária, esses núcleos passaram a desempenhar outras funções tais como beneficiamento e

comercialização, complexificando a estrutura de serviços. Desdobramentos importantes destes fenômenos serão tratados mais à frente.

A título de breves considerações finais deste capítulo, resgatamos algumas conclusões parciais (importantes para temas que serão tratados nos próximos capítulos) a que chegou a pesquisa *São Paulo no Limiar do Século XXI*, coordenada pelo professor Wilson Cano¹⁶:

- **O conjunto da região oeste do Estado** atingiu o apogeu do seu processo de ocupação no final da década de 50. A partir daí, há uma redução acentuada das taxas de crescimento da população total desta área do Estado, que permanece estável em torno de 2,8 milhões de habitantes. Nos anos 60, e daí em diante, a região oeste assiste a uma brutal expansão do contingente urbano da sua população, cujo total cresce duas vezes e meia entre 1950 e 1970. A taxa de urbanização, por conseqüência, também aumenta e o conjunto dos centros urbanos desta área do Estado chega em 1970 abrigando cerca de 54% da população total. As ocupações urbanas, que em 1950 não passavam de 23% da população economicamente ativa (PEA) do oeste paulista, atingem, em 1970, quase a metade das ocupações nessa porção do Estado.
- **A região de São José do Rio Preto** apresenta dinâmica populacional bastante semelhante, porém com uma particularidade: a desaceleração do crescimento da população total é menos intensa, e esta região “perde” menos população do que o conjunto do oeste em termos das suas respectivas participações relativas na população total do Estado. Em outras palavras, a região de São José do Rio Preto tem maior dinamismo populacional, ou “retém” mais população, do que as demais regiões do oeste a partir dos anos 60. A taxa de urbanização salta de 22% em 1940 para 54% em 1970, demonstrando que, embora aumente muito a ocupação

¹⁶ O capítulo referente a RA de São José do Rio Preto foi elaborado por Vasconcelos, op. cit. Pág. 115 e seguintes.

das cidades, ainda é bastante significativo, no conjunto da região de Rio Preto, o peso relativo da população que habita a zona rural. A População Economicamente Ativa desta região ainda está empregada, em 1970, majoritariamente, cerca de 55%, em atividades do setor primário.

- **O município de São José do Rio Preto**, a partir dos anos 50 apresenta ritmo intenso de crescimento populacional, sendo que a parcela urbana da sua população aumenta quase três vezes entre 1950 e 1970, alcançando cerca de 110 mil habitantes e constituindo-se, como já foi dito, no maior e mais dinâmico centro urbano da porção oeste do Estado de São Paulo. Em 1970 as ocupações urbanas predominavam amplamente no município, que continua sendo, como foi ao longo de várias décadas, o pólo de comércio e serviços de uma ampla área geográfica que ultrapassa os limites do Estado de São Paulo, atingindo municípios de Estados vizinhos como são os casos daqueles localizados no Sudeste de Minas Gerais, no sul de Goiás e no nordeste do Mato Grosso do Sul. Esta é, de fato a característica que distingue a cidade de Rio Preto das demais cidades que também são centros regionais no oeste paulista, ou seja, a permanência, por um longo período histórico, da cidade como pólo de comércio e serviços modernos, que recicla de forma intensa essas funções, intensificando recorrentemente, sua urbanização e expondo a cidade, já no final da década de 60, ao agravamento dos problemas sociais urbanos, particularmente na área da habitação.

Capítulo 2 – São José do Rio Preto: o movimento da economia regional nas duas últimas décadas

O objetivo desse capítulo é de identificar as especificidades do desempenho econômico da região de Rio Preto nos anos 80 e 90. Os anos 80 apresentaram, conforme sabemos, à economia nacional, condicionantes e limitadores que influenciaram a dinâmica regional brasileira e determinaram muito dos comportamentos particulares das diversas regiões durante toda a década posterior. Nesse contexto, esse capítulo tem como eixo central uma análise da inserção da economia regional rio-pretense no contexto maior da economia paulista.

2.1 Considerações sobre o movimento econômico regional paulista

As especificidades do processo histórico de industrialização do Estado de São Paulo, como já visto no capítulo anterior, são de suma importância para determinar parcela importante do desenrolar do movimento econômico no estado nas décadas seguintes.

Durante a fase da industrialização restringida e da articulação comercial entre as regiões brasileiras, em termos do valor produção estadual, vimos um aumento da participação da RMSP de 64,5%, em 1939 para 66,6% em 1956. Já o interior do estado apresentou taxa decrescente, de 35,5% para 33,4% no mesmo período (Negri, 1996). Isso demonstra o caráter bastante concentrador desta fase do processo de industrialização. Contudo, expressa pouco a sua importância em termos de integração de um mercado interno ainda incipiente, que foi fundamental para a dinamização das mais variadas regiões do estado e para o enlace dos circuitos mercantis previamente existentes nas diversas porções do território paulista.

Considerando os dez principais produtos agrícolas do estado (café, cana-de-açúcar, algodão, amendoim, milho, arroz, feijão, batata e mandioca), durante a consolidação da industrialização restringida, apenas o café, o feijão e o milho apresentaram queda na produção, demonstrando que a industrialização paulista, incrementou, de forma geral, a produção agrícola do estado, muitas vezes

impactando positivamente suas ligações diretas com uma indústria local, notadamente a têxtil e a alimentícia.

No mesmo sentido, a industrialização pesada no Estado de São Paulo, deu os primeiros passos no sentido de incentivar uma integração produtiva no interior do estado. Analisando o processo de industrialização em termos dinâmicos, antes do Plano de Metas, o interior já possuía uma estrutura industrial, que pela própria natureza de sua inserção, estava fortemente concentrada no ramo alimentício, têxtil e químico. A agropecuária era (e ainda é) expressiva na região. No setor têxtil, isso se deve as facilidades do encadeamento produção-industrialização *in loco* do algodão e, por fim, no setor químico, destaque especial à produção de álcool e óleos vegetais.

Para se entender o processo de desconcentração industrial no sentido do interior paulista é necessário ter atenção às políticas de promoção da industrialização do interior, que visaram o fortalecimento do mercado estadual e nacional.

Mais que uma lógica totalmente autônoma na movimentação de capitais, com os novos investimentos geograficamente desconcentrados, as modificações espaciais da indústria de transformação paulista encontraram forte contribuição das políticas públicas. Isso, por sua vez, acarretou impactos consideráveis na rede urbana do interior, com várias cidades e regiões apresentando considerável crescimento, o que pode ser visto pelo aumento da participação do interior vis-à-vis a capital e a RMSP, no período de 1959 a 1985 (Tabela 2.1).

Tabela 2.1 - Modificações Espaciais da Indústria de Transformação do Estado de São Paulo: 1959/1985. (Valores em percentagem do VTI)

REGIÃO/ANOS	1959	1970	1975	1980	1985
RMSP	73,8	74,7	69,4	62,9	56,6
SP	54,8	48,1	44	34,8	29,8
RMSP - SP	19,0	26,6	25,4	28,1	26,8
INTERIOR	26,2	25,3	30,6	37,1	43,4
Total do Estado	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: FIBGE. Censos Industriais de 1959, 1970, 1975, 1980 e 1985. In: Negri (1996)

Problemas sócio-ambientais, como a baixa qualidade de vida, aumento da violência, poluição, entre outros, passaram a ser frequentemente associados à concentração industrial na Grande São Paulo, o que, por sua vez, culminou com uma série de discussões, grupos de trabalho e de políticas de “descentralização” industrial para o interior do estado e para o resto do país. Em muitos casos, a prática de um discurso que visava a desconcentração industrial enquanto forma de melhoria das condições de vida da população e concomitante desenvolvimento do interior do estado, por parte do poder público, era apenas variável política.

Dentre as diversas ações nesse sentido, cabe destaque ao Plano de Interiorização do Desenvolvimento (PID), adotado no governo de Laudo Natel (1971/75) e a “Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado de São Paulo”, no governo de Paulo Egydio Martins (1975/78).

Os problemas das ações públicas, nesses programas, recaíam na lógica de facilitação por parte do estado para as decisões de investimento tomadas pelos empresários. Assim sendo, esse tipo de programa ficava subordinado, segundo Barjas Negri (1996: 172), *“(...) a interesses empresariais, uma vez que tinha como concepção básica ‘que a ação privada revela os caminhos por onde se desenvolve naturalmente a atividade econômica’; ao setor público caberia colaborar para que a adoção de medidas empresariais acelerasse o processo de penetração do desenvolvimento no espaço territorial paulista, deixando fluir as decisões espontâneas de localização industrial”*.

Houve considerável evolução do sistema viário estadual, com o expressivo aumento da malha viária pavimentada que seguia a trajetória da expansão industrial no sentido capital-interior. Os principais eixos considerados “caminhos naturais do desenvolvimento” seguiam a Castelo Branco rumo a Sorocaba, a Via Dutra em direção ao Vale do Paraíba, a Anhanguera em direção a Ribeirão Preto e a Washington Luiz no sentido da região de São José do Rio Preto. Isso, por sua vez, contribuiu, para a aceleração do processo de urbanização no estado e o fortalecimento de diversos núcleos urbanos enquanto pólos regionais¹⁷.

¹⁷ Conforme apontado no primeiro capítulo.

Nesse sentido, as políticas públicas estaduais contribuíram com a integração da região de Rio Preto à dinâmica mais geral da economia paulista, consolidando sua inserção enquanto ofertante de produtos agropecuários e agroindústrias e consumidora de diversos gêneros industriais fornecidos tanto pela capital quanto por outras regiões. **A cidade-pólo desta região se consolida enquanto entreposto mercantil e de serviços de vasta região.**

A centralidade do município de Rio Preto foi facilitada, como já apontado, pelos investimentos que a região noroeste recebeu durante as décadas de 80 e 90 no setor de transporte, principalmente na duplicação da rodovia SP-310 (Washington Luiz) entre o trecho de Matão a São José do Rio Preto. Além disso, foram importantes diversos investimentos na pavimentação e construção de rodovias vicinais para a circulação de passageiros e mercadorias entre diversos municípios. Segundo Matushima (2001: 51), *“A duplicação da Washington Luiz foi realizada no governo de Orestes Quércia (1987-1990), quando o então vice-governador era Antônio Fleury Filho, natural da região de São José do Rio Preto. A construção da ponte rodoferroviária sobre o rio Paraná foi iniciada no governo Fleury (1991-1994), que possuía base política na região, e foi apoiado pelo governo municipal de São José do Rio Preto, cuja administração ficou nas mãos do PMDB entre 1982 e 1996 e também por diversas lideranças políticas”*.

A construção da ponte rodoferroviária sobre o rio Paraná foi realizada em meio a uma disputa entre políticos e setores econômicos da região noroeste do Estado de São Paulo e de parte do Triângulo Mineiro, que reivindicava que a obra fosse realizada sobre o rio Paranaíba, ligando Mato Grosso do Sul a Minas Gerais. Contudo, a inexistência de uma malha rodoviária satisfatória e de uma ferrovia ligando Minas Gerais à divisa com o Mato Grosso do Sul, que já existia no trecho paulista, foram fatores técnicos importantes na decisão de escolha do local de construção da ponte (Matushima, 2001).

Outro fator decisivo foi a interferência do governo estadual de São Paulo, que fez grande pressão para que a obra fosse realizada entre São Paulo e Mato Grosso do Sul, inclusive, comprometendo-se a financiar a maior parte da obra, atendendo a interesses políticos e econômicos da região noroeste do estado.

Além disso, a obra garantiria o uso do porto de Santos, já que toda a malha ferroviária do estado é ligada ao porto.

Em resumo, até 1970 temos a formação da rede urbana regional com a expansão da malha rodoviária, o esgotamento do processo de ocupação de novas áreas via expansão ferroviária e a emancipação de uma série de novos municípios. A partir de 1970 passou-se a ter uma diferenciação da dinâmica regional paulista em relação ao contexto nacional que, grosso modo, manteve o dinamismo econômico do interior (Negri, 1996).

Até a metade da década perdida, o amadurecimento de alguns investimentos iniciados durante a implantação do II PND, permitiu a continuação do processo de desconcentração industrial. Contudo, segundo Cano (1998a/b), a crise dos anos 80, aumentou a desconcentração mais pelas quedas mais altas da produção paulista do que por maiores altas na produção periférica, isto é, revelou-se uma desconcentração mais de caráter estatístico.

O movimento geral da indústria no Estado de São Paulo¹⁸, e os mecanismos de facilitação da interiorização da Indústria não cessaram no pós-1985, o que pode ser percebido na Tabela 2.2, pelas respectivas participações de cada região no VAF estadual¹⁹.

A RMSP perde participação saindo de 64,09% em 1980 para 41,21% em 2000, absorvendo uma perda de 35,7%. Ganham participação, em especial, as regiões de Campinas e São José dos Campos. A primeira com um aumento de 56,7% na sua participação, saindo de 15,09% em 1980 para 23,65% em 2000; a segunda com expressivo aumento de 79,7% saltando de 4,30% no início da década perdida para 13,93% no final do período. Em grande parte esses aumentos podem ser creditados a realização de investimentos nos setores considerados de alta tecnologia como informática, eletrônica e telecomunicações.

É inegável o movimento da indústria rumo ao interior, contudo, ainda é na capital que permanecem e concentram-se os centros de gestão das empresas.

¹⁸ Movimento esse exaustivamente estudado por Cano (1998a) e (1998b) e Negri (1996).

¹⁹ Os dados de valor adicionado fiscal por setor para as RG's e para a RA de Rio Preto encontram-se nos anexos.

Mesmo aquelas que se instalaram em outras regiões têm em São Paulo suas sedes estratégicas e corporativas. Continua em São Paulo, e em alguns municípios vizinhos, as atividades de maior valor agregado, como por exemplo, as grandes instituições do mercado financeiro, nacionais e estrangeiras e também as consultorias especializadas (Cano, 1998a/b).

Aumentos também foram sentidos pelas regiões de Sorocaba (34,4%), com especial destaque para a indústria madeireira, metalúrgica e extração de minerais não-metálicos e para a geração de energia; Ribeirão Preto (93,7%)²⁰, com a complexificação das cadeias produtivas agrícolas da laranja, da cana – usinas de açúcar e álcool – e incrementos no setor de máquinas e equipamentos agrícolas; e Central (15,73%) que, para além do dinamismo do setor citrícola, contou com investimentos nas indústrias automobilística e de máquinas e equipamentos, eletricidade, gás e água quente, concentrados geralmente em Araraquara e São Carlos. As demais regiões mesmo em alguns casos com aumentos relativos consideráveis ainda não representam mais que 2% do VAF estadual.

É nessa última situação que se encontra a RA de São José do Rio Preto, com uma participação inferior a 1% até meados da década de 90 e a partir de então, registrando um aumento de sua participação que, contudo, teve seu ápice em 1999, com 1,7%, recuando no ano seguinte para 1,4% (Tabela 2.2).

²⁰ Apesar de ter aumentado significativamente a RA de Ribeirão Preto em 2000 contribuía com apenas 2,17% do VAF estadual.

Tabela 2.2: Distribuição do Valor Adicionado Fiscal da Indústria de Transformação por Região Administrativa do Estado de São Paulo. (Em %)

RA / Anos	1980	1985	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
RA Araçatuba	0,33	0,49	0,66	0,65	0,73	0,70	0,65	0,65	0,67	0,92	1,03	1,08	0,97
RA Barretos	0,42	0,68	0,51	0,76	0,52	0,49	0,50	0,48	0,54	0,72	0,70	0,85	0,76
RA Bauru	1,10	1,38	1,21	1,34	1,18	1,38	1,51	1,51	1,51	1,52	1,65	1,78	1,59
RA Campinas	15,09	17,45	19,22	18,35	20,90	21,92	20,07	21,48	19,26	18,56	20,31	21,06	23,65
RA Central	1,78	2,28	1,75	2,44	1,97	1,72	2,04	1,76	2,06	2,13	2,12	2,37	2,06
RA Franca	0,75	0,93	1,18	0,87	0,75	0,91	0,99	0,85	0,84	1,19	1,23	1,28	1,16
RA Marília	0,54	0,80	0,87	0,74	0,67	0,80	0,83	0,81	0,91	1,11	1,18	1,14	0,96
RA Presidente Prudente	0,36	0,41	0,35	0,42	0,36	0,38	0,39	0,36	0,41	0,59	0,62	0,59	0,42
RA Registro	0,17	0,22	0,12	0,02	0,19	0,14	0,12	0,13	0,14	0,19	0,21	0,25	0,21
RA Ribeirão Preto	1,12	1,63	1,19	1,29	1,19	1,66	1,60	1,90	2,03	2,15	2,46	2,26	2,17
RA Santos	4,30	4,06	2,61	3,70	5,04	3,42	3,37	3,22	2,28	2,29	2,43	2,48	4,20
RA São José do Rio Preto	0,56	0,67	0,95	0,85	0,75	0,87	0,90	1,00	1,12	1,61	1,60	1,73	1,40
RA São José dos Campos	4,98	6,33	6,35	7,13	8,16	7,22	8,76	8,75	9,17	9,05	9,31	10,57	13,93
RA Sorocaba	3,96	4,92	4,92	4,65	4,80	4,46	4,69	5,23	5,38	5,72	5,75	5,83	5,32
RM de São Paulo	64,09	57,39	58,11	56,63	51,64	53,91	53,59	51,86	53,68	52,04	49,39	46,74	41,21
Total de São Paulo	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Base de Dados: Fundação SEADE - Tabulações Especiais: CEDE-IE/UNICAMP.

Notas:

(sigilo) = sigilo em função de poucas empresas atuando nesse setor (três ou menos)

(-) = fenômeno inexistente.

(0) = não foi atingida a unidade adotada

A forma das articulações mercantil e produtiva estabelecidas entre as diversas regiões do interior paulista consolidou uma integração com um aprofundamento da divisão inter-regional do trabalho com o fortalecimento da agropecuária, com crescente fortalecimento das cadeias produtivas agroindustriais.

Segundo Vasconcelos (1992), a Região Administrativa de São José do Rio Preto triplicou sua contribuição relativa no que se refere a sua participação no valor agregado da indústria paulista. Essa performance deveu-se, basicamente pelos implantes regionais de setores produtores de Bens de Capital e Bens Intermediários, ambos ligados ao segmento agroindustrial, notadamente as cadeias produtivas de insumos energéticos e de produtos exportáveis. Esses segmentos são semelhantes aos que apresentaram crescimento na década seguinte.

Houve, nos anos 80, uma deterioração global da situação econômica da América Latina e, em especial, do Brasil. Conhecida como a década da “crise da dívida”, se olhada em retrospectiva percebemos o forte movimento de transferências de recursos reais ao exterior para o pagamento da dívida externa (Carneiro, 2002). Entretanto, em que pese às dificuldades enfrentadas pela economia nacional nesse período, a política de geração de mega-superávits impeliu o governo a manter os subsídios e incentivos às exportações a fim de gerar dólares a serem transferidos ao exterior.

Essa orientação da política brasileira gerou impactos significativos na economia do Estado de São Paulo, em especial nas regiões agrícolas e agroindustriais. Vejamos, mais detalhadamente o comportamento agrícola paulista e rio-pretense.

2.2 A agricultura e a agroindústria: uma visão regionalizada

Mesmo tendo forte preponderância industrial, São Paulo tem a agricultura mais diversificada e moderna do país e ainda o maior mercado consumidor de produtos agrícolas, tanto nacionais quanto importados do Brasil.

Aliando à diversificação agrícola, o incremento tecnológico, utilizado como instrumento de política pública, altamente difundido nos anos 70, foi fundamental e decisivo para transformar a agricultura paulista na mais moderna do país. Esse padrão persistiu durante toda a década de 80, cumprindo o papel de geração de superávits comerciais para fazer frente aos serviços da dívida externa.

Entretanto, os anos 90 foram marcados pela intensificação do processo de globalização e de reestruturação produtiva que, em grande medida, alterou as formas anteriores de competição no mercado interno e internacional. Data desse período, a abertura econômica que, ainda sob o Governo Collor, dificultou a pequena produção agrícola, com o aumento das importações, inclusive de gêneros básicos.

Verifica-se que, em decorrência das mudanças recentes na agricultura e na economia brasileira, ocorreram alterações significativas na agricultura de São Paulo. O estado tem se concentrado nas lavouras para as quais existem vantagens competitivas internacionais elevadas, como a laranja e a cana-de-açúcar, por exemplo, ambas com forte presença no entorno de Rio Preto.

São Paulo responde por quase a totalidade da produção de laranja, assim como da exportação do suco do país. A sua área produtiva segue os eixos rodoviários rumo ao noroeste e nordeste paulista, via Washington Luiz e Anhanguera respectivamente. No que se refere à cana, para se ter uma idéia do avanço recente dessa cultura na Região Oeste e Noroeste do estado, estão previstos, entre 2004 e 2006, a instalação de sete novas usinas de processamento de cana na região e aumento da capacidade de esmagamento das usinas que estão em operação, somando cerca de R\$ 1 bilhão em investimentos (Quadro 2.1).

Os impactos podem ser sentidos na valorização do preço da terra: o alqueire paulista que, no fim de outubro de 2002, oscilava em torno de 8 a 10 mil reais, era, aproximadamente oito meses depois, negociado entre 14 e 15 mil reais a mesma unidade de terra²¹.

Quadro 2.1 - Novos projetos de usinas de açúcar e álcool no oeste, noroeste e centro-oeste de São Paulo.				
Nome	Município	RA ^a	Início da operação	Capacidade de esmagamento (t)
Unidade 2 da Clealco	Queiroz	Marília	2004	Não disponível
Usina Vertente	Guaraçaí	Araçatuba	2004	2,5 milhões
Unidade 2 da Destilaria Pioneiros	Ilha Solteira	Araçatuba	2006	4,0 milhões
Usina Everest	Penápolis	Araçatuba	2004	Não disponível
Grupo Petribu	Sebastianópolis do Sul	São José do Rio Preto	2004	1,5 milhão
Usina Dracena de Açúcar e Alcool	Dracena	Presidente Prudente	2004	1,2 milhão
Unidade 2 da Álcoeste	Ouroeste	São José do Rio Preto	2005	2,0 milhões

Fonte: Levantamento das Usinas e Destilarias do Oeste Paulista. In: OESP, 22 de junho de 2003.

Nota: ^a Coluna não consta no original.

É notório o empenho do atual governo estadual em desenvolver o setor agrícola visando o agronegócio e a exportação inclusive com o direcionamento dos institutos de pesquisa para esse fim²². Do cenário que se monta para o futuro da agricultura paulista, baseada em cadeias produtivas com vistas à exportação, em termos regionais, observam-se especificidades e tendências regionais merecedoras de uma análise mais detalhada²³.

A Região Metropolitana de São Paulo, dado seu alto grau de industrialização tem participação marginal na agropecuária paulista, cabendo exceção as hortícolas, desenvolvendo e difundindo tecnologia na produção de frutas, verduras e legumes, flores e ovos. Mais de 2.000 produtores, em cerca de

²¹ O Estado de São Paulo em 22 de junho de 2003.

²² Nesse sentido a criação dos pólos da APTA, ligada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, é um bom exemplo.

²³ Parte das análises feitas sobre a dinâmica da agricultura paulista tem como base a pesquisa de "Estudos de Mercado de Trabalho como Subsídio para a Reforma da Educação Profissional no Estado de São Paulo", encomendado pelo MEC à Fundação SEADE da qual o autor participou enquanto pesquisador, viajando para diversas regiões do estado.

6.000 hectares são responsáveis pelo abastecimento de considerável fatia do mercado consumidor do estado²⁴. A Região Metropolitana da Baixada Santista também tem pequena participação na agricultura do estado, exceto em atividades ligadas à pesca.

A RA de Campinas é notoriamente industrial, com elevada concentração de indústrias de alta tecnologia. Nessa região a agricultura estabelece fortes ligações a montante e a jusante com a agroindústria, em especial com a cana-de-açúcar em Piracicaba e a laranja em Americana. No entanto, essa região diferencia-se pela maior diversificação com a presença da fruticultura em Indaiatuba, Valinhos, Vinhedo, Jundiaí (figo, uva, pêssego, entre outros), a olericultura, floricultura e o cultivo de plantas ornamentais em Holambra, Atibaia e Limeira. As pequenas propriedades são familiares, contudo, tecnificadas, muitas vezes inclusive com gestão empresarial.

A RA de São José dos Campos caracteriza-se por ser uma importante bacia leiteira no Estado de São Paulo, com estrutura fundiária marcada pela pequena propriedade de base familiar. O avanço do sistema de integração de pecuaristas com as multinacionais, ligadas à produção de leite UTH²⁵ (Longa Vida), não trouxe avanços para esses produtores. Com a instituição dos *monopsônios* na cadeia produtiva do leite, houve queda nos preços reais recebidos, com respectivo aumento dos custos de produção, conformando uma tendência de disseminação do leite tipo C, em detrimento do leite B²⁶. Além da atividade leiteira, a região ainda apresenta a criação de suínos, eqüinos, muares, caprinos, ovinos, bubalinos, aves e peixes, além de arroz.

A RA de Registro possui pouca expressão econômica, inclusive nas atividades agropecuárias, destacando-se a produção de bananas, com aproximadamente 70% da produção estadual, e erva-mate, além do turismo ecológico, como atividade de grande potencial na região. Especificamente seu

²⁴ Conforme O Estado dos Municípios 1997-2000: Índice Paulista de Responsabilidade Social. Assembléia Legislativa, SP, 2003.

²⁵ Ultra High Temperature, processo no qual o leite é elevado a altas temperaturas e logo em seguida sobre um rápido arrefecimento.

²⁶ Esse fato tende a se agravar, se ações públicas não forem tomadas, depois da descoberta das fraudes contábeis da Parmalat, na Itália que, por sua vez, já repercutem no Brasil, com aumento de estoques do produto e conseqüentes quedas nos preços.

produto mais tradicional – a banana – está tendo dificuldades de firmar-se no mercado interno e internacional pois enfrenta um recente aumento da concorrência, dado o aumento do cultivo da fruta em outras regiões²⁷.

As RA's de Bauru e Central têm na produção de grãos e de café suas atividades agropecuárias principais. Sendo que as agroindústrias da região estão voltadas à transformação em óleos e farelos basicamente. A região Central ainda apresenta expressiva produção de laranja e produção de suco.

A RA de Sorocaba, apresenta-se mais como uma zona de transição, com a entrada da citricultura, inclusive com a instalação de uma unidade industrial de suco de laranja²⁸. Registra-se também a presença de uma pecuária leiteira em pequenas propriedades e de corte em propriedades médias. Mas, a principal atividade agrícola da RA de Sorocaba é o cultivo de hortifrutigranjeiros, com destaque para o cinturão verde próximo a RMSP e a avicultura de corte e postura, além da grande produção de batatas em médias e grandes propriedades com alto grau de tecnificação, especialmente em Itapetininga.

A região mais a oeste do estado, composta pelas Regiões Administrativas de Marília, Presidente Prudente e Araçatuba tem pouca expressão industrial, com uma economia que gira em torno da agropecuária. Concentram parte significativa dos latifúndios do estado, predominando a pecuária de corte. A RA de Presidente Prudente é o mais importante pólo pecuarista do Estado de São Paulo e a terceira maior bacia leiteira paulista. Na RA de Marília destaca-se a produção de café, soja e milho, além de leite tipo B.

Já na Região Administrativa de Araçatuba, para além de uma presença maior das atividades industriais, a atividade agrícola mais dinâmica é, de longe, o cultivo da cana-de-açúcar, com tendência de crescimento²⁹. No geral, a agricultura desta vasta porção oeste do estado encontra-se pouco capitalizada, configurando duas importantes dinâmicas espacialmente localizadas, uma ligada à indústria sucroalcooleira polarizada pela região de Araçatuba e outra mais ligada à pecuária

²⁷ Existem experiências de consorciamento entre a banana e a seringueira, enquanto essa última ainda não atinge a idade de produção, facilitando a expansão do cultivo de bananas em outras regiões, não só do Estado de São Paulo, como no Triângulo Mineiro, por exemplo.

²⁸ Citrovita Agro Pecuária Ltda, do Grupo Votorantin em Itapetininga.

²⁹ Conforme apontado no Quadro 2.1 dessa sessão.

nos limites de Presidente Prudente, com forte expansão do cultivo de grãos³⁰. Com a rápida entrada da cana na região oeste, em especial em Araçatuba e entorno, as áreas destinadas ao rebanho diminuíram, passando a dividir sua histórica importância na economia regional.

Nas Regiões de São José do Rio Preto, Barretos, Ribeirão Preto e Franca, concentra-se a agricultura de maior valor comercial do estado, em particular as atividades dos complexos agroindustriais da cana-de-açúcar e da laranja. Nas RA's de Franca e Barretos, é expressiva a atividade canavieira associada à produção de álcool e açúcar, com a presença de grãos (milho, soja e sorgo) que contribuem na rotação de culturas. Em Barretos tem ainda a citricultura com indústrias de suco de laranja e, em Franca, a existência de áreas consideráveis ocupadas com o plantio do café.

Na RA de Ribeirão Preto, a capitalização do setor agropecuário chama atenção, tendo na indústria sucroalcooleira o maior destaque. A presença de várias unidades industriais ligadas diretamente com a agricultura consolidou essa região como um dos pólos agroindustriais mais importantes do Brasil. Além das usinas de açúcar e álcool, a região ainda apresenta beneficiadoras de café, amendoim e soja, frigoríficos, indústrias alimentícias de derivados de leite e ainda indústrias de ração, de fertilizantes e várias indústrias de suco de laranja.

Na RA de São José do Rio Preto, foco central do trabalho, a atividade agropecuária iniciou-se com a bovinocultura e o café, durante a colonização da região. Este último, todavia, reduziu drasticamente sua participação devido a problemas climáticos, comerciais e o avanço de culturas como a cana e a laranja já nos anos 80.

Em grande medida foi o comportamento positivo da agricultura regional rio-pretense que, em anos de crise da economia nacional, deu suporte ao crescimento regional e o fortalecimento de Rio Preto enquanto pólo de comércio e serviços, quando grande parte do país sentia a retração econômica e a alta

³⁰ O aumento do cultivo de grãos, especialmente soja nas regiões de Presidente Prudente e Marília, segundo alguns depoimentos, encontra correspondência no recrudescimento da questão agrária na região, expressa nas ocupações do MST.

inflação que juntos diminuía o poder de compra dos salários e aprofundavam cada vez mais as disparidades sócio-regionais.

Os anos 80, marcados pelas repetidas tentativas de ajustamento da economia brasileira, deram dinâmica impar a agricultura paulista e, em especial à da Região de Rio Preto. A produção e exportação da laranja e do suco estimulados pela expansão do mercado internacional, especialmente dos Estados Unidos, Europa e Ásia, tiveram saldo positivo na década perdida. A taxa cambial brasileira, que favorecia a exportação, e as fortes geadas nas áreas de produção norte-americana facilitaram o bom desempenho do setor citrícola (Tartaglia e Oliveira, 1988).

A expansão da cana-de-açúcar fora das zonas tradicionais de produção teve participação do governo estadual através do Procana – Programa de Expansão da Canavicultura para a Produção de Combustível do Estado de São Paulo. O objetivo era de aumentar a produção fora das regiões de Piracicaba, Araraquara e Ribeirão Preto. Esse programa resultou na expansão do cultivo da cana na RA de São José do Rio Preto, estimulando a instalação de usinas para a produção de álcool (Tartaglia e Oliveira, 1988).

Em termos gerais, a região apresenta atividades agrícolas bem diversificadas, principalmente entre as culturas temporárias. Parte relevante dessas culturas está ligada à pecuária local, como cana-de-açúcar e milho forrageiros, havendo também participação considerável do milho e cana-de-açúcar voltados à venda para processamento. As culturas permanentes, por sua vez, são bastante concentradas na produção de laranja e, em menor grau, o cultivo do café e de seringueira. Tanto a citricultura quanto à seringueira se articulam com indústrias locais, mais especificamente as de São José do Rio Preto.

Essa região também é forte na bovinocultura. De mais de 12 milhões de bovinos do estado, 2 milhões estão na região de São José do Rio Preto³¹. A RG de Fernandópolis é a mais expressiva, apresentando o maior número de animais destinados à cria e recria-engorda.

³¹ Dados aproximados disponíveis em www.iea.sp.gov.br, no banco de dados Subjetiva do IEA.

No que se refere aos deslocamentos realizados com a atividade pecuária, as movimentações para cria e recria-engorda são de curtas distâncias, dentro da própria RA ou nas regiões mais próximas do Mato Grosso do Sul e Triângulo Mineiro. Para o abate, chega-se a buscar bovinos em distâncias mais longas, inclusive no Mato Grosso, a depender do preço negociado por arroba, contudo, a maioria dos animais abatidos na região é da própria RA.

Fato importante a ser ressaltado é a alteração do papel desempenhado pela cidade de Rio Preto no controle sobre a movimentação dos bovinos na região. Se nos anos 70, a cidade exercia importante função centralizadora na comercialização desse produto, nos anos 90 e início de 2000, Fernandópolis tem assumido esse papel. Em entrevistas colhidas nesse último município, identificou-se a ampliação da movimentação econômica da pecuária, em especial de corte. Os principais frigoríficos do município têm escritórios tanto no Mato Grosso como no Mato Grosso do Sul, facilitando a compra para abate e pressionando os preços locais para baixo.

Sendo a agricultura a principal atividade da região é importante ter claro qual o movimento que ela tem tomado nos últimos anos e quais as perspectivas futuras. As culturas que apresentaram maiores quedas em área plantada foram o arroz, o algodão e o café. O arroz, pela sua própria característica de cultura desbravadora de baixo valor agregado, acaba encontrando em outras regiões maior facilidade de cultivo. O algodão, que até meados dos anos 80 ainda tinha certa representatividade em área, a partir de 1985 começa a apresentar quedas sucessivas, para em 2000 ter um pequeno surto de crescimento, mas longe de atingir os patamares históricos de produção (Tabela 2.3).

No que se refere ao café, a sobrevida dessa cultura durou até 1985, contudo a partir deste ano, o cultivo foi sendo abandonado em função dos baixos preços do mercado internacional, dada a concorrência do café colombiano e de áreas mais competitivas como o Triângulo Mineiro, hoje maior produtor nacional.

Em que pese os dados ainda não captarem devidamente movimento nesse sentido, é possível uma retomada dessa cultura na região dada a recente recuperação dos preços internacionais do produto que, em 1997, atingiu US\$ 25 a saca, mantendo-se em patamares elevados. Depoimentos colhidos em entrevistas indicam que alguns produtores estão dispostos a trocarem a cultura da laranja pela do café se o problema de pragas na citricultura não for controlado.

Tabela 2.3 – Área Plantada das Principais Culturas, Variações Percentuais e Participação de cada Produto no Total da Área em 2002 na RA de São José do Rio Preto

Culturas	Área (ha)						Variações				% de 2002
	1985	1990	1995	2000	2002	2003	1990/85	2000/90	2003/00	2003/85	
Pastagem Cultivada	1.114.723	1.182.616	1.272.089	1.348.119	1.339.447	1.325.843	6%	14%	-2%	19%	57%
Cana para Indústria	110.888	122.820	142.282	172.987	209.921	224.692	11%	41%	30%	103%	9%
Mata Natural	100.239	74.688	90.807	125.199	129.620	131.939	-25%	68%	5%	32%	6%
Milho em grão	155.564	151.428	149.596	129.094	133.133	125.239	-3%	-15%	-3%	-19%	6%
Pastagem Natural	188.176	168.767	117.443	83.657	89.652	106.462	-10%	-50%	27%	-43%	4%
Laranja	66.812	111.621	162.159	114.901	101.300	99.829	67%	3%	-13%	49%	4%
Algodão em Carvão	69.103	56.487	42.370	16.228	17.693	20.519	-18%	-71%	26%	-70%	1%
Soja	11.726	12.917	14.334	12.836	12.015	17.125	10%	-1%	33%	46%	1%
Cana para Forragem	8.955	7.881	14.233	14.015	15.534	15.308	-12%	78%	9%	71%	1%
Seringueira	159	1.956	7.274	11.637	12.491	13.148	1132%	495%	13%	8178%	1%
Limão	2.576	-	-	12.609	11.973	11.886	-	-	-6%	361%	1%
Café Beneficiado	139.036	88.058	21.915	11.294	-	-	-37%	-87%	-	-	-
Manga	1.621	8.036	16.405	10.610	10.120	-	396%	32%	-	-	0%
Eucalipto	10.752	10.123	8.122	7.013	7.385	6.825	-6%	-31%	-3%	-37%	0%
Arroz em Casca	72.887	48.688	28.898	9.477	5.622	4.589	-33%	-81%	-52%	-94%	0%
Poncã	273	133	458	1.064	969	1.007	-51%	703%	-5%	269%	0%
Uva	12	78	758	840	804	748	550%	977%	-11%	6133%	0%
Goiaba	215	236	614	669	621	573	10%	183%	-14%	167%	0%
Murcote	196	255	228	316	421	478	30%	24%	51%	144%	0%
Tangerina	210	148	75	127	107	144	-30%	-14%	13%	-31%	0%
Abacate	505	157	213	200	143	127	-69%	28%	-37%	-75%	0%
Mexerica	18	8	4	23	16	43	-55%	181%	90%	143%	0%
Mamão	87	63	137	63	23	17	-28%	0%	-74%	-81%	0%

Fonte: IEA.

Nota: As culturas informadas em pés foram convertidas para ha conforme pesquisa disponível em Informações Econômicas, SP, v.30, n.7, jul.2000.

Outras culturas de menor importância na região e que também apresentaram queda foram o mamão e o abacate. Essas culturas cederam lugar para a fruticultura mais “polivalente”, que pode se destinar tanto à mesa como à indústria de sucos, como é o caso da uva, goiaba e manga, que registraram crescimento em sua área plantada. Jales concentra o maior número de fruticultores da região.

O desempenho da RA nestas atividades evidencia uma característica mais geral da economia paulista que é sua alta agilidade e flexibilidade para mudar culturas e “especializações” graças a potência e diversificação de sua estrutura produtiva, de ciência e tecnologia, etc.

Queda também foi registrada das áreas destinadas ao eucalipto na região de Rio Preto. Essa cultura tem concentrado seu plantio em regiões próximas às indústrias de papel e celulose, em especial no Vale do Paraíba (onde se localizam as empresas Nobrecel, a Suzano e a Votorantim Celulose e Papel) e na região de Sorocaba (com as unidades indústrias da Ripasa, Suzano e Votorantim).

Como já observado, o crescimento da cana-de-açúcar na RA de Rio Preto não é de exclusividade dessa região, ocorrendo em diversas áreas do estado. O relevo, sem grandes acidentes geográficos, facilita a mecanização, ainda pouco explorada na região. A possibilidade de crescimento, em área, ajuda a reduzir o custo do plantio nessa região, se comparado com outras regiões que, esgotadas as áreas de plantio, têm concentrado esforços no crescimento em produtividade, como o caso de Piracicaba e Ribeirão Preto.

Constata-se o crescimento da citricultura, não apenas com a laranja mas também com o plantio de limão, mexerica, poncã e murcote. Também estão sendo destinadas grandes áreas para o plantio da seringueira. A seringueira foi a cultura que apresentou maior crescimento na região. Essa recente expansão atraiu uma das grandes empresas mundiais de processamento de látex que se instalou em Rio Preto, o que por sua vez, serviu de incentivo ao aumento da área plantada.

Fato que chama a atenção é o comportamento da laranja. Essa cultura teve, nos anos 80, o expressivo crescimento em área plantada, com a implantação de várias indústrias de sucos em municípios do entorno próximo a Rio Preto, como

Colina, Mirassol, Uchoa, entre outros, configurando o que se convencionou chamar de “Corredor Citrícola”, contudo, no período recente essa cultura vem apresentando quedas sucessivas em área plantada.

Os baixos preços recebidos pelos produtores e as doenças que infestaram os pomares, como a Clorose Variegata dos Citros (CVC) e, mais recentemente, a Morte Súbita, têm colocado os produtores regionais em situação de alerta³².

Como já apresentado, existem intenções de substituição dessa atividade pela cafeicultura e ainda uma tendência de transferência dos grandes pomares para a margem sul do Tietê, em função da menor concentração de pomares e conseqüente menor incidência possível de pragas e doenças.

O crescimento intenso da citricultura ao longo dos anos 80 fez dessa cultura a principal atividade na geração de emprego e renda na área rural, o que permitiu o desenvolvimento mais acentuado das atividades de comércio e serviços da região, em especial de municípios menores e de baixa atividade econômica, assim como a industrialização do suco em alguns municípios. Entretanto, a decadência da atividade citrícola, ao longo dos anos 90, retirou uma importante fonte de renda dos municípios.

O efeito dessa decadência sobre o nível de emprego ainda não foi sentido em toda sua intensidade, no entanto, a crescente erradicação de pomares e os baixos investimentos em novos pés apontam para uma queda da produção no futuro e, portanto, queda do emprego rural, que pode recuperar com o intenso avanço dos canaviais, entretanto com uma remuneração inferior e com um trabalho menos qualificado.

³² A Morte Súbita é uma doença incurável que mata o pé em poucos dias e já atingiu pelo menos 10 cidades da região.

2.3 O desempenho sócio-econômico da RA de São José do Rio Preto nos anos 90

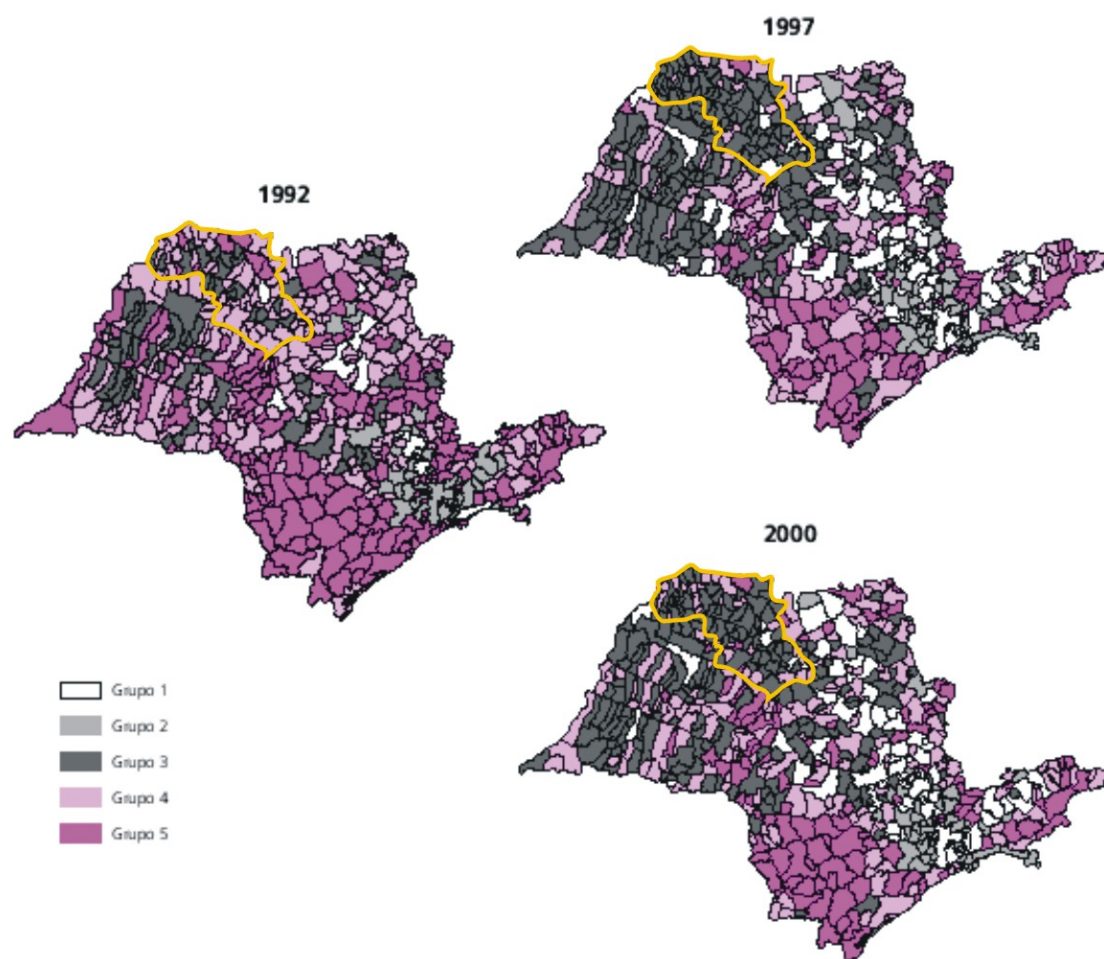
Dada a dificuldade pelas quais passou o país no início dos anos 90, no que se refere ao sistema estatístico nacional, faltam informações que dêem conta de um maior detalhamento sócio-econômico nos níveis regional e local. Contudo, merece referência, iniciativas como o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS)³³ que, em que pese às críticas para a elaboração e aplicação, tem alguns pontos importantes como o retrato dado pelas suas três dimensões, a saber: riqueza, longevidade e escolaridade.

Mais do que discutir a funcionalidade ou não desse indicador o que buscamos destacar aqui é a situação da RA de São José do Rio Preto, primeira colocada no *ranking* das duas dimensões sociais apresentadas. Houve redução em todas as taxas de mortalidade na região e os patamares encontrados são mais favoráveis que as médias estaduais³⁴.

Em relação à dimensão escolaridade, a região também apresenta patamares superiores aos do estado. Como exemplo, enquanto o estado, como um todo, apresentou, para o ano de 2000, 65,6% de jovens de 15 a 19 anos que completaram o ensino fundamental, na RA de Rio Preto esse percentual saltou de 53,6% para 71,8% de 1997 a 2000.

³³ O IPRS é um sistema de indicadores socioeconômicos encomendado à Fundação Seade pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que já foi calculado para 1992, 1997 e 2000.

³⁴ Conforme O Estado dos Municípios 1997-2000: Índice Paulista de Responsabilidade Social. Assembleia Legislativa, SP, 2003.



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

As duas dimensões apresentadas – longevidade e escolaridade – indicam a situação confortável da população em relação, entre outras coisas, ao oferecimento de uma infra-estrutura pública condizente com as necessidades regionais. Segundo o Censo de 2000, dos 1.297.799 habitantes da RA, 96,5% contam com ligação de rede de esgotos em suas residências; 97,8% com ligação à rede de água com canalização interna; 99,3% contam com coleta de lixo direta e indireta e 99,8% das residências contam com iluminação elétrica. Apenas 8,8% dos domicílios são considerados inadequados, isto é, em setor subnormal, tipo cômodo, sem banheiro, ou com até três cômodos. Outro fator importante é o aumento da participação da rede municipal de ensino no oferecimento de vagas no ensino fundamental.

A dimensão riqueza, na região de Rio Preto, ficou aquém das outras dimensões, décima no ranking e abaixo da média registrada para o estado. Quando decomposta, a dimensão riqueza mostra queda nas duas variáveis monetárias na Região Administrativa de Rio Preto. O rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 559 para R\$ 515, enquanto a média do estado em 2000 era de R\$ 806 e o valor adicionado fiscal *per capita* reduziu-se de R\$ 3.270 para R\$ 2.988, enquanto a média do estado, em 2000, era de R\$ 4.890.

Recuperando o que foi dito anteriormente, no que se refere ao IPRS, ele proporciona um importante retrato e pode contribuir para ações tópicas por parte do poder público, contudo esse indicador não dá conta da dinâmica econômica, dinâmica essa melhor analisada através do VAF – valor adicionado fiscal. Esse indicador corresponde ao valor das mercadorias saídas de uma empresa acrescido do valor dos serviços e deduzido o valor das mercadorias e serviços recebidos na mesma empresa.

A importância do VAF está no fato de ser um instrumento de estimação do nível de crescimento ou queda na economia de cada município. Se o índice caiu em relação ao ano anterior significa que houve queda no faturamento das empresas de modo geral e que a economia do município perdeu desempenho. Por outro lado, se o índice subiu, isso demonstra um crescimento da base de faturamento municipal, ou seja, a economia obviamente cresceu.

Porém, é importante advertir que na agropecuária nem todas as transações são registradas e, no setor de serviços, somente os serviços de transportes, comunicações e de geração e distribuição de energia elétrica são computados, deixando, portanto esses setores subestimados. Portanto, o VAF total de São José do Rio Preto sub-avalia sua real performance econômica.

Contudo, para o comportamento industrial o VAF é o melhor instrumento a ser analisado. Pelos dados do Quadro 2.2 podemos perceber que, na RA de São José do Rio Preto, dividem importância a indústria, o comércio e o setor de serviços.

A oscilação presente na agropecuária explica-se, para além da subestimação já comentada, pelo duplo movimento pelo qual passou a região. Por um lado mantendo a oferta de bens de consumo não-duráveis como o setor de alimentos e processamento de matérias-primas de origem regional pela agroindústria. Por outro lado, aumenta a importância relativa dos setores produtores de bens intermediários e de bens de capital, em ambos, principalmente, os relacionados à agropecuária.

Outro fator que contribuiu com o aumento relativo da indústria na região nos últimos anos, se comparado aos anos 80, foi a forte presença na agroindústria regional dos produtos energéticos como álcool carburante, dos exportáveis como sucos cítricos e da agroindústria da carne.

Quadro 2.2 – Distribuição Relativa do VAF por Setor de Atividade							
REGIÃO	SETOR DE ATIVIDADE	ANOS					
		1995	1996	1997	1998	1999	2000
RA de São José do Rio Preto	Indústria	32,2	35,0	33,8	32,8	38,3	37,4
	Comércio	29,9	25,3	26,3	25,7	24,3	23,8
	Agropecuária	8,0	10,8	11,7	12,6	11,9	3,1
	Serviços	16,7	18,3	18,1	19,4	20,6	22,5
	Outros	13,2	10,7	10,0	9,5	4,8	13,2
RG de Catanduva	Indústria	43	43,6	43,4	40,1	53,0	57,3
	Comércio	20,4	16,7	17,2	17,8	16,5	14,8
	Agropecuária	8,8	8,0	8,5	10,9	9,2	9,0
	Serviços	8,5	8,5	9,3	10,2	12,3	12,0
	Outros	19,2	23,3	21,6	21,0	9,0	6,8
RG de Fernandópolis	Indústria	16,8	16,2	17,4	16,9	24,0	20,4
	Comércio	13,9	12,8	19,2	17,1	13,7	11,9
	Agropecuária	3,1	4,1	4,0	4,3	5,3	1,1
	Serviços	56,5	62,8	56,3	58,2	54,5	55,6
	Outros	9,7	4,1	3,1	3,5	2,6	10,9
RG de Jales	Indústria	26,2	28,8	33,1	28,1	37,7	29,4
	Comércio	36,7	35,2	29,9	33,7	26,0	22,6
	Agropecuária	14,0	16,0	17,1	18,2	16,5	0,7
	Serviços	12,5	14,4	13,1	13,6	16,9	13,4
	Outros	10,6	5,6	6,7	6,5	2,9	34
RG de São José do Rio Preto	Indústria	31,7	35,7	32,7	33,8	35,1	33,9
	Comércio	38,0	31,1	32,1	30,7	30,1	30,7
	Agropecuária	7,1	12,2	13,3	13,6	12,8	1,5
	Serviços	11,8	13,4	14,2	15,4	18,4	22,9
	Outros	11,4	7,7	7,6	6,5	3,6	10,9
RG de Votuporanga	Indústria	34,8	38,6	40,0	34,9	38,3	36,8
	Comércio	25,9	25,8	24,4	24,8	22,9	20,6
	Agropecuária	14,3	16,9	17,8	19,7	18,9	2,5
	Serviços	9,1	12,6	11,5	12,9	14,6	10,2
	Outros	15,8	6,2	6,2	7,7	5,3	29,9

Fonte: Fseade

No que se refere à indústria de transformação, a RA de São José do Rio Preto nunca teve uma presença expressiva no total da indústria estadual, apresentando sempre pequenas participações. No início dos anos 80 só estava à frente das RA's de Araçatuba, Barretos, Marília e Registro, com aproximadamente

0,6% do Valor Adicionado Fiscal do estado. Apesar do crescimento ocorrido durante a década de 90, a participação da RA continua pequena e pouco significativa estadualmente. Mas, em termos regionais, as indústrias alocadas nesse espaço desempenham uma importante função, gerando empregos e dinamizando a região.

2.3.1 Divisão intra-regional da indústria

Dentre os setores da indústria de transformação, presentes na **RA de São José do Rio Preto**, alguns têm participação destacada no estado (Tabela 2.4). O setor de Bebidas, Líquidos Alcoólicos e Vinagre manteve durante as duas últimas décadas participação superior a 2% ao ano, exclusive em 1996 (1,4%), encerrando o período de análise com 3,08% de participação. Os produtos Alimentícios sempre tiveram destaque na região com um aumento notável durante a segunda metade da década passada, chegando em 2000 com 5,67% de participação.

Tanto a rubrica Produtos do Reino Vegetal In Natura como a de Produtos do Reino Animal In Natura e Frigoríficos são notoriamente expressivos, dado o próprio processo de inserção econômica dessa região na dinâmica maior da economia paulista e brasileira. O que os difere, pelos dados apresentados, é a grande oscilação pelas quais passou o primeiro, apresentando trajetória de crescimento nos anos 80 e inícios dos anos 90 para, a partir de 1992, reduzir-se em torno da metade de sua participação registrada anteriormente. Entretanto, apresentou recuperação nos anos seguintes, encerrando a período com 8,19% no total do VAF estadual.

Como grande parte dos produtos vegetais in natura nessa região estão concentrados na citricultura e na cana-de-açúcar, ambas para exportação, suas oscilações tiveram ligações diretas com o movimento geral da economia, em especial a valorização cambial de 1994, os vários movimentos das bandas cambiais até a desvalorização ocorrida em 1999.

Já para os produtos do reino animal, excluindo os anos de 95 e 96, o que se observa é uma trajetória ascendente chegando a ser em 1998 a maior participação verificada na região com 16,16%. Notoriamente, é na região noroeste que a bovinocultura tem sua maior expressão, sendo, o Estado de São Paulo, o maior exportador de carnes do Brasil e dos maiores do mundo. O alto grau de competitividade do setor no mercado internacional explica o período curto de retração da atividade no imediato pós-real e sua posterior recuperação.

Por fim, cabe destaque o setor moveleiro na região. Esse setor não passou pelas fortes oscilações registradas em outros setores, mantendo elevadas participações em todos os anos, notadamente nos anos 90, com participações não inferiores a 10%. Existem dois pólos destacados nesse setor: Mirassol e Votuporanga.

Em Mirassol as empresas apresentam menor grau de organização industrial, o que dificulta o aproveitamento de ganhos de aglomeração como centros de treinamento de mão-de-obra qualificada e canais de distribuição. Contudo esse setor é responsável por mais da metade do todo o emprego formal gerado na indústria local. Já em Votuporanga, existe um maior grau de organização e muitas das empresas instaladas no município já obtiveram certificação de qualidade.

Tabela 2.4 – Distribuição do Valor Adicionado Fiscal da Indústria de Transformação da RA São José do Rio Preto, segundo os Diferentes Setores da com Relação ao total do VAF da Indústria de Transformação do Estado de São Paulo. (Em %)

Setores / Anos	1980	1985	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Material de Transporte	0,06	0,09	0,21	0,10	0,06	0,10	0,13	0,19	0,19	0,28	0,25
Metalúrgica	0,23	0,22	0,65	0,68	0,54	1,03	0,94	0,97	1,05	0,99	0,94
Material Elétrico e de Comunicações	0,12	0,15	0,20	0,10	0,12	0,11	0,31	0,29	0,23	0,30	0,34
Produtos Químicos	0,08	0,13	0,21	0,13	0,12	0,16	0,08	0,14	0,18	0,15	0,14
Produtos Alimentícios	2,16	2,05	3,08	2,56	2,70	2,89	2,31	2,82	4,00	5,51	5,67
Produtos Têxteis	0,07	0,08	0,17	0,23	0,20	0,15	0,13	0,10	0,09	0,10	0,07
Produtos Farmacêuticos, Médicos e Perfumaria	sigilo	0,02	0,16	0,13	0,11	0,12	0,14	0,18	0,14	0,13	0,16
Produtos Minerais Não-Metálicos e Cimento	0,40	0,18	0,42	0,24	0,22	0,19	0,35	0,46	0,41	0,36	0,39
Papel e Papelão	0,07	0,06	0,10	0,06	0,04	0,06	0,07	0,05	0,07	0,09	0,09
Produtos Mecânicos	0,19	0,19	0,32	0,25	0,24	0,29	0,43	0,54	0,55	0,54	0,50
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	0,83	1,12	1,65	1,48	1,30	1,43	1,92	1,91	1,79	2,03	1,91
Material Plástico	0,29	0,19	0,35	0,30	0,45	0,53	0,50	0,34	0,29	0,31	0,29
Produtos de Borracha	0,05	0,03	0,19	0,24	0,31	0,20	0,47	1,27	1,13	1,09	0,65
Bebidas, Líquidos Alcoólicos e Vinagre	2,27	5,15	2,85	4,13	3,79	3,60	3,77	2,34	1,44	3,40	3,08
Mobiliários	8,19	9,77	13,30	10,98	11,94	13,84	12,58	12,43	14,04	13,50	13,91
Editorial e Gráfica	0,61	0,89	0,87	0,83	0,92	0,66	0,80	1,05	1,17	0,94	0,87
Diversos (I e III)	0,23	0,21	0,84	0,80	0,67	0,60	0,72	0,62	0,57	0,85	0,75
Diversos (II)	0,03	0,03	0,10	0,20	0,08	0,39	0,43	0,29	0,31	0,31	0,38
Artigos e Artefatos de Madeira	0,94	1,69	2,20	1,89	1,83	2,05	2,10	2,39	1,87	1,52	1,33
Produtos do Reino Vegetal-In Natura	7,30	8,34	10,65	10,37	5,18	5,12	6,16	6,11	2,67	12,35	8,19
Produtos do Reino Animal-In Natura-Frigoríficos	4,89	9,41	11,50	12,57	12,69	10,37	12,71	6,42	9,64	16,64	16,16
Fumo e Produtos Derivados	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	0	0	0,02	0	sigilo	-
Pedra e Outros Materiais de Construção	sigilo	sigilo	0,16	sigilo	0,04	0,04	0,03	0,10	0,15	0,06	0,12
Couros, Peles e Produtos Similares	1,60	4,36	6,70	3,22	1,03	9,05	4,49	6,03	6,99	5,75	6,93
Outras Indústrias	1,47	0,70	1,82	1,51	1,06	1,72	1,72	2,78	3,88	2,00	1,95
Total da Ind. de Transformação de S. J. R. Preto	0,56	0,67	0,95	0,85	0,75	0,87	0,90	1,00	1,12	1,61	1,60

Fonte: Base de Dados: SEADE - Tabulações Especiais: CEDE-IE/UNICAMP.

As Regiões de Governo que compõem a RA de Rio Preto são facilmente separáveis em dois grupos no que tange suas respectivas participações no total da indústria na RA. As RG's de Rio Preto e Catanduva concentram mais de 80% de todo o VAF da indústria de transformação da RA, tendo as demais regiões participações constantes e reduzidas durante todos os anos analisados, chegando em 2000 com participações de 8,8% para a RG de Votuporanga, 6,07% para a RG de Fernandópolis e 4,82% para a RG de Jales.

Para o ano de 2000 a **RG de Catanduva** era responsável por 33,08% de todo o VAF regional. Uma análise mais detalhada da indústria dessa região mostra bem seus setores mais dinâmicos, destacando-se o setor alimentício. Esse setor apresentou, para os anos 80, participações expressivamente altas com valores acima de 85%, com retração no início dos anos 90. Entretanto, com rápida recuperação, chegando em 1998 com 64,62% de participação. Também merecedor de comentários foi o Setor de Material Elétrico e de Comunicações, que representava pouco menos de 28% no início dos anos 80 para ter em 1998 mais da metade do VAF gerado nessa região, com 56,45% por conta da instalação de indústrias de fabricação de ventiladores.

A cidade de Catanduva, tornou-se recentemente conhecida como a capital nacional dos ventiladores de teto, cuja produção dinamizou toda região. Segundo Suzigan *et al.* (2001), existem atualmente pelo menos 10 empresas fabricantes de ventiladores de teto na região, a maior parte delas na própria cidade de Catanduva. Em conjunto, fabricam cerca de 2 milhões de ventiladores por ano, empregando aproximadamente 5.000 trabalhadores. As vendas destinam-se primordialmente ao mercado interno, que as empresas locais dominam apesar da abertura comercial, mas as empresas maiores estão começando a exportar para países da América do Sul.

O setor Produtos Mecânicos apresenta relativa estabilidade em sua participação, com retração na primeira metade dos anos 90 e respectiva recuperação nos anos seguintes, contribuindo com o 46,70% do VAF regional no último ano da série.

A RG de Catanduva também apresenta forte participação no setor Editorial e Gráfico, contudo apresentando queda no decorrer do período. Entre os setores mais expressivos que apresentaram queda podemos destacar o de Produtos Químicos que no início da década contribuía com 45,67% e cinco anos depois reduziu sua participação para 12,63%, valor que se manteve baixo, mas em crescimento até 1992, com relativa recuperação de seu patamar para, a partir de então, sofrer nova redução e posterior recuperação encerrando a série com 15,11%. De modo geral, a RG de Catanduva mantém sua importância na indústria de transformação da região, consolidando-se enquanto um pólo intra-regional com participações totais não inferiores a 20% em todos os anos analisados.

O município de Catanduva tem reforçado sua centralidade na região de governo recebendo praticamente a totalidade das novas inversões, no pós 2000, dentre as quais se destacam as empresas: Usina Cerradinho (Eletricidade, Gás e Água Quente), Loren Sid (Material Eletrônico e Equipamentos de Comunicações), Transit (Telecomunicações) e Fafica (Educação). Essas inversões representam cerca de 95% do montante investido na RG que foi de aproximadamente 26,7 milhões de dólares.

A Região de Governo de São José do Rio Preto é de longe a região de governo mais industrializada de toda a RA, apresentando no ano de 1998 dez setores com participações acima de 70%. O setor de Produtos Químicos que apresentava queda na RG de Catanduva aumentou sua participação na RG de Rio Preto ocorrendo comportamento inverso com o setor de Material Elétrico e de Comunicações, mesmo que com menos intensidade.

Um dos setores que mais sentiu oscilações negativas nessa região de governo é o setor têxtil. Esse setor foi duramente afetado pela abertura econômica iniciada no Governo Collor, entrando em dificuldades que, a partir da equiparação do real com o dólar foram incompatíveis para a manutenção de várias empresas no mercado. Segundo entrevistas com empresários do setor, a produção chinesa de tecido entrava na região com preços inferiores ao custo de produção local, impossibilitando a concorrência. Esse movimento é bem representado pelos números do setor: houve uma brusca queda de participação que girava em torno

dos 90% até pelo menos meados dos anos 90, para a partir de então, apresentar seu limite inferior em 1997, com 43,91%. Houve uma posterior recuperação no ano seguinte, no qual registrou-se uma participação de 50,05%, contudo muito aquém dos valores registrados no início da década de 90 (95,74% em 1990 e 97,24% em 1991).

O comportamento registrado no setor têxtil pode ser observado em outros setores como o de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido, com duas especificidades. A primeira é que a inflexão na tendência de crescimento se dá um ano antes e a segunda é a menor intensidade na redução apresentada. Destaca-se também nessa RG a Metalurgia (77,68%), Produtos Minerais Não Metálicos (79,14%), Papel e Papelão (80,64%). Material Plástico (83,44%), Produtos de Borracha (74,20%), Pedras e Outros Materiais para Construção (82,29%) e Outras Indústrias (72,21%).³⁵

O município de Rio Preto também é conhecido pelo seu pólo joalheiro, composto basicamente por micro e pequenas empresas. Essas empresas, com o apoio da Prefeitura, do Sebrae, do Sindicato da Indústria Joalheira do Estado de São Paulo (Sindijóias), do Instituto Brasileiro de Gemas e Metais (IBMG), da Fiesp, do Ciesp, entre outras entidades estão se preparando para tornar o pólo joalheiro de São José do Rio Preto uma referência internacional. O setor está investindo em design e tecnologia, acompanhando tendências internacionais aumentando a competitividade de empresários locais. Essa reação, baseada na cooperação, iniciou-se quando Limeira começou a se destacar nesse tipo de negócio, inclusive atraindo empresas antes sediadas em Rio Preto.

A **Região de Governo de Votuporanga** é a terceira maior em VAF da indústria de transformação na RA de Rio Preto, contudo o peso de sua participação é bastante reduzido em comparação com as duas primeiras. Em 2000, enquanto Rio Preto e Catanduva contribuíam com 47,23% e 33,08% respectivamente, Votuporanga contribuía com apenas 8,80%.

³⁵ Valores observados para 1998.

Apesar da falta de expressão industrial da região de Votuporanga, pode-se pinçar setores dinâmicos com participação relevantes para o conjunto da RA. O setor de Material de Transporte registra a maior participação dentre os setores selecionados com 43,58% em 1998. As empresas Coacavo, Agromec, Votuagro, Tawaty, Agrofertil Prado foram responsáveis pelo investimento de 100 mil dólares no setor de transportes e viagens nos últimos anos.

O setor têxtil, que tinha uma participação insignificante até 1996, ano em que apresentou taxa de 1,84%, passa a partir de 1998, a ter peso considerável para a RG e para a RA com 26,19%, segunda maior taxa apresentada por essa região, crescimento esse que se beneficiou da perda de participação da RG de Rio Preto.

São também representativos os setores de Produtos do Reino Vegetal In Natura, Artigos e Artefatos de Madeira e Produtos do Reino Animal In Natura e Frigoríficos que em 1998 apresentaram participações da ordem de 19,94%, 19,90% e 13,85% respectivamente.

Na Região de Votuporanga e, em especial, na sede da Região de Governo, destaca-se desde o início dos anos 80, o setor Mobiliário. A participação desse setor no total do VAF manteve-se relativamente estável com exceção de 1993, ano de expressiva queda saindo de uma participação anterior de 21,60% para 14,04%. Contudo, com imediata recuperação no ano seguinte, atingido seus patamares anteriores.

A região de Votuporanga reúne a segunda maior concentração de fabricantes de móveis do Brasil, depois de Bento Gonçalves (RS). Caracteriza-se pelo grande número de pequenas empresas; aproximadamente 350 fabricantes, 170 dos quais na cidade de Votuporanga. Existe uma cooperação interinstitucional, expressa no apoio da associação industrial local e na participação da agência estadual do Sebrae. As empresas também contam com políticas locais de incentivo, assim como parcerias com o SENAI para treinamento de trabalhadores e com o CETEMO (Centro Tecnológico do Mobiliário) para desenvolvimento tecnológico (Suzigan et. al., 2001).

Produzem principalmente para o mercado interno, entretanto, o objetivo agora é buscar mercados externos. Recentemente estabeleceram um *showroom* na cidade de Córdoba, Argentina, como um primeiro passo visando exportar para o Mercosul.

A **Região de Governo de Fernandópolis** apresenta uma baixa contribuição ao VAF da RA. A região está industrialmente concentrada no setor de Material Elétrico e de Comunicações, correspondendo a 24,78% de peso e no setor de Couros, Peles e Produtos Similares, o setor industrial mais dinâmico da região com 32,42%, valor esse que encerra a série de crescimento iniciada em 1996.

Destaca-se também o setor de Bebidas, Líquidos Alcoólicos e Vinagre que apresenta participações relevantes a partir de 1997 e Produtos do Reino Vegetal In Natura, que apesar de registrar uma participação de 13,52% em 1998, chegou a ser o primeiro setor em participação no VAF da RA, com 38,51% em 1995. Outro setor que apresenta participação superior a 10% em 1998 foi o de Produtos do Reino Animal In Natura e Frigoríficos com 11,76%.

Grande parte dos dados para a Região de Governo de Fernandópolis está sob sigilo estatístico em função do reduzido número de empresas (três ou menos) que atuam no setor. Contudo, em todos os setores existem informações suficientes para deduzir que não existe nenhum setor que esteja subestimado em sua importância por conta, por exemplo, da presença de alguma estrutura oligopolista na região.

Por último, a **Região de Governo de Jales**, região mais distante da sede da região de governo e com a menor em participação do VAF dentro da RA. Apenas quatro setores, dentre os analisados apresentam participação superior a 10% (têxteis, produtos vegetais, animais e couros e peles).

Ao contrário da RG de Fernandópolis, na RG de Jales o sigilo estatístico deixa pelo menos dois setores com problemas para se analisar. O primeiro é o de Fumo ou Derivados que para o ano de 95 registrou uma participação de 98,16%, para o ano seguinte chegou a 100%, contudo nos anos seguintes – 1997 e 1998 – os valores estão sob sigilo estatístico. O segundo problema relacionado ao sigilo

está no setor de Couros, Peles e Produtos Similares que a partir do ano de 1993 apresenta valores baixos até 1996. O ano seguinte sua participação está sob sigilo e em 1998 a participação registrada é de 20,31%, a maior entre todas naquele ano.

Contudo, no caso dessas distorções estatísticas, em pesquisa *in loco*, observou-se para o primeiro caso uma inadequação fundiária para o cultivo de fumos na região, concentrando, dessa forma, em Jales, uma incipiente indústria de transformação do produto, dada a predominância de pequenas propriedades, diferente do restante da região. Outro fator a se destacar é o predomínio da mão-de-obra familiar no município. Para o setor de couros, o que existe é o predomínio de pequenos e médios curtumes. Os frigoríficos compram o gado vivo e vendem o couro para empresas fora da região, não estimulando as empresas na região. Também, com o aumento do rigor na fiscalização ambiental na região, foram registrados fechamentos de curtumes que operavam inadequadamente do ponto de vista ambiental.

Em Jales os setores ligados aos produtos derivados de animais e vegetais são importantes. Essa região não apresenta perfil industrial, tendo na agricultura sua fonte principal de renda, sendo o trabalho familiar de grande importância, pois as pequenas propriedades são maioria.

O núcleo urbano de Jales concentra um pouco mais de dinamismo no setor de serviços e comércio em geral, sendo referência para os municípios do seu reduzido *hinterland*, oferecendo uma pequena gama de produtos e serviços, muitas das vezes ligados à agricultura que, na sua ausência são abastecidos pelo centro regional de Rio Preto.

Em suma, na Região Administrativa de São José do Rio Preto, constata-se importante diversificação produtiva, modernização agrícola, grande diferenciação social e econômica, centralidade terciária, etc, que configuram uma economia urbana relativamente complexa, que será analisada mais detidamente no próximo capítulo.

Capítulo 3 - Dinâmica Urbana e Evolução Demográfica na RA de São José do Rio Preto

3.1 Aspectos demográficos e urbanos

Os inúmeros trabalhos que tratam da questão demográfica demonstram que a liderança econômica de São Paulo trouxe como contrapartida uma concentração populacional expressiva. O estado já detinha, em 1970, 19,08% de toda a população brasileira, alcançando o índice de 21,81% em 2000.

Conforme aponta Baeninger (1996), a partir dos estudos feitos por Wilson Cano, os movimentos migratórios dos anos 70 estiveram muito mais relacionados à dinâmica da concentração industrial paulista e sua posterior desconcentração rumo ao interior do estado.

Assim, os deslocamentos populacionais estão condicionados pelas trajetórias da urbanização e do processo de redistribuição das atividades econômicas nos distintos espaços em São Paulo. As regiões interioranas, receptoras de fluxos oriundos, não só de cidades vizinhas como também da Grande São Paulo, foram paulatinamente se tornando pólos regionais concentradores de fluxos migratórios e atividades econômicas mais diversificadas e dinâmicas que seu entorno. Deste modo, destacam-se, no interior paulista, enquanto pólos regionais, as cidades de São José dos Campos, Campinas, Sorocaba, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto.

Segundo Cunha et al (2000: 96), a *“emergência dos pólos regionais nos anos 70 se deveu, basicamente, aos incentivos governamentais para lá direcionados, na indústria e na agroindústria que, gerando um espetacular dinamismo econômico a partir do município-sede, atingiu cidades vizinhas, conduzindo à formação de um importante aglomerado de cidades. Nos anos 80, o poder de atração exercido pela indústria parece ter diminuído sensivelmente em função da perda de dinamismo. Contudo, o novo patamar alcançado pelo processo de urbanização nas áreas, com a diversificação de atividades e do consumo urbano, contribuiu para a continuidade do dinamismo das regiões e para*

o direcionamento de contingentes migratórios, apresentando os pólos regionais, na última década, os maiores saldos migratórios; além da mobilidade intra-urbana ter garantido a retenção da população regional”.

São José do Rio Preto é um exemplo de pólo regional. Os incentivos governamentais durante os anos 70 e especialmente durante os anos 80, garantiram a manutenção do crescimento econômico regional mesmo em momentos de dificuldades nos diversos ciclos econômicos da economia nacional.

A população da RA, que em 1970 era de 884.975 habitantes passa para 947.416 habitantes em 1980 e 1.126.330 habitantes em 1991, atingindo 1.297.799 habitantes em 2000. Em termos relativos, houve queda na participação sobre a população total do estado que, de 5,0% em 1970, caiu para 3,8% em 1980, 3,6% em 1991 e 3,5% em 2000. Contudo, a cidade-sede nesse período fortaleceu seu poder de atração, ampliando de 14% do total da população da RA na cidade de Rio Preto, em 1970 para 20% em 1980, 25% em 1991, chegando a alcançar, em 2000, cerca de 28% da população regional, fortalecendo seus laços comerciais com os municípios vizinhos e ampliando suas relações com outras regiões, dentro e fora do estado.

Pode-se perceber pela Tabela 3.1 que mesmo com o arrefecimento dos movimentos migratórios em geral, a região rio-pretense tem sustentado uma taxa de migração superior à do estado. O que buscamos destacar é o papel central do município de São José do Rio Preto na atração e fixação de população.

Obviamente não se pode estabelecer uma relação direta da dinâmica demográfica do município apenas com sua região, no que se refere a saldos migratórios, uma vez que, a região pode atrair população de outras localidades não computadas nos movimentos intra-regionais. Entretanto, o volume do saldo migratório do município necessariamente aparece no total da RA. Sendo assim, podemos perceber que, do saldo migratório regional, cerca de 72% foi de responsabilidade do município e apenas 28% de exclusividade dos outros 95 municípios que compõe a Região Administrativa.

Tabela 3.1 – Saldo Migratório e Taxa Líquida de Migração por Mil Habitantes em 2000.

	Estado	RA de Rio Preto	Município de Rio Preto
Saldo Migratório ³⁶	147.443	7.804	5.597
Taxa líquida de Migração ³⁷	4,31	6,44	17,57

Fonte: Fundação Seade

Esse movimento foi acompanhado por um forte êxodo rural. Isso se torna mais relevante se levarmos em consideração que essa vasta área tem tradicionalmente sua base na economia rural. De um total de 29% de participação, a população rural caiu para 11% em 20 anos na RA, isto é, de 1980 a 2000. Conseqüentemente, houve aumento considerável da taxa de urbanização na região, sobretudo nos municípios que são sede de regiões de governo. Todos os municípios-sede cresceram a taxas superiores às suas respectivas regiões de governo, com destaque para o município-sede da RA, que apresentou as maiores taxas geométricas de crescimento anual, da ordem de 3,77% e 2,78%, entre os anos de 1980/1991 e 1991/2000, respectivamente, valor inclusive superior à taxa de crescimento do estado (Tabela 3.2).

³⁶ Diferença entre o número de pessoas que entraram e o número de pessoas que saíram de determinada localidade durante o período intercensitário.

³⁷ Quociente entre o saldo migratório do período e a população no meio do período censitário.

Tabela 3.2 – População, Taxa de Urbanização e Taxa de Crescimento Geométrico Anual, na RA, RG's e Municípios de São José do Rio Preto (1980, 1991, 2000)

	População			Taxa de Urbanização (%)			Taxa de Cresc. Geométrico (%)	
	1980	1991	2000	1980	1991	2000	1980/91	1991/00
RA de São José do Rio Preto	947.416	1.126.330	1.297.799	71	84	89	1,59	1,59
RG de São José do Rio Preto	400.688	526.629	647.725	77	88	90	2,52	2,33
RG de Catanduva	189.591	221.314	248.285	69	85	92	1,42	1,29
RG de Votuporanga	129.817	142.744	154.877	66	79	87	0,87	0,91
RG de Jales	131.896	135.849	142.114	61	74	82	0,27	0,50
RG de Fernandópolis	95.424	99.794	104.798	65	79	87	0,41	0,55
Município de S.J. do Rio Preto	187.403	279.507	357.705	95	97	94	3,77	2,78
Município de Catanduva	72.578	90.462	105.695	91	97	99	2,28	1,74
Município de Votuporanga	52.085	64.297	75.528	87	93	96	2,15	1,80
Município de Jales	38.480	41.163	46.137	75	88	92	1,60	1,28
Município de Fernandópolis	46.853	55.986	61.593	86	93	96	1,63	1,07
Total do Estado	24.953.238	31.436.273	36.974.378	87	93	93	2,12	1,82

Fonte: Fundação Seade

Quanto à estrutura etária (Tabela 3.3), a população vem passando por um lento processo de envelhecimento, movimento esse similar à maioria dos municípios brasileiros. Destaca-se a redução da participação das crianças e jovens (00 a 14 anos) no total da população da RA que, de 33% em 1980 passou para 23% em 2000. Outro dado merecedor de destaque é o aumento da População em Idade Ativa (PIA), que passou a representar 65% da população em 2000, índice que se encontrava em 59%, segundo o Censo de 1980.

Tabela 3.3 – Distribuição Etária da População da RA de São José do Rio Preto, 1980 e 2000

Faixa Etária	População				Participação Etária	
	1980		2000		1980	2000
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens		
75 a +	7.269	6.676	20.785	15.880	1%	3%
70 a 74	6.314	6.713	16.029	14.138	1%	2%
65 a 69	9.264	9.187	20.228	18.525	2%	3%
60 a 64	11.680	11.917	25.263	23.296	2%	4%
55 a 59	14.789	15.853	28.223	26.364	3%	4%
50 a 54	18.195	19.424	34.014	32.608	4%	5%
45 a 49	22.375	23.353	39.928	38.753	5%	6%
40 a 44	25.712	26.337	47.681	45.905	5%	7%
35 a 39	28.028	27.577	52.255	50.605	6%	8%
30 a 34	31.735	31.508	52.988	50.808	7%	8%
25 a 29	36.846	37.267	51.886	51.548	8%	8%
20 a 24	45.878	47.077	57.068	58.526	10%	9%
15 a 19	53.882	55.317	58.737	61.585	12%	9%
10 a 14	53.152	54.447	55.082	57.649	11%	9%
05 a 09	49.895	51.603	49.349	51.313	11%	8%
00 a 04	53.053	55.093	44.949	46.621	11%	7%

Fonte: SEMPLAN, 2003.

Com relação a alguns indicadores sócio-demográficos, percebe-se que a cidade de Rio Preto apresenta uma situação dual. De um lado, a melhora pela qual passou a cidade no sistema de saúde fez com que São José do Rio Preto desfrutasse de situação bem superior à de outros municípios brasileiros.

A cidade se consolidou enquanto importante centro médico regional, inclusive, ficando internacionalmente conhecida por sua excelência em cirurgias e produtos para intervenções cardiovasculares. Esse feito é de responsabilidade de

uma empresa sediada no município: a Braile Biomédica, com tecnologia totalmente nacional e produtora de diversos itens consumidos tanto no mercado interno quanto no mercado internacional³⁸.

Enquanto a média de médicos registrados no Conselho Regional de Medicina de SP, tanto para o estado como para a RA situa-se em torno de 2,0 por mil habitantes. Já, na cidade de Rio Preto esse índice é de 4,4 médicos por mil habitantes³⁹. A educação também apresenta bons índices e, juntamente com a longevidade⁴⁰ registrada, deram destaque nacional à região e ao município, quando da divulgação do IPRS.

Contudo, apesar do desempenho econômico que vem sendo descrito nesta dissertação, os problemas sociais são ponderáveis. Por exemplo, é expressiva a evolução da mortalidade por homicídio (Tabela 3.4). No que se refere à criminalidade, além de assaltos e roubos, o principal problema é o crime organizado. A cidade já conta com um pesado esquema de tráfico de drogas comandado pelo PCC (Primeiro Comando da Capital), que detém o controle de áreas periféricas, inclusive com a recente prática da cobrança de pedágios para a entrada de pessoas estranhas. A população regional deposita a culpa das situações de violência à marcante presença de várias penitenciárias nesta porção do território paulista. A região enquanto fronteira, entroncamento e ponto de passagem de fluxos de pessoas, mercadorias e capitais, tem atraído muito também toda sorte de atividades ilícitas.

A partir de 1998, alguns problemas sociais se agravaram. Neste ano a prefeitura passa a ter um comportamento fiscal-financeiro diferenciado, com a municipalização de alguns setores como saúde e educação, aumento nos gastos com pessoal e redução dos investimentos *per capita*. Como exemplo, a partir desse período, nenhum gasto considerável em habitação foi realizado⁴¹.

³⁸ Atualmente 15% da produção da Braile Biomédica é destinada aos seguintes países que compõem a sua carteira de exportações: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela, República Dominicana, Alemanha, Portugal, Romênia, Rússia, Jordânia, Kuwait, Síria, Turquia, Índia, Paquistão, Tailândia, Trinidad & Tobago e Arábia Saudita.

³⁹ Valores referentes ao ano de 2000, segundo a Fundação Seade.

⁴⁰ A expectativa de vida ao nascer na Cidade de Rio Preto é de 71,3 anos.

⁴¹ Esse ponto será mais bem estudado na parte sobre as finanças públicas municipais.

Outro ponto negativo a destacar é a ausência do tratamento de esgotos no município. Mesmo tendo uma boa cobertura na coleta de esgoto sanitário a cidade não conta com o tratamento desses dejetos. A situação dos serviços de água e esgoto apresentada à atual administração decorreu da permissão feita pelo ex-prefeito Liberato Caboclo a uma empresa privada (Novacon) que entregou os serviços à prefeitura no primeiro dia de mandato da gestão iniciada em 2001, sem recursos financeiros condizentes com a instalação de uma Estação de Tratamento de Esgoto.

Tabela 3.4 – Indicadores Sócio-Demográficos em Taxas, por Anos Escolhidos.

Município de São José do Rio Preto	1985	1991	1995	2000	2001	2002
Mortalidade Materna (Por cem mil nasc. vivos)	65,9	0,0	39	38,8	...	...
Mortalidade por homicídio (Por cem mil hab.)	7,5	6,7	7,9	12,1	15,9	15
Analfabetismo da Pop. de 15 anos e mais (%)	...	8,4	...	5,4	...	...
RA de São José do Rio Preto						
Mortalidade Materna (Por cem mil nasc. vivos)	61,8	19,7	31,0	61,0	...	...
Mortalidade por homicídio (Por cem mil hab.)	5,6	5,1	5,5	7,8	9,3	9,6
Analfabetismo da Pop. de 15 anos e mais (%)	...	14,2	...	9,27	...	...
Total do Estado de São Paulo						
Mortalidade Materna (Por cem mil nasc. vivos)	47,1	48,9	46,3	41,5	...	...
Mortalidade por homicídio (Por cem mil hab.)	24,8	28,8	33,9	42	41,8	38,9
Analfabetismo da Pop. de 15 anos e mais (%)	...	10,2	...	6,6	...	...

Fonte: Fundação Seade

Nota: (...) dado não disponível; (0) Não foi atingida a unidade adotada.

No município de São José do Rio Preto, o expressivo crescimento populacional pelo qual a cidade passou, desencadeou também problemas habitacionais. Sem os financiamentos, a fundo perdido, que suportaram a verdadeira “explosão urbana” do período anterior, a ordenação urbana ficou mais complexa e menos eficiente, ampliando enormemente o número de loteamentos irregulares.

O estudo “Perfil dos Municípios Brasileiros” do IBGE⁴² identificou 4 mil favelados na RA de São José do Rio Preto, sem acesso a serviços de saneamento básico e energia elétrica. Especificamente em Rio Preto, em 2001, o

⁴² Divulgado em Novembro de 2003, com dados de 2001. Essa pesquisa baseia-se em informações oferecidas pelas prefeituras e existe a possibilidade de subestimação.

município possuía cinco favelas. A carência habitacional de Rio Preto é de aproximadamente 15 mil moradias⁴³.

Mas, o problema habitacional de maior peso na cidade é o aumento dos loteamentos clandestinos. A lógica consiste na compra de áreas rurais por grileiros que as dividem em lotes com precária instalação de redes de água, esgoto e energia elétrica para venda para famílias de baixa renda, sem acesso a programas habitacionais. A infra-estrutura é precária e a existência desses loteamentos pressiona o poder público a tomar decisões.

Segundo Petisco (2002), o crescimento irregular de loteamentos, ou seja, o aumento da chamada cidade ilegal, se acentuou a partir de 1994. De 1976 a 1989, foram criados 45 loteamentos irregulares ou cerca de 42,5% do total. Já na década de 90, e mais os três primeiros anos de 2000, esse número foi de 63⁴⁴ loteamentos, isto é, totalizando 58,3%. Apenas entre os anos 1994 a 2000, o número de loteamentos irregulares matriculados na prefeitura foi da ordem de 47.

A regularização dos loteamentos clandestinos é objeto de vários impasses políticos no município. O Executivo reconhece a existência do problema mas se diz incapaz de resolvê-lo em curto prazo, dados os recursos necessários à legalização e oferecimento de infra-estrutura básica. São 108 loteamentos hoje existentes, contudo, segundo informações do poder executivo local, isso implicaria em um gasto de aproximadamente R\$ 1 bilhão para garantir todas as benfeitorias necessárias à regularização, ou seja, quatro vezes o orçamento do município em 2004, estimado em R\$ 309 milhões⁴⁵.

Membros do Legislativo contam com o apoio da população residente nos loteamentos clandestinos para a regularização dos mesmos. O jogo político que se forma em torno do assunto só reforça o problema. São José de Rio Preto, conhecida como a cidade sem favelas, está cada vez mais distante dessa realidade.

⁴³ Segundo www.diarioweb.com.br, "IBGE revela 4 mil favelados na região de RP". São José do Rio Preto, 14 de novembro de 2003.

⁴⁴ Dados atualizados para 2003.

⁴⁵ "Câmara vota regularização dos loteamentos clandestinos" Diário Web de 22 de novembro de 2003.

3.2 Estrutura urbana de São José do Rio Preto

Os primeiros estudos de crescimento e de diretrizes de expansão urbana aconteceram em São José do Rio Preto antes de 1960, com a Lei nº 535, de 1958. Nesse primeiro traçado, desenvolveu-se um núcleo inicial limitado pela ferrovia e por dois córregos (Borá e Canela). Em 1984 a Lei nº 3504, já definia 9 zonas para a cidade (Petisco, 2002). A partir dos anos 80 pode-se perceber um crescimento da população de menor renda no setor norte da cidade⁴⁶.

Entre 1990 e 1991 foi elaborado o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de São José do Rio Preto (PDDI), que continha um plano viário básico e a Lei de Parcelamento do Solo, entrando em vigor em 1992, junto com a Lei de Zoneamento da cidade. Nesse período a cidade já era dividida em 14 zonas, com a presença de um traçado não-contíguo, apresentando uma malha urbana mais difusa no espaço e a ocorrência de manchas urbanas na zona rural, reflexo dos loteamentos clandestinos.

Atualmente, a política urbana do município ainda é regida pelo PDDI e por uma série de leis complementares que alteraram sua forma original, como a lei que estabelece faixas de domínio necessário à expansão do Sistema Viário Básico⁴⁷, a lei que rege o parcelamento do solo⁴⁸ e a Lei Complementar nº 17 que rege sobre o Código de Posturas. Atualmente, os órgãos técnicos têm trabalhado na atualização do Plano Diretor.

Sinteticamente, a cidade apresenta uma estrutura urbana “Radial-Concêntrica”, ou seja, a composição espacial da mancha urbana, em termos de base física, pode ser descrita segundo a distribuição das várias áreas residenciais (exclusivas ou de uso misto), das áreas institucionais e das áreas tipicamente industriais (os Distritos Industriais Dr. Waldemar Verdi, Dr. Carlos Arnaldo Silva e Ulysses Guimarães e os Minidistritos Industriais⁴⁹), em torno do núcleo central. Existe um ajustamento das várias áreas que, devido à sua delimitação e

⁴⁶ No trabalho de Petisco (2002) encontram-se mapas mostrando a evolução do zoneamento, uso e ocupação do solo no município.

⁴⁷ Lei 8.708, de 25/07/02.

⁴⁸ Lei 5.138, de 28/12/92 e Lei 5.135, de 24/12/92, alterada pela Lei 5.749 de 30/01/95.

⁴⁹ Os minidistritos industriais serão tratados mais a frente.

homogeneidade de características, formam bairros ou setores da cidade, em relação à área central (SEMPPLAN, 2003).

3.2.1 Infra-estrutura Urbana

Dentre os municípios da região noroeste São Paulo, São José do Rio Preto se destaca como o primeiro em qualidade de vida, graças ao elevado nível de abrangência e qualidade de sua infra-estrutura urbana. De acordo com os dados disponíveis para 2000, o atendimento por rede de água encanada e tratada chega a 96,6% dos domicílios; 98,8% contam com serviço de esgoto e 100% da área urbana é atendida pela coleta de lixo que, segundo seu destino 46% são destinados a aterro sanitário, 44% vão para usina de compostagem e 10% se destinam a reciclagem, ou seja, inexistente lixo depositado a “céu aberto”.

A estrutura educacional é constituída por 34 escolas estaduais, 27 municipais e 30 particulares no ensino fundamental. Para o ensino médio, a cidade conta com 23 escolas estaduais e 14 particulares. Ao todo são 7 Instituições de Ensino Superior, uma unidade da Unesp e 6 particulares que somadas tiveram no ano de 2001, 15.417 novas matrículas.⁵⁰ A prefeitura conta ainda com 2 creches e 46 estabelecimentos de pré-escola⁵¹.

O sistema de saúde é constituído por 7 hospitais, sendo 6 privados que, juntos oferecem 1.544 leitos e mais 20 centros de saúde, espalhados pela cidade. Como já feita referência nesse trabalho, a cidade conta com elevado número de médicos, são 4,4 por mil habitantes. É importante frisar o trabalho do serviço municipal no que se refere a controle de zoonoses e combate a dengue que, segundo a Secretaria Municipal de Saúde e Higiene, conseguiu reduzir pela metade o número de casos confirmados de dengue em 2003 em relação a 2002, foram apenas 448 casos em 2003 contra 998 em 2002.

⁵⁰ Fonte: INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

⁵¹ Tanto as creches quanto as pré-escolas municipais são insuficientes para a demanda. São mais 90 estabelecimentos particulares ofertadores de ensino pré-escolar e 85 creches.

São José do Rio Preto ainda apresenta bons números no que se refere a atividades de cultura e lazer. São 5 salas de cinema, 3 centros culturais, 4 museus e 8 bibliotecas. Conta ainda com o Festival Internacional Teatro, já na sua terceira edição. Além disso, o município conta ainda com um pequeno zoológico dentro de uma reserva ecológica de mata nativa residual e uma represa municipal equipada com pista de cooper, quadras poli-esportivas, quiosques e alguns equipamentos de ginástica.

3.3 Minidistritos Industriais: estratégia pública de intervenção

Com a constituição de 1988, os municípios brasileiros aumentaram consideravelmente sua autonomia para fixar as bases dos impostos de competência estadual. Aliada a esta autonomia, junta-se a doação de terrenos, isenção de taxas e impostos municipais e ainda a doação de infra-estrutura, configurando uma acirrada guerra fiscal na disputa por investimentos. É essa guerra fiscal que tem dado a tônica das políticas de incentivos não só municipais como estaduais no Brasil, no período recente.

São José do Rio Preto apresenta-se como um caso atípico dentro do quadro apresentado. Com uma política deliberada de favorecimento a pequenos e médios empreendimentos, o município seguiu caminho inverso a muitos municípios de porte semelhante ao seu.

Diante do crescimento populacional elevado, o poder público local teve que criar mecanismos que acomodassem a crescente população e ao mesmo tempo criar empregos para a geração de renda. Nesse contexto, em 1986 a Secretaria Municipal de Planejamento de São José do Rio Preto iniciou o Programa de Minidistritos Industriais como forma de intervenção pública visando promover uma urbanização integrada distribuindo, em diferentes zonas do município, lotes habitacionais junto com áreas destinadas a empresas⁵².

⁵² Bolçone (2001) trabalhou detidamente sobre a implantação dos distritos industriais, contextualizando-os em um estudo de caso em São José do Rio Preto. Maiores detalhes ver esse trabalho.

Grosso modo, trata-se de um programa voltado à geração de emprego e renda, através do apoio aos micro e pequenos empresários formais e informais para aquisição de lotes, com pagamentos facilitados em até 50 meses. O programa tem por base a descentralização das atividades econômicas da zona central da cidade e a promoção do desenvolvimento urbano ordenado, visando encurtar a distância entre local de moradia e trabalho da classe de baixa renda (SEMPPLAN, 2001).

Enquanto uma política pública de desenvolvimento local, o Programa de Minidistritos Industriais caminhou concomitante com Programa Nossa Terra. Os dois juntos visavam dar aos loteamentos abertos um caráter diversificado, oferecendo lotes habitacionais e, em seu interior, distritos industriais para empregar a população do entorno (Bolçone, 2001).

Atualmente são 12 Minidistritos Industriais e 1 Centro Comercial em atividade, gerando aproximadamente 3.936 empregos diretos (Tabela 3.5). As áreas disponibilizadas são circunvizinhas aos bairros populares, estimulando a mão-de-obra local. A partir de 2000, o Programa ganhou a parceira do Sebrae e da CIESP que, ao se integrarem ao projeto, ofereceram capacitação técnica e qualificação profissional para os empresários.

Tabela 3.5 – Descrição dos Minidistritos Industriais em São José do Rio Preto, em 2000.

Minidistrito	Implantação	Área Total (m ²)	Nº de Lotes	Nº de Empresas Participantes	Empregos Diretos **
Tancredo Neves	27/06/86	144.826,85	366	163	741
João Paulo II – mini 1	22/06/87	31.464,00	58	37	65
Solo Sagrado	29/07/87	66.732,35	123	67	457
Heitor J. Eiras Garcia I e II	07/12/88	9.360,00	26	13	40
João Paulo II – mini 2	22/05/89	10.044,67	49	22	45
Ernesto Garcia Lopes	05/05/92	9.932,58	39	21	54
Ary Attab	10/07/92	52.335,57	71	60	95
Centenário da Emancipação	13/04/94	179.039,50	155	111	342
Edson Pupim e Anatol Konarski	20/05/94	8.328,93	18	18	20
José Felipe Antônio	07/10/94	9.483,08	20	16	21
Jd. Santo Antônio*	16/05/95	9.182,88	48	36	90
Giuliane I	02/12/96	12.852,00	29	16	66
Prof. Adail Vetorazzo	16/12/96	159187,76	306	221	900
Total		702.770,17	1308	801	2936

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Urbana (SEMPPLAN), 2000.

Nota: * Centro Comercial. ** Estimativas.

Em 1998, a Secretaria Municipal de Planejamento de São José do Rio Preto realizou uma avaliação das empresas instaladas nos minidistritos. Os resultados mostram que os setores mais representativos são o comércio, com 22,5% do total de estabelecimentos. Em segundo lugar setor metalúrgico, com destaque para as empresas de serralheiria com 19% e o setor moveleiro com cerca de 18% (Tabela 3.6).

Tabela 3.6 – Empresas Instaladas e em Instalação por Ramo de Atividade em 1998 em São José do Rio Preto.

Ramo e Atividade	Quantidade*	(%)
Comércio	129	22,05
Metalúrgico / serralheiro	111	18,97
Moveleiro	107	18,29
Construção civil	68	11,62
Prestação de serviços	62	10,6
Confecção	38	6,5
Alimentícios	29	4,96
Gráfico	13	2,22
Calçados / couro	13	2,22
Material plástico	10	1,71
Químico	5	0,85
Total	585	100

Fonte: SEMPLA, 1998. In: Bolgone (2001:163)

Nota: * Das 585 empresas, 525 estavam instaladas e 60 estavam em fase de instalação na data do levantamento.

O município ainda conta com dois distritos industriais, o Distrito I “Waldemar de Oliveira Verdi” e o Distrito II “Dr. Carlos Arnaldo e Silva”. Esses dois distritos estão sob a tutela da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Negócios de Turismo e compõem o Programa de Desenvolvimento Industrial. Estão voltados às empresas de médio e grande porte. O que chama a atenção são as poucas facilidades dadas pela Prefeitura para a instalação dessas empresas (Quadro 3.1).

Quadro 3.1: Política de Incentivo de São José do Rio Preto	
Disposições Gerais	A Prefeitura concede incentivos às empresas interessadas em instalar-se no município.
Obtenção de terrenos	Os terrenos localizados nos distritos industriais e nos mini-distritos implantados no município poderão ser comercializados a preços subsidiados e com longo prazo de pagamento.
Iisenção do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano	A Prefeitura concede a isenção do imposto no Distrito Industrial "Ulysses Guimarães", situado próximo à rodovia Washington Luiz.
fonte: www.sjriopreto.org.br	

O prazo de pagamento dos lotes dos distritos industriais deve ser pago em até 30 meses, sem prazo de carência. Existe também um programa voltado para médias ou grandes empresas que venham a empregar processos tecnológicos em seu sistema produtivo. Esse programa compõe o projeto Cidade Industrial "Dr. Ulysses da Silveira Guimarães" (SEMPPLAN, 2000).

3.4 Finanças Públicas Municipais: observações sobre o caso rio-pretense

Com a Constituição de 1988 os municípios brasileiros aumentaram suas receitas disponíveis, sem correspondência no aumento das receitas próprias. Em um primeiro momento isso trouxe certo conforto, com a evolução dos recursos disponíveis de 16,4% em 1989 para 18% em 1993. Após 1993, os municípios brasileiros voltam a perder participação e já em 1998, apresentavam índices próximos aos de 1989, da ordem de 16,8%. Porém essa redução na participação se deu em um contexto de aumento de responsabilidades a cargo dos municípios (Araújo, 2001).

Para os maiores municípios do interior paulista, a descentralização imposta na Constituição de 88 foi mais severa. Com as alterações introduzidas no sistema tributário brasileiro distribuíram-se os recursos de forma desigual, de modo que à capital coube a maior parcela, aos municípios pequenos couberam maiores incrementos se comparados aos municípios com mais de 100 mil habitantes, municípios esses que recebiam os maiores fluxos migratórios dentro do estado e

que, portanto sofria maior pressão de demanda por bens e serviços públicos (Zimmermann, 1996).

A partir de 1991/92, a recessão econômica nacional é fortemente sentida pelos governos municipais, com a redução de receitas e o impulso do endividamento público. Colados com o movimento geral da economia nacional, os municípios brasileiros, quando começam a recuperar os níveis de receitas encontrados em 1991, sentem duramente os efeitos do Plano Real. Como prerrogativa do Plano, a âncora cambial exigia elevadas taxas de juros internas que complicaram sobremaneira a situação de municípios que apresentavam elevado endividamento público.

Nesse contexto, em 4 de maio de 2000, foi promulgada a Lei Complementar nº 101, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Não é nosso intuito tratar aqui a LRF dada a complexidade do tema e o foco do nosso trabalho. Todavia, vale dizer que com sua entrada em vigor os municípios ficaram sem alternativas de financiamento e obrigados a aprofundar ajustes neoliberais. Esses ajustes recentemente implantados, muito mais que responsabilizar os gastos públicos, engessaram os mesmos e aprofundaram as dificuldades de atendimento das demandas sociais por parte dos municípios.

A configuração que se tem hoje é resultado de um duplo movimento, qual seja: de um lado o processo de descentralização fiscal, com aumento das responsabilidades dos municípios no atendimento das demandas sociais e no valor dos gastos totais; de outro lado existe grandes dificuldades de os municípios responderem adequadamente a essas demandas, uma vez que, vários desses municípios apresentam dificuldades financeiras, notadamente aqueles de maior porte, onde se concentram parcelas substanciais da população brasileira. A situação tende a se agravar com a Lei de Responsabilidade Fiscal dada a herança de gestões passadas, especialmente no que tange ao endividamento municipal (Lopreato e Paiva, 2002).

Em que pese os argumentos apresentados anteriormente existem exceções entre os municípios de grande-médio porte e São José do Rio Preto se configura como uma delas. Segundo informações divulgadas pela Secretaria de

Planejamento de Gestão Urbana, o gerenciamento do orçamento fiscal tem se constituído em uma das principais ferramentas para garantir o equilíbrio das finanças públicas com esforços no sentido de aperfeiçoar os instrumentos de planejamento e controle.

As peculiaridades do caso rio-pretense vão além dos números positivos. Em estudo recente sobre o endividamento público municipal de São José de Rio Preto, Fernando Cosenza Araújo destacou algumas especificidades encontradas no município, merecedoras de destaque⁵³.

Em primeiro lugar o aspecto partidário. De 1983 a 1996 a cidade foi governada pelo PMDB. Nesse mesmo período, ou melhor, de 1983 a 1994, o estado foi governado pelo mesmo partido e, especialmente no pós 87, o Governo de Quércia priorizou uma política de pesados investimentos públicos, especialmente em infra-estrutura, localizados em cidades que passavam por processos acelerados de crescimento agrícola e agroindustrial. Em São José do Rio Preto, ao contrário de outras cidades governadas pelo PMDB, como Campinas, Rio Claro e Limeira, por exemplo, o comportamento fiscal observado no período manteve-se equilibrado. Os investimentos públicos municipais nesse período foram relativamente de baixo custo. Os maiores gastos do período foram realizados nas gestões de Manuel Antunes (1983 a 1988) e Antônio Figueiredo Oliveira (1989 a 1992) que investiram pesadamente em loteamentos populares, expansão do perímetro urbano e pavimentação de áreas periféricas, contudo grande parte de tais gastos foram cobertos por recursos, a fundo perdido, do Programa Especial de Cidades de Porte Médio (PECPM), projeto do Banco Mundial⁵⁴.

Uma segunda especificidade de Rio Preto é a ausência de relações intergovernamentais fortes. O bom desempenho fiscal de Rio Preto não pode ser creditado a um tratamento privilegiado de outras esferas de governo. As relações intergovernamentais da cidade não são e não foram fortalecidas nas duas últimas décadas. A cidade historicamente não conta com lideranças políticas com

⁵³ Araújo, F. C. (2001).

⁵⁴ São José do Rio Preto participou do Programa de 1983 a 1988.

representatividade nacional e tem pouca participação na Assembléia Legislativa e na Câmara dos Deputados. Segundo Araújo (2001: 52), *“se setores de prestação de serviços públicos de alto custo acabaram sendo financiados por verbas estaduais ou federais, isso não foi reflexo de tratamento diferenciado, mas de uma política municipal, prolongada desde 1983 até 1996, que ignorou qualquer pressão pela municipalização, em especial a da saúde e da educação.”*

Outra grande diferença notável apresentada pelo município é a estabilidade da burocracia pública municipal. Essa estabilidade trouxe vantagens consideráveis para a administração da “Coisa Pública”. Tanto a Secretaria de Planejamento quanto a Secretaria de Finanças contam com funcionários de carreira com mais de 15 anos de serviços públicos que para além do envolvimento nas rotinas necessárias, participam efetivamente do processo decisório dentro de cada uma das respectivas secretarias, em especial na de planejamento. Há casos inclusive de funcionários de carreira que ocuparam cargos importantes, como a de secretários, mais ou menos independente do partido no poder. Obviamente isso tem a ver com a continuidade político-partidário pelo qual passou a cidade, sendo governada pelo PMDB por 14 anos consecutivos, contudo essa “cultura técnica” gerada transcende esse fato, sendo reforçada mesmo com a interrupção dos governos peemedebistas⁵⁵.

Mais recentemente, dentre os resultados fiscais/financeiros apresentados pelo município⁵⁶, destaca-se a alteração de uma situação deficitária para uma superavitária. Enquanto em 2000 registrou-se um déficit orçamentário de 3,48%, em 2001 alcançou-se um superávit de 6,39%, e, em 2003 de 6,23%.

De uma receita de R\$ 194 milhões, em 2000, para R\$ 226 milhões em 2001. Descontando a inflação do período (10,40%, segundo o IGP-DI da FGV), o incremento real chegou a 5,69%. Houve também um crescimento real da receita própria da ordem de 1,84%. Em 2002, a receita municipal atingiu R\$ 235 milhões (Tabela 3.7).

⁵⁵ Corroborando com essa afirmação, dois funcionários de carreira assumiram as secretarias de finanças e planejamento na gestão de Liberato Caboclo (1997 a 2000) do PDT.

⁵⁶ Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto, edição de 2003.

Tabela 3.7 – Origem das Receitas Municipais em 2002 (Valores Correntes)

Receitas Municipais	R\$	%
ICMS	58.929	25%
IPTU	39.352	17%
IPVA	19.235	8%
ISS	16.941	7%
FPM	16.154	7%
ITBI	4.788	2%
Taxas Municipais	3.188	1%
Aplicações Financeiras	2.818	1%
Água/Esgoto	693	0%
Outros	73.227	31%
Total	235.325	100%

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

O bom desempenho da receita própria rio-pretense está relacionado à relativa autonomia financeira que o município teve e tem com sua receita tributária própria, em especial decorrente do IPTU, ISS, ITBI, IVVC, Taxas, Contribuições de Melhorias e Receitas Patrimoniais e de Serviços Diversos. Essa soma de receita manteve-se sempre próximo dos 50% da receita total do município.

Fato importante a se destacar é que em Rio Preto o IPTU supera o ISS, imposto mais representativo da receita tributária dos municípios, representando cerca de 40% dessa receita. A partir de 1995, a arrecadação do IPTU sempre superou a arrecadação do ISS (Tabela 3.6). Esse fato torna-se merecedor de comentários, uma vez que, o município se destaca pela presença de um setor de comércio e serviços em geral que polariza uma vasta área do noroeste paulista e ainda áreas no Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. Ademais, segundo informações do corpo técnico da Secretaria de Finanças, os valores cobrados de IPTU são considerados baixos no município⁵⁷.

O comportamento das finanças públicas em Rio Preto tem um claro divisor de comportamento a partir de 1997 – início da gestão de Liberato Caboclo (PDT) (Tabela 3.8). Há uma queda acentuada na captação própria de recursos, queda essa expressa na redução da receita própria. Isso se deveu em grande parte ao

⁵⁷ Araújo, F. C. (2001:56-57).

momento pelo qual passou a economia nacional, mas também a problemas de ordem judicial que impediram a prefeitura de aumentar as alíquotas dos impostos e taxas municipais. De um patamar histórico próximo de 50%, a receita própria do município se reduziu para 37%.

No mesmo período – 1997 em diante – observa-se o aumento das despesas com pessoal que em 1995 representou apenas 26% das receitas correntes, para em 1997 ser de 46%. Esse aumento é reflexo da tardia municipalização de alguns serviços de alto custo, como saúde e educação, antes fora da responsabilidade municipal. A participação das despesas com pessoal cai a partir de 1999, em função de ajustes nos cargos comissionados e em postos ocupados por estagiários, redução limitada dada a baixa representatividade dessas ocupações no total da folha de pagamento. Entretanto, a perspectiva é de novo aumento no gasto com o funcionalismo público dada a abertura de concurso público com 475 vagas a serem preenchidas no primeiro semestre de 2004, para fazer face ao atual déficit do funcionalismo público registrado no município.

Tabela 3.8 - Receitas e Despesas por Naturezas Específicas e Participações Especificadas em São José do Rio Preto (R\$ de 2001)

Ano	ISS	IPTU	Receita Própria (RP)	Receita Total (RT)	Despesa Total	Despesa com Investimento Pessoal (DP) (Per Capita)	RP/RT	DP/ R. Correntes	Dívida Fundada	Dívida Flutuante	
1980	9.112.486	6.012.324	36.476.182	58.667.885	50.455.302	11.306.003	135	62%	22%	...	...
1985	8.196.114	5.218.050	42.897.089	74.461.767	69.771.978	17.803.669	135	58%	26%	...	...
1988	7.021.699	3.893.940	31.862.019	67.788.009	78.242.596	20.881.541	118	47%	33%	...	...
1989	6.040.295	2.643.006	49.896.165	94.810.267	121.560.219	25.814.067	256	53%	55%	...	...
1990	10.082.829	2.677.793	42.146.493	93.222.405	114.833.286	25.919.678	198	45%	29%	...	...
1991	8.155.907	14.524.997	53.342.056	108.673.266	168.104.433	34.255.918	321	49%	34%	...	...
1992	6.613.895	7.424.426	44.891.028	94.130.059	115.380.383	31.051.927	171	48%	35%	...	...
1993	5.909.980	5.829.840	55.434.477	110.537.399	100.108.317	32.282.106	78	50%	30%	9.470.650	2.497.754
1994	13.457.312	6.404.202	62.089.372	117.596.331	117.603.927	33.074.256	97	53%	29%	6.931.611	...
1995	16.394.182	19.119.381	90.564.463	176.154.323	170.119.137	45.743.563	141	51%	26%	6.695.733	28.536.301
1996	17.176.495	28.731.573	91.482.766	181.891.665	207.182.608	56.529.002	173	50%	32%	6.123.939	26.099.394
1997	17.575.756	24.321.712	81.897.298	179.637.821	187.470.843	81.635.279	67	46%	46%	5.466.919	20.589.604
1998	17.990.953	23.004.544	82.848.844	212.416.494	217.268.030	86.437.509	52	39%	41%	13.108.155	30.478.653
1999	13.166.106	26.727.676	78.438.089	221.028.322	225.869.962	71.856.301	40	35%	33%	12.264.464	24.170.090
2000	12.749.295	26.272.254	73.564.308	204.896.439	222.254.212	79.593.683	35	36%	39%	49.954.724	26.120.089
2001	14.588.943	27.578.046	79.537.826	215.937.365	211.332.891	80.036.034	24	37%	38%	31.043.175	21.830.491

Fonte: Fundação Seade

Nota: (...) dado não disponível.

Tanto a dívida fundada⁵⁸ quanto a dívida flutuante⁵⁹ apresentam valores relativamente baixos se comparadas a renda ou o gasto total do município. Merecedor de comentários é o fato de em 2000 e 2001 o município ter apresentado superávit nas contas públicas. Apesar da aparente tranquilidade fiscal, a diminuição da participação da receita própria no total da receita municipal preocupa as autoridades locais e impõe rigoroso controle sobre os investimentos. Isso pode ser percebido pela drástica redução do investimento *per capita* (Tabela 3.6) que de R\$173 reais por habitante em 1996 caiu para R\$ 24 em 2001. Obviamente essa não é uma realidade exclusiva de Rio Preto, sendo também sentida em Franca, Ribeirão Preto, Limeira e Bauru, só para citar alguns exemplos. Contudo dentre todas essas cidades, São José do Rio Preto era a que mantinha relativa estabilidade nos valores investidos.

Na tentativa de aumentar a arrecadação tanto do IPTU como do ISS, a prefeitura implantou modificações, para 2004, que visam, entre outras medidas, equilibrar as finanças públicas municipais como forma de adequação às exigências da LRF. No que tange ao IPTU, a prefeitura está aumentando entre 8% a 10% o valor cobrado. Esse aumento visa atualizar monetariamente. Segundo o secretário de Finanças, *“a atualização monetária (...) é necessária para manter as contas do município equilibradas, já que existe a imposição da Lei de Responsabilidade Fiscal de que o prefeito não pode abrir mão de receita”*.⁶⁰

No que se refere ao ISS, a prefeitura de Rio Preto criou, através da Lei Complementar 178, um depósito compulsório no valor de 3% para as microempresas com faturamento anual de até R\$ 120 mil. O objetivo das modificações, segundo a Secretaria de Finanças, é evitar a sonegação.

⁵⁸ Compromissos de exigibilidade superior a 12 meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financiamento de obras e serviços públicos, provenientes da colocação de títulos do tesouro e/ou empréstimos dentro ou fora do país.

⁵⁹ Compromissos de curto prazo, isto é, de exigibilidade inferior a 12 meses, compreendendo os restos a pagar; os serviços da dívida a pagar; os depósitos e os débitos da tesouraria.

⁶⁰ Entrevista colhida em <http://diarioweb.terra.com.br>.

A restituição do dinheiro ocorre após o final do exercício fiscal. Ainda, na tentativa de aumentar em 4 milhões a arrecadação com o ISS em 2004, ampliou-se de 101 para 208 o número de serviços tributados⁶¹.

A preocupação com a LRF se mostra mais intensa nesse último ano de gestão a se encerrar em 2004, com o objetivo de cumprir integralmente a mesma, condicionando as despesas às receitas no último ano de mandato. A liberação de recursos previstos no orçamento de 2004 será condicionada à autorização do prefeito e dos secretários de Planejamento e de Finanças. Além disso, cada secretaria será obrigada a reservar 10% do orçamento para possíveis remanejamentos futuros. Com essas medidas a prefeitura espera fechar, pelo terceiro ano consecutivo, com superávit nas contas públicas⁶².

Segundo as conclusões de Araújo (2001), o comportamento fiscal de São José do Rio Preto foi reflexo de, em primeiro lugar, o ótimo desempenho da receita tributária própria nesse período, atingido uma média de 50% (até 1996) da receita total do município. Outro fator, de cunho mais político é a inexistência de gestões que tenham optado, pelo endividamento para financiar seus projetos. Por fim, o fator de maior relevância: houve uma clara deliberação de não assumir investimentos em setores de alto custo, expresso na recusa de municipalizar os serviços de saúde e educação, a expandir o sistema de água e esgoto e a realizar a informatização da administração. Negando-se a assumir tais obrigações a realização de investimentos nesses setores foi coberta por outras fontes (BIRD, Estado e União).

O período recente traz mudanças na forma de gestão municipal. Nesse sentido, com restrições ao endividamento e dificuldades de obtenção de financiamentos de longo prazo para atender as demandas sociais, os municípios tendem a implementar políticas de desobrigação, como a concessão de serviços públicos à iniciativa privada, como o serviço de água e esgoto, por exemplo.

⁶¹“Nova lista do ISS vai taxar mais 107 serviços.” Reportagem divulgada no site <http://diarioweb.terra.com.br> no dia 26 de novembro de 2003.

⁶²“Edinho tira a autonomia de secretários em 2004”. Reportagem divulgada no site <http://diarioweb.terra.com.br> no dia 17 de dezembro de 2003.

Obviamente, a situação rio-pretense é de conforto, se comparada a outras realidades, contudo, cabe indagar sobre a manutenção da atual política vis-à-vis o custo político que ajustes restritivos podem gerar em um município acostumado com investimentos públicos e equilíbrio fiscal⁶³.

⁶³ Cabe lembrar que muitos dos grandes investimentos que a cidade realizou nos anos 80 e início dos anos 90, foram financiados, a fundo perdido, pelo Banco Mundial, no Programa Especial de Cidades de Porte Médio (PECPM).

Considerações Finais

O objetivo deste trabalho de dissertação de mestrado foi o de organizar um conjunto de informações que pudesse auxiliar no desenho e na análise dos traços mais gerais do processo de desenvolvimento econômico ocorrido na Região de São José do Rio Preto no período mais recente.

Tal processo apresenta especificidades – que se procurou destacar ao longo do trabalho – seja em relação a toda a porção mais a oeste do território paulista, seja em relação à estrutura e dinâmica da economia estadual como um todo.

A incorporação da frente de expansão do oeste esteve amplamente marcada pelos requerimentos do complexo cafeeiro paulista. À medida que estas vastas porções de terras eram ocupadas, processou-se o nascimento e a emergência de diversos núcleos urbanos, fenômeno que se acelerou após a chegada da estrada de ferro na região. A região de “boca do sertão” passou a “ponta de linha” e se fortaleceu enquanto grande entreposto mercantil e área de pujante agricultura.

A Região de Rio Preto se inseriu nesse processo com o que tinha de mais dinâmico, ou seja, com a agricultura. A sobrevida do café e a presença do algodão foram responsáveis por grande parte do relativo sucesso produtivo e comercial da região nos anos 30, 40 e 50.

A partir da segunda metade da década de 50, a economia nacional, e paulista particularmente, passou por profundas transformações, com o início do processo de industrialização pesada e a integração produtiva do mercado nacional. Em semelhança com o período anterior, o hiato temporal persistiu e as diversas regiões do Estado, agora já articuladas, passaram a se integrar de modo mais efetivo ao centro dinâmico da economia estadual e brasileira (a cidade de São Paulo e seu entorno), criando uma clara divisão inter-regional do trabalho.

A RA de Rio Preto, que nos anos anteriores teve na agricultura sua principal fonte de renda, aprofunda seus laços comerciais com o setor primário e

desenvolve alguns compartimentos do setor secundário. A região passa a ser produtora, não só de algodão mas também de produtos têxteis.

A pecuária se torna forte na região, que aumenta consideravelmente o processamento *in loco* dos produtos e subprodutos bovinos, com a expansão dos frigoríficos e curtumes. Aumentam-se também a produção da indústria de alimentos e a indústria metalúrgica, contudo em suas fases mais simples. O seu núcleo urbano principal amplia sua centralidade, consolidando-se enquanto prestador de serviços variados e centro comercial de vasta área, com destaque para suas ligações com o Centro-Oeste brasileiro.

Outro fator de extrema importância para se entender o desenvolvimento econômico da região é sua distância em relação à capital do Estado. A cidade de Rio Preto está à 450km de São Paulo. Essa distância permitiu à região desenvolver e gozar de certa promoção de um mercado regional expressivo, com a constituição de uma indústria de importância mesoregional, concentrada, até a década de 80, na agroindústria. A partir da década de 90, com o aumento da articulação de diversas instituições, fortalecem-se outros setores como o setor de móveis em Votuporanga e Mirassol; eletroeletrônicos, como o caso de ventiladores em Catanduva e a lapidação de pedras preciosas ou semipreciosas em Rio Preto.

A RA de São José do Rio Preto é nacionalmente conhecida pelos bons indicadores sociais que apresenta, em especial os bons níveis educacionais e a alta expectativa de vida e é na cidade-sede que esses números apresentam melhor desempenho, ganhando destaque ainda os serviços médico-hospitalares.

Existe uma nítida diferenciação intra-regional entre as Regiões de Governo estudadas. Jales e Fernandópolis apresentam-se industrialmente menos desenvolvidas e com os serviços mais ligados às atividades agropecuárias. Em Jales existe a predominância de pequenas propriedades e da fruticultura como atividade de destaque. Em Fernandópolis, a atividade pecuária, em propriedades mais extensas, apresenta maior relevância.

Na RG de Votuporanga a agropecuária é a atividade principal, contudo o setor moveleiro lhe confere destaque especial. A cidade de Votuporanga

apresenta ainda uma gama importante de serviços ofertados para sua sub-região, demonstrando crescimento de suas funções urbanas.

As Regiões de Governo de Catanduva e São José do Rio Preto são as mais industrializadas e concentram grande parte da população regional. As funções urbanas, ditadas pelo setor terciário (comércio e serviços) das duas cidades-sede apresentam maior complexidade, sendo referência para os demais municípios da RA. A cidade de Catanduva é ainda conhecida como a capital nacional de ventiladores de teto

São José do Rio Preto é o grande pólo regional. Desde o processo de ocupação da região, o município se tornou o principal núcleo urbano. A partir dos anos 50, apresentou intenso ritmo de crescimento e, em 1970, as funções urbanas já eram as que mais empregavam. As relações comerciais passam a transbordar os limites geográficos de sua região e a cidade passou a oferecer produtos e serviços para áreas mais distantes como Mato Grosso do Sul e Triângulo Mineiro, sobretudo à medida que ia se infra-estruturando como entroncamento de rotas e entreposto mercantil.

O destaque econômico do município na região se confronta com as dificuldades típicas dos grandes e médios centros do país. Os principais problemas que o município apresenta são os de tratamento do esgoto, do aumento da criminalidade e os de ordem habitacional. A ausência de tratamento de esgoto é uma das maiores carências do município-sede. Sem recursos e com as limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o município está em processo de discussão sobre uma possível lei de concessão no tratamento de esgoto.

Com a LRF, a capacidade de gastos públicos se estreitou, com conseqüências diversas, inclusive e de modo mais visível para o enfrentamento da carência habitacional, que já chega a 15 mil unidades. Neste contexto, o aumento dos loteamentos irregulares é um agravante a mais para o problema. A população de baixa renda, sem acesso a políticas habitacionais, acaba adquirindo de grileiros loteamentos em áreas rurais próximas. A infra-estrutura é precária, mas a existência desses loteamentos pressiona o poder público a tomar decisões.

Os desafios econômicos da Região são os de persistir na diversificação produtiva, melhorar ainda mais sua logística e não reconcentrar ainda mais os frutos do progresso de sua vasta região apenas em seu principal centro regional. Seus desafios sociais dizem respeito a distribuir de forma mais equânime e justa o produto gerado pelo progresso material, isto é, crescimento com desenvolvimento.

Bibliografia

- ARAÚJO, F. C. (2001). Endividamento público municipal no Brasil pós 1988: o caso da responsabilidade fiscal de São José do Rio Preto. Casa do Livro, São José do Rio Preto, SP.
- BAENINGER, R. (1996). Espaço e tempo em Campinas: imigrantes e a expansão do pólo industrial paulista. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP.
- BAENINGER R. e CUNHA, J. M. P. (2000). A Migração nos Estados Brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças. IN: HOGAN, D.J.; CUNHA, J.M.P.; BAENINGER, R.; CARMO, R.L. (orgs). Migração e Ambiente em São Paulo: aspectos relevantes da dinâmica recente. pp.17-57, 2000.
- BOLÇONE, O. J. (2001). Minidistritos Industriais: uma política pública de incentivo às micro e pequenas empresas (São José do Rio Preto, 1983-1998). Unesp, Araraquara, SP. (dissertação de mestrado).
- BRANDÃO, C. A. (1989). Triângulo: capital comercial, geopolítica e agroindústria, Cedeplar/UFMG, Belo Horizonte, MG. (dissertação de mestrado).
- BRANDÃO, C. A. (1999). A Provisão de Infra-estrutura econômica no “Brasil Central”. FAPEMIG. (relatório de pesquisa).
- BRANDÃO, C. A. (2003). A dimensão espacial do subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos regionais e urbanos. IE-Unicamp, Campinas. (tese de livre docência).
- BRUNO, E. S. (1966). História do Brasil geral e regional. Ed. Cultrix. São Paulo, SP.
- CANO, W. (1998a). Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. São Paulo, T. A. Queiroz. Republicado pela editora do Instituto de Economia da Unicamp. (30 anos de Economia – Unicamp, 1).
- CANO, W. (1998b). Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil (1930-1970; 1970-1995). 2 ed. Campinas: Unicamp/Instituto de Economia, Campinas.
- CANO, W. (Coord.) (1988). A interiorização do desenvolvimento econômico no estado de São Paulo (1920-1980). São Paulo: Fundação Seade, 3v.
- CANO, W. (Coord.) (1992). São Paulo no limiar do século XXI. Cenários e diagnósticos: a economia no Brasil e no mundo. Fundação Seade, 8v. São Paulo, SP.
- CANO, W. (2000). Soberania e Política na América Latina. Editora Unesp. São Paulo, SP.
- CANO, W. (2002). Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil, Editora da Unicamp, Campinas.

- CARDOSO DE MELLO, J. M. (1975) O capitalismo tardio. São Paulo, Brasiliense. Republicado pela editora do Instituto de Economia da Unicamp, 1998. (30 anos de Economia – Unicamp, 4), Campinas
- CARNEIRO, R. (2002). Desenvolvimento em Crise: a economia brasileira no último quarto do século XX. Editora Unesp, São Paulo, SP.
- DE LORENZO, H. C. e COSTA, W. P. (1997). A década de 1920 e as origens do Brasil moderno. Editora Unesp, São Paulo.
- DEAN, W. (1971). A industrialização de São Paulo. São Paulo: Difusão Européia do Livro, USP.
- FURTADO, C. (1959). Formação economia no Brasil. Fundo de Cultura. Rio de Janeiro.
- GUIMARÃES NETO, L. (1995). Desigualdades regionais e Federalismo. In: AFFONSO, R. B. Á. & Barros Silva, P. L. (Coords), Federalismo no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento. São Paulo, Fundap, p. 13-59.
- GONÇALVES, M. F. (1998). As engrenagens da locomotiva: ensaio sobre a formação urbana paulista. Unicamp, Campinas, SP. (Tese de doutoramento).
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1996) A nova dinâmica da agricultura brasileira, Editora do IE-Unicamp, Campinas, SP.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1999). O novo rural brasileiro. Campinas, Unicamp/IE, (Coleção Pesquisas, n.1). Campinas, SP.
- LOPREATO, F. L. C., PAIVA, C. C. (2002). Evolução das Finanças Públicas da Região Metropolitana de Campinas **In:** Região Metropolitana Urbanização, economia, finanças e meio ambiente. 1 ed. Campinas, Editora da Unicamp, v.2, p. 259-334.
- KAGEYAMA, A. (1985). Modernização, produtividade e emprego na agricultura – uma análise regional. IE-Unicamp, Campinas, SP. (tese de doutoramento).
- MATUSHIMA, M. K. (2001). A formação de um eixo de desenvolvimento entre os municípios de São José do Rio Preto e Mirassol – SP. Unesp, Presidente Prudente. (dissertação de mestrado).
- MILLIET, S. (1938). Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil. HUCITEC, São Paulo, SP.
- MONBEING, P. (1998). Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. HUCITEC Polis. São Paulo, SP.
- NEGRI, B. (1996). Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1980-1990). Editora da Unicamp, Campinas, SP
- PETISCO, A. C. (2002). Cidades, competição e planejamento: a reestruturação dos anos 1990 em São José do Rio Preto – SP. UFSCar, São Carlos, SP. (dissertação de mestrado).
- SEMPPLAN (2000). Conjuntura econômica. Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Urbana, São José do Rio Preto, SP.

- SEMPPLAN (2003). Conjuntura econômica. Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Urbana, São José do Rio Preto, SP.
- SEPLAN (1978). Plano regional de São José do Rio Preto. Secretaria Estadual de Planejamento, São Paulo, SP.
- SAES, F. A. M. (1981). As ferrovias de São Paulo 1870-1940. HUCITEC/INL-MEC, São Paulo.
- SEMEGHINI, U. (1991). Do café à indústria: uma cidade e seu tempo. Editora da Unicamp, Campinas, SP.
- SINGER, P. (1977). Desenvolvimento econômico e evolução urbana. Cia. Editora Nacional, São Paulo, SP.
- SUZIGAN, W. et. al. (2001). Aglomerações Industriais no Estado de São Paulo. (mimeo).
- TARTAGLIA, J. C.; OLIVEIRA, O. L. (1988). Modernização e desenvolvimento no interior de São Paulo. São Paulo, Unesp, Araraquara, SP.
- VASCONCELOS, L. A. T. (1992). Desenvolvimento econômico e urbanização nas regiões administrativas de São José do Rio Preto e de Araçatuba. Instituto de Economia/Unicamp Campinas, SP. (dissertação de mestrado).
- ZIMMERMANN, G. (1996). Orçamentos municipais paulistas. São Paulo em Perspectiva, vol. 10, nº 3, jul./set. São Paulo, SP.

Anexos

REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO			
RG de Catanduva	RG de Jales	RG de SJR Preto	RG de Votuporanga
Ariranha	Aparecida d'Oeste	Adolfo	Álvares Florença
Catanduva	Aspásia	Bady Bassitt	Américo de Campos
Catiguá	Dirce Reis	Bálsamo	Cardoso
Elisiário	Dolcinópolis	Cedral	Cosmorana
Irapuã	Jales	Guapiaçu	Floreal
Itajobi	Marinópolis	Ibirá	Macaubal
Marapoama	Mesópolis	Icém	Magda
Novais	Nova Canaã Paulista	Jaci	Monções
Novo Horizonte	Palmeira d'Oeste	José Bonifácio	Nhandeara
Palmares Paulista	Paranapuã	Mendonça	Parisi
Paraíso	Pontalinda	Mirassol	Pontes Gestal
Pindorama	Rubinéia	Mirassolândia	Riolândia
Sales	Santa Albertina	Monte Aprazível	Sebastianópolis do Sul
Santa Adélia	Santa Clara d'Oeste	Neves Paulista	Valentim Gentil
Tabapuã	Santa Fé do Sul	Nipoã	Votuporanga
Urupês	Santana da Ponte Pensa	Nova Aliança	
	Santa Rita d'Oeste	Nova Granada	
RG de Fernandópolis	São Francisco	Onda Verde	
	Três Fronteiras	Orindiúva	
	Urânia	Palestina	
Estrela d'Oeste		Paulo de Faria	
Fernandópolis		Planalto	
Guarani d'Oeste		Poloni	
Indiaporã		Potirendaba	
Macedônia		São José do Rio Preto	
Meridiano		Tanabi	
Mira Estrela		Ubarana	
Pedranópolis		Uchôa	
Populina		União Paulista	
São João das Duas Pontes		Zacarias	
Turmalina			

Tabela 1: Distribuição do Valor Adicionado Fiscal (VAF) da Indústria de Transformação por Região de Governo com relação ao Total do VAF da Indústria de Transformação da RA de São José do Rio Preto. (Em %)

RG's / Anos	1980	1985	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Catanduva	36,13	35,57	21,00	25,54	30,16	28,96	25,14	28,62	35,11	34,07	33,90	30,87	33,08
Fernandópolis	4,83	6,23	4,77	3,94	3,68	3,42	3,17	4,78	3,45	6,04	6,12	6,96	6,07
Jales	2,44	2,43	2,31	2,36	2,38	2,59	2,80	3,95	3,97	6,53	5,49	6,69	4,82
São José do Rio Preto	48,01	48,19	64,15	61,76	55,02	59,74	57,80	53,08	51,76	43,42	45,76	46,28	47,23
Votuporanga	8,62	7,65	7,76	6,29	8,54	5,29	11,09	9,57	5,72	9,95	8,74	9,20	8,80
Total da RA de SJRP	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Base de Dados: Fundação SEADE - Tabulações Especiais: CEDE-IE/UNICAMP.

Tabela 2: Distribuição do Valor Adicionado Fiscal da Indústria de Transformação segundo os diferentes setores da Indústria para a Região de Governo de Catanduva com relação ao total do VAF da Indústria de Transformação gerado na RA de São José do Rio Preto. (Em %)

Setores / Anos	1980	1985	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Material de Transporte	5,25	0,95	3,48	11,92	8,05	3,66	4,35	1,45	1,28	1,32	1,00
Metalúrgica	9,48	12,14	14,45	11,73	10,71	8,05	11,13	14,93	17,10	13,54	12,52
Material Elétrico e de Comunicações	27,81	43,08	54,23	49,32	49,65	68,62	72,01	66,45	63,24	56,63	56,45
Produtos Químicos	45,67	12,63	14,12	16,53	23,82	40,88	18,84	7,25	6,02	8,84	15,11
Produtos Alimentícios	87,48	85,34	37,36	42,21	56,60	58,38	48,02	66,01	67,05	66,95	64,62
Produtos Têxteis	3,54	1,27	1,06	0,98	1,37	3,04	4,82	5,74	5,57	7,03	7,63
Produtos Farmacêuticos, Médicos e Perfumaria	-	sigilo	sigilo	sigilo	5,80	4,24	6,26	10,48	7,73	sigilo	12,11
Produtos Minerais Não-Metálicos e Cimento	8,19	25,07	20,46	26,79	9,47	12,30	10,63	10,83	6,01	6,21	6,79
Papel e Papelão	sigilo	sigilo	sigilo	30,00	sigilo	17,54	22,63	17,79	10,47	10,60	8,64
Produtos Mecânicos	41,52	53,15	54,31	48,11	45,45	39,93	48,37	44,55	53,65	44,85	46,70
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	8,85	8,65	10,31	8,37	7,84	5,98	14,42	8,31	11,22	9,94	11,99
Material Plástico	sigilo	sigilo	2,94	sigilo	sigilo	2,71	3,66	5,32	2,37	4,75	5,93
Produtos de Borracha	sigilo	sigilo	sigilo	0,65	sigilo	0,37	0,23	0,16	0,19	sigilo	sigilo
Bebidas, Líquidos Alcoólicos e Vinagre	36,48	31,61	30,61	33,43	31,84	23,32	33,80	13,19	23,33	22,15	15,51
Mobiliários	1,58	0,75	1,98	1,66	1,63	1,93	1,75	2,05	2,58	3,62	5,11
Editorial e Gráfica	40,97	46,41	45,91	40,80	42,96	50,60	49,15	46,70	40,96	40,48	35,10
Diversos (I e III)	89,12	74,64	82,84	73,18	79,83	53,80	81,73	71,47	65,39	58,57	55,47
Diversos (II)	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	6,44	13,17	8,67	5,49	3,72	sigilo
Artigos e Artefatos de Madeira	27,16	53,51	57,04	62,71	71,35	73,69	63,74	59,89	52,58	38,72	42,09
Produtos do Reino Vegetal-In Natura	25,73	35,83	6,47	44,46	24,85	46,42	1,48	3,88	8,56	3,60	6,35
Produtos do Reino Animal-In Natura-Frigoríficos	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	0,04	0,06	0	0,04	sigilo	sigilo
Fumo e Produtos Derivados	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	100,00	39,01	1,84	0	sigilo	sigilo
Pedra e Outros Materiais de Construção	-	-	sigilo	sigilo	sigilo	8,90	4,98	3,59	0,17	sigilo	sigilo
Couros, Peles e Produtos Similares	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	4,40	14,78	5,13	8,70	sigilo	sigilo
Outras Indústrias	sigilo	3,82	13,99	10,72	13,58	4,13	10,05	8,82	12,44	12,91	23,63
Total da Indústria de Transformação da RG de Catanduva	36,21	35,63	21,27	25,82	30,42	28,96	25,14	28,62	35,11	34,07	33,90

Fonte: Base de Dados: SEADE - Tabulações Especiais: CEDE-IE/UNICAMP.

Tabela 3: Distribuição do Valor Adicionado Fiscal da Indústria de Transformação segundo os diferentes setores da Indústria para a Região de Governo de Fernandópolis com relação ao total do VAF da Indústria de Transformação gerado na RA de São José do Rio Preto. (Em %)

Setores / Anos	1980	1985	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Material de Transporte	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	17,05	8,60	9,01	7,31	6,49	5,80	7,25
Metalúrgica	0,25	sigilo	1,08	1,35	2,09	1,17	1,71	2,06	2,23	2,66	3,56
Material Elétrico e de Comunicações	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	26,94	17,45	17,40	18,03	16,09	23,38	24,78
Produtos Químicos	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	0,68	0,26	0,62	0,49	11,65	1,50	0,96
Produtos Alimentícios	0,23	sigilo	0,18	0,46	1,28	1,29	1,04	0,41	0,67	1,92	1,64
Produtos Têxteis	sigilo	sigilo	0,94	0,75	sigilo	0,97	1,14	1,71	1,95	1,82	5,90
Produtos Farmacêuticos, Médicos e Perfumaria	-	-	sigilo	sigilo	sigilo	0,19	0,34	0,35	0,16	-	sigilo
Produtos Minerais Não-Metálicos e Cimento	2,42	3,38	2,86	4,73	2,91	4,55	3,58	2,31	3,00	3,03	2,61
Papel e Papelão	-	-	sigilo	sigilo	sigilo	-	-	0,00	-	-	-
Produtos Mecânicos	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	0,17	1,12	3,41	1,60	0,17	0,20
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	sigilo	0,24	1,27	0,89	0,87	0,88	2,74	5,44	4,76	7,54	8,30
Material Plástico	sigilo	-	sigilo	sigilo	-	0,06	0,69	2,32	3,39	5,15	7,46
Produtos de Borracha	sigilo	-	-	-	sigilo	0,00	0,01	0,02	-	sigilo	sigilo
Bebidas, Líquidos Alcoólicos e Vinagre	1,98	6,67	0,75	0,28	sigilo	9,10	4,69	8,22	5,56	14,02	14,03
Mobiliários	3,82	3,61	2,32	5,09	5,15	3,07	2,28	3,11	4,68	4,75	4,76
Editorial e Gráfica	1,56	1,42	1,40	2,58	3,10	1,98	5,39	5,40	2,74	3,93	3,54
Diversos (I e III)	sigilo	sigilo	sigilo	0,33	0,29	1,33	0,89	1,78	1,28	1,47	1,64
Diversos (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Artigos e Artefatos de Madeira	4,11	2,39	0,51	sigilo	sigilo	1,61	1,13	0,76	0,61	0,73	sigilo
Produtos do Reino Vegetal-In Natura	10,36	14,84	7,16	8,70	5,79	16,58	12,30	38,51	20,69	13,46	13,52
Produtos do Reino Animal-In Natura-Frigoríficos	sigilo	21,43	26,70	19,87	13,24	4,66	2,09	9,70	7,33	11,48	11,76
Fumo e Produtos Derivados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedra e Outros Materiais de Construção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Couros, Peles e Produtos Similares	sigilo	sigilo	22,67	6,26	12,95	6,78	22,23	20,33	21,49	28,20	32,42
Outras Indústrias	-	-	sigilo	sigilo	sigilo	1,34	2,36	1,50	0,55	sigilo	sigilo
Total da Indústria de Transformação da RG de Fernandópolis	4,83	6,24	4,83	3,99	3,71	3,42	3,17	4,78	3,45	6,04	6,12

Fonte: Base de Dados: SEADE - Tabulações Especiais: CEDE-IE/UNICAMP.

Tabela 4: Distribuição do Valor Adicionado Fiscal da Indústria de Transformação segundo os diferentes setores da Indústria para a Região de Governo de Jales com relação ao total do VAF da Indústria de Transformação gerado na RA de São José do Rio Preto. (Em %)

Setores / Anos	1980	1985	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Material de Transporte	5,95	5,71	2,18	3,43	2,70	0,18	4,65	1,71	2,84	0,84	0,38
Metalúrgica	0,78	0,20	1,08	0,96	0,69	0,35	0,68	0,92	1,50	2,03	2,15
Material Elétrico e de Comunicações	-	-	sigilo	sigilo	sigilo	0,11	0,29	0,55	0,41	0,33	sigilo
Produtos Químicos	-	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	5,92	8,42	9,16	8,50	6,97	0,56
Produtos Alimentícios	0,61	0,63	0,28	0,34	0,15	0,17	0,24	0,23	0,22	1,11	1,62
Produtos Têxteis	sigilo	sigilo	1,24	0,35	0,59	1,01	1,78	6,00	7,88	9,06	10,22
Produtos Farmacêuticos, Médicos e Perfumaria	-	-	-	-	-	-	-	1,25	1,47	-	sigilo
Produtos Minerais Não-Metálicos e Cimento	1,92	2,10	2,62	6,14	3,90	2,48	8,78	9,55	8,59	8,82	7,50
Papel e Papelão	-	-	-	-	-	0,11	0,10	1,00	6,88	sigilo	sigilo
Produtos Mecânicos	sigilo	sigilo	0,85	1,15	0,70	0,29	0,71	0,88	2,19	4,27	2,12
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	0,35	1,21	1,34	1,59	1,51	2,70	2,60	5,41	7,79	8,17	6,66
Material Plástico	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	0,23	0,64	0,76	0,58	sigilo	sigilo
Produtos de Borracha	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	0,57	0,45	0,09	0,04	sigilo	sigilo
Bebidas, Líquidos Alcoólicos e Vinagre	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	0,41	0,31	0,61	0,67	sigilo	sigilo
Mobiliários	1,03	1,49	1,92	2,29	2,38	1,86	2,21	1,15	2,53	2,93	2,08
Editorial e Gráfica	2,32	0,77	1,36	2,22	3,11	2,87	3,95	4,24	4,76	4,76	4,84
Diversos (I e III)	sigilo	sigilo	0,33	0,57	sigilo	0,64	0,25	0,48	0,18	0,25	2,52
Diversos (II)	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	0,17	0,21	0,21	0,12	sigilo	sigilo
Artigos e Artefatos de Madeira	1,27	0,29	0,67	0,64	0,81	0,50	0,90	2,15	1,74	2,83	3,22
Produtos do Reino Vegetal-In Natura	16,10	13,09	20,58	18,91	24,69	5,30	8,87	11,73	14,76	25,46	19,76
Produtos do Reino Animal-In Natura-Frigoríficos	sigilo	11,13	4,27	5,70	7,94	18,93	13,17	29,57	30,77	23,48	17,64
Fumo e Produtos Derivados	-	-	-	-	-	-	-	98,16	100	sigilo	sigilo
Pedra e Outros Materiais de Construção	sigilo	-	sigilo	-	sigilo	48,47	-	28,24	5,75	sigilo	sigilo
Couros, Peles e Produtos Similares	sigilo	-	sigilo	sigilo	sigilo	0,04	0,07	0,09	0,08	sigilo	20,31
Outras Indústrias	sigilo	-	-	-	-	0,54	0,37	1,16	1,53	sigilo	sigilo
Total da Indústria de Transformação da RG de Jales	2,45	2,43	2,34	2,36	2,38	2,59	2,80	3,95	3,97	6,53	5,49

Fonte: Base de Dados: SEADE - Tabulações Especiais: CEDE-IE/UNICAMP.

Tabela 5: Distribuição do Valor Adicionado Fiscal da Indústria de Transformação segundo os diferentes setores da Indústria para a Região de Governo de São José do Rio Preto com relação ao total do VAF da Indústria de Transformação gerado na RA de São José do Rio Preto. (Em %)

Setores / Anos	1980	1985	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Material de Transporte	31,67	47,70	55,85	52,75	44,97	64,76	49,95	44,11	43,94	35,25	47,79
Metalúrgica	87,59	84,37	82,04	84,65	84,44	89,49	79,62	75,82	77,29	77,39	77,68
Material Elétrico e de Comunicações	23,91	27,46	29,42	36,63	23,15	13,75	10,25	14,91	20,01	19,41	18,47
Produtos Químicos	41,78	68,73	78,85	75,39	69,68	52,30	70,86	79,10	69,09	77,56	79,51
Produtos Alimentícios	10,09	12,55	60,53	55,72	39,58	39,10	48,65	30,98	30,71	26,28	28,98
Produtos Têxteis	93,50	96,64	95,74	97,24	97,42	94,64	91,66	85,55	82,76	43,91	50,05
Produtos Farmacêuticos, Médicos e Perfumaria	sigilo	100,00	93,60	96,86	93,64	95,57	93,39	87,93	90,64	90,84	87,80
Produtos Minerais Não-Metálicos e Cimento	83,29	65,36	71,58	58,11	79,61	75,68	74,19	74,48	78,00	77,79	79,14
Papel e Papelão	57,20	70,81	71,44	69,45	74,83	81,67	76,65	71,74	77,03	73,37	80,64
Produtos Mecânicos	57,27	45,96	44,49	49,44	52,72	58,90	49,14	49,13	40,07	46,88	46,71
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	90,45	89,00	80,91	79,53	78,39	79,18	70,12	71,87	70,83	65,04	60,29
Material Plástico	42,11	83,51	96,43	96,43	94,43	96,06	91,68	83,62	92,11	88,31	83,44
Produtos de Borracha	90,24	89,78	95,62	71,40	84,73	96,82	99,09	99,71	99,72	86,58	74,20
Bebidas, Líquidos Alcoólicos e Vinagre	61,21	61,37	68,29	66,16	67,80	67,15	61,16	77,94	70,37	55,65	68,02
Mobiliários	72,22	73,76	71,92	72,48	69,23	79,11	70,90	73,78	69,11	65,06	62,50
Editorial e Gráfica	52,44	50,24	48,27	52,02	47,77	42,60	37,87	40,48	48,13	45,93	51,12
Diversos (I e III)	8,54	22,20	15,13	24,07	18,15	43,72	13,10	19,43	27,67	34,20	37,66
Diversos (II)	74,47	87,70	95,42	96,43	94,84	93,39	86,63	91,07	94,39	96,16	95,96
Artigos e Artefatos de Madeira	58,39	39,05	31,05	28,02	18,66	15,30	22,97	23,31	28,62	34,25	34,55
Produtos do Reino Vegetal-In Natura	38,71	30,71	52,81	22,69	37,70	25,57	27,22	36,08	48,18	33,48	40,43
Produtos do Reino Animal-In Natura-Frigoríficos	59,59	44,67	49,04	53,05	46,01	54,75	47,34	24,26	58,90	45,74	51,47
Fumo e Produtos Derivados	sigilo	-	sigilo	sigilo	sigilo	-	61,00	-	-	-	sigilo
Pedra e Outros Materiais de Construção	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	42,63	95,02	68,17	94,09	83,13	82,29
Couros, Peles e Produtos Similares	31,56	31,89	34,94	63,82	57,87	87,89	58,86	72,19	67,75	60,98	38,94
Outras Indústrias	97,01	96,18	84,95	88,91	86,25	93,99	87,23	88,51	85,49	83,12	72,21
Total da Indústria de Transformação da RG de SJRP	48,01	48,19	64,15	61,76	55,02	59,74	57,80	53,08	51,76	43,42	45,76

Fonte: Base de Dados: SEADE - Tabulações Especiais: CEDE-IE/UNICAMP.

Tabela 6: Distribuição do Valor Adicionado Fiscal da Indústria de Transformação segundo os diferentes setores da Indústria para a Região de Governo de Votuporanga com relação ao total do VAF da Indústria de Transformação gerado na RA de São José do Rio Preto. (Em %)

Setores / Anos	1980	1985	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Material de Transporte	55,13	sigilo	24,23	24,52	27,23	22,82	32,04	45,42	45,44	56,79	43,58
Metalúrgica	1,90	1,16	1,34	1,31	2,07	0,94	6,86	6,27	1,88	4,38	4,09
Material Elétrico e de Comunicações	-	-	sigilo	0,36	0,23	0,07	0,06	0,05	0,25	sigilo	sigilo
Produtos Químicos	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	0,64	1,26	4,00	4,74	sigilo	sigilo
Produtos Alimentícios	1,59	sigilo	1,65	1,27	2,39	1,06	2,05	2,38	1,35	3,73	3,14
Produtos Têxteis	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	0,33	0,60	1,00	1,84	38,18	26,19
Produtos Farmacêuticos, Médicos e Perfumaria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	sigilo
Produtos Minerais Não-Metálicos e Cimento	4,18	4,08	2,49	4,22	4,11	4,99	2,82	2,83	4,41	4,15	3,95
Papel e Papelão	sigilo	-	sigilo	sigilo	sigilo	0,68	0,62	9,48	5,62	7,47	5,10
Produtos Mecânicos	sigilo	sigilo	sigilo	0,75	0,98	0,70	0,66	2,03	2,48	3,84	4,27
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	0,20	0,90	6,16	9,63	11,39	11,26	10,11	8,98	5,40	9,31	12,77
Material Plástico	54,79	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	0,93	3,33	7,98	1,55	sigilo	2,84
Produtos de Borracha	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	2,23	0,21	0,03	0,04	sigilo	sigilo
Bebidas, Líquidos Alcoólicos e Vinagre	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	0,01	0,04	0,05	0,07	sigilo	sigilo
Mobiliários	21,35	20,38	21,86	18,48	21,60	14,04	22,85	19,91	21,11	23,64	25,55
Editorial e Gráfica	2,71	1,15	3,07	2,38	3,05	1,95	3,65	3,18	3,41	4,90	5,39
Diversos (I e III)	sigilo	sigilo	1,45	1,85	1,24	0,51	4,02	6,85	5,48	5,51	2,71
Diversos (II)	sigilo	-	-	-	-	-	-	0,06	-	-	sigilo
Artigos e Artefatos de Madeira	9,07	4,76	10,73	8,06	8,44	8,90	11,27	13,89	16,45	23,46	19,90
Produtos do Reino Vegetal-In Natura	9,09	5,54	12,98	5,24	6,97	6,13	50,13	9,81	7,82	24,00	19,94
Produtos do Reino Animal In Natura-Frigoríficos	sigilo	22,75	19,96	21,36	32,80	21,63	37,34	36,48	2,95	14,31	13,85
Fumo e Produtos Derivados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedra e Outros Materiais de Construção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Couros, Peles e Produtos Similares	sigilo	48,53	28,41	24,25	15,83	7,28	17,00	7,51	5,76	8,63	6,25
Outras Indústrias	sigilo	-	sigilo	sigilo	-	-	-	-	-	sigilo	sigilo
Total da Indústria de Transformação da RG de Votuporanga	8,64	7,66	7,76	6,36	8,61	5,29	11,09	9,57	5,72	10,00	8,74

Fonte: Base de Dados: SEADE - Tabulações Especiais: CEDE-IE/UNICAMP.

Tabela 7: Participação do Valor Adicionado Fiscal da Indústria de Transformação gerada pelo município de Catanduva na RG de Catanduva. (Em %)

Setores / Anos	1980	1985	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Material de Transporte	47,87	sigilo	97,35	97,77	97,55	99,49	99,42	97,70	82,72	81,04	80,54
Metalúrgica	76,96	95,74	81,73	79,67	76,90	91,59	91,91	92,69	82,14	71,68	65,76
Material Elétrico e de Comunicações	sigilo	sigilo	99,04	99,18	95,34	96,22	93,22	94,83	96,24	94,32	96,39
Produtos Químicos	99,99	93,19	78,55	100,00	39,33	15,59	9,02	95,87	99,58	100,00	96,50
Produtos Alimentícios	69,69	53,59	47,19	71,52	51,89	42,46	37,72	46,65	34,58	26,61	34,17
Produtos Têxteis	sigilo	sigilo	100,00	100,00	100,00	100,00	89,83	92,60	81,06	40,72	43,47
Produtos Farmacêuticos, Médicos e Perfumaria	-	-	sigilo	sigilo	99,38	92,11	98,63	96,35	96,10	sigilo	sigilo
Produtos Minerais Não-Metálicos e Cimento	49,73	36,67	16,26	28,17	38,81	39,56	63,71	65,68	36,31	32,54	26,65
Papel e Papelão	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	76,09	60,04	41,71	54,83	sigilo	sigilo
Produtos Mecânicos	42,65	20,26	23,30	11,04	25,49	18,22	18,73	29,62	34,08	35,64	47,61
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	28,26	39,57	35,78	54,18	64,62	49,90	75,88	50,55	49,42	55,41	57,81
Material Plástico	-	sigilo	100	sigilo	sigilo	94,22	95,92	90,40	74,34	73,40	50,97
Produtos de Borracha	sigilo	sigilo	sigilo	100,00	sigilo	100,00	100,00	100,00	100,00	sigilo	sigilo
Bebidas, Líquidos Alcoólicos e Vinagre	sigilo	sigilo	1,05	1,05	1,93	1,47	0,52	1,88	1,50	4,84	sigilo
Mobiliários	50,21	56,09	37,28	48,87	30,66	34,60	43,12	35,46	31,37	23,56	13,76
Editorial e Gráfica	97,37	3,96	96,70	96,48	96,30	97,06	97,45	97,55	96,31	93,60	91,37
Diversos (I e III)	96,39	96,77	87,86	87,32	88,13	87,65	63,32	90,67	89,57	91,13	89,73
Diversos (II)	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	16,94	20,52	69,00	78,37	sigilo	sigilo
Artigos e Artefatos de Madeira	sigilo	97,04	93,09	92,19	93,35	95,26	88,40	91,22	89,01	80,42	83,70
Produtos do Reino Vegetal-In Natura	40,65	1,74	40,35	14,69	2,35	79,68	37,06	59,11	62,10	7,03	44,71
Produtos do Reino Animal-In Natura-Frigoríficos	-	-	sigilo	sigilo	sigilo	100,00	65,57	23,08	22,12	sigilo	sigilo
Fumo e Produtos Derivados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedra e Outros Materiais de Construção	-	-	sigilo	sigilo	sigilo	0,96	12,36	53,32	-	sigilo	-
Couros, Peles e Produtos Similares	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	33,76	91,74	68,39	5,15	-	-
Outras Indústrias	sigilo	100,00	94,69	96,43	89,18	44,86	54,92	77,87	42,05	57,72	sigilo
Total da Indústria de Transformação da RG de Catanduva	64,99	46,74	51,14	56,00	48,43	45,08	43,23	53,62	41,20	30,42	37,02

Fonte: Base de Dados: SEADE - Tabulações Especiais: CEDE-IE/UNICAMP.

Tabela 8: Participação do Valor Adicionado Fiscal da Indústria de Transformação gerada pelo município de Fernandópolis na RG de Fernandópolis. (Em %)

Setores / Anos	1980	1985	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Material de Transporte	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Metalúrgica	96,53	sigilo	97,21	98,99	98,70	99,22	99,12	98,57	99,28	96,52	92,67
Material Elétrico e de Comunicações	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	99,56	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Produtos Químicos	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	100,00	100,00	100,00	2,72	70,95	84,68
Produtos Alimentícios	100,00	sigilo	98,78	99,78	99,98	99,95	99,89	98,11	99,49	26,15	28,22
Produtos Têxteis	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	60,03	59,83	61,52	69,61	74,47	sigilo
Produtos Farmacêuticos, Médicos e Perfumaria	-	-	sigilo	sigilo	sigilo	100	98,49	100	-	-	sigilo
Produtos Minerais Não-Metálicos e Cimento	91,42	94,89	98,74	96,07	78,62	93,84	92,37	98,05	88,20	94,58	98,36
Papel e Papelão	-	-	sigilo	sigilo	sigilo	-	-	0	-	-	-
Produtos Mecânicos	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	100	100,00	100,00	99,12	75,08	100,00
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	sigilo	89,64	79,66	81,33	88,58	91,23	97,31	96,56	97,57	98,21	97,99
Material Plástico	sigilo	-	sigilo	sigilo	-	100,00	100,00	100,00	99,57	sigilo	sigilo
Produtos de Borracha	sigilo	-	-	-	-	-	100,00	85,76	-	sigilo	sigilo
Bebidas, Líquidos Alcoólicos e Vinagre	95,99	100,00	sigilo	100,00	sigilo	100,00	100,00	99,99	99,84	sigilo	sigilo
Mobiliários	100,00	99,16	97,10	99,33	97,74	92,12	96,67	95,70	94,71	80,99	80,21
Editorial e Gráfica	81,70	sigilo	100,00	100	73,79	99,19	100,00	100,00	100,00	86,17	81,86
Diversos (I e III)	sigilo	sigilo	sigilo	100	sigilo	39,82	66,82	61,71	78,62	40,62	39,57
Diversos (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Artigos e Artefatos de Madeira	98,44	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	24,44	43,36	19,02	42,67	sigilo	sigilo
Produtos do Reino Vegetal-In Natura	27,42	93,45	34,53	41,73	70,62	91,96	94,28	77,40	82,05	15,77	23,98
Produtos do Reino Animal-In Natura-Frigoríficos	sigilo	sigilo	sigilo	84,15	53,74	100,00	100,00	42,49	48,17	16,84	33,96
Fumo e Produtos Derivados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedra e Outros Materiais de Construção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Couros, Peles e Produtos Similares	sigilo	sigilo	99,40	97,93	97,50	99,48	99,60	100,00	99,93	sigilo	99,88
Outras Indústrias	-	-	sigilo	sigilo	sigilo	100,00	100,00	100,00	100,00	sigilo	sigilo
Total da Indústria de Transformação da RG de Fernandópolis	85,26	97,39	84,57	80,69	73,94	97,47	98,34	85,23	84,79	52,14	59,78

Fonte: Base de Dados: SEADE - Tabulações Especiais: CEDE-IE/UNICAMP.

Tabela 9: Participação do Valor Adicionado Fiscal da Indústria de Transformação gerada pelo município de Jales na RG de Jales. (Em %)

Setores / Anos	1980	1985	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Material de Transporte	sigilo	-	sigilo	sigilo	sigilo	25,28	3,57	8,25	1,91	sigilo	sigilo
Metalúrgica	67,29	98,48	6,38	12,94	28,72	30,51	11,65	21,28	57,69	42,06	14,82
Material Elétrico e de Comunicações	-	-	-	-	sigilo	14,68	49,11	90,36	96,64	sigilo	sigilo
Produtos Químicos	-	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	100,00	99,77	99,75	96,04	sigilo	sigilo
Produtos Alimentícios	sigilo	sigilo	44,56	67,52	38,89	37,73	60,27	65,50	45,99	19,70	21,07
Produtos Têxteis	sigilo	-	sigilo	sigilo	sigilo	84,69	67,47	66,91	62,57	sigilo	sigilo
Produtos Farmacêuticos, Médicos e Perfumaria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	sigilo
Produtos Minerais Não-Metálicos e Cimento	69,65	sigilo	59,45	86,88	sigilo	50,11	91,64	84,04	64,67	89,38	56,03
Papel e Papelão	-	-	-	-	-	-	-	99,91	98,09	sigilo	sigilo
Produtos Mecânicos	-	-	sigilo	sigilo	sigilo	91,30	87,40	92,02	84,53	85,33	83,40
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	32,20	40,58	12,42	5,08	8,48	5,77	5,16	2,59	2,47	2,37	4,58
Material Plástico	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	27,95	4,41	27,25	67,89	sigilo	sigilo
Produtos de Borracha	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	100,00	100,00	100,00	100,00	sigilo	sigilo
Bebidas, Líquidos Alcoólicos e Vinagre	sigilo	-	sigilo	sigilo	sigilo	95,49	92,51	98,15	96,09	sigilo	sigilo
Mobiliários	2,56	1,98	3,16	2,32	1,65	6,24	4,72	10,73	8,88	6,05	4,03
Editorial e Gráfica	89,25	sigilo	sigilo	47,65	53,35	59,65	56,91	64,45	78,07	59,35	53,59
Diversos (I e III)	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	1,24	21,32	41,99	25,31	sigilo	sigilo
Diversos (II)	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	100,00	100,00	100,00	100,00	sigilo	sigilo
Artigos e Artefatos de Madeira	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	0,09	-	11,44	2,26	sigilo	sigilo
Produtos do Reino Vegetal-In Natura	64,18	11,94	78,47	64,77	75,97	71,63	87,37	81,99	81,30	18,12	17,81
Produtos do Reino Animal-In Natura-Frigoríficos	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	80,42	75,19	71,77	73,18	48,59	50,51
Fumo e Produtos Derivados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedra e Outros Materiais de Construção	-	-	sigilo	-	sigilo	100,00	-	100,00	100,00	sigilo	sigilo
Couros, Peles e Produtos Similares	-	-	sigilo	sigilo	sigilo	100,00	100,00	100,00	96,75	sigilo	sigilo
Outras Indústrias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total da Indústria de Transformação da RG de Jales	56,55	33,32	50,91	51,37	57,70	68,95	61,81	62,96	58,36	38,84	41,30

Fonte: Base de Dados: SEADE - Tabulações Especiais: CEDE-IE/UNICAMP.

Tabela 10: Participação do Valor Adicionado Fiscal da Indústria de Transformação gerada pelo município de São José do Rio Preto na RG de S. J. Rio Preto. (Em %)

Setores / Anos	1980	1985	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Material de Transporte	87,55	82,08	91,79	83,26	89,03	97,08	92,01	86,59	88,50	90,45	94,01
Metalúrgica	40,90	63,97	53,53	56,17	57,83	75,92	69,96	65,55	69,12	70,19	71,92
Material Elétrico e de Comunicações	100,00	100,00	100,00	100,00	99,49	99,81	98,37	99,67	97,76	97,03	94,00
Produtos Químicos	99,40	70,20	66,37	84,07	59,86	68,31	82,39	79,95	89,91	95,67	95,30
Produtos Alimentícios	41,32	20,06	2,97	5,56	2,43	2,99	3,52	5,81	5,30	7,82	7,36
Produtos Têxteis	99,79	99,99	98,83	99,31	99,39	99,20	99,56	99,53	94,88	48,54	47,78
Produtos Farmacêuticos, Médicos e Perfumaria	sigilo	sigilo	97,76	100,00	100,00	93,58	95,52	99,96	97,56	99,99	92,93
Produtos Minerais Não-Metálicos e Cimento	67,58	39,17	42,04	44,18	24,12	33,59	24,61	61,67	37,49	48,52	52,96
Papel e Papelão	100,00	100,00	88,31	60,71	65,90	72,08	50,64	63,10	51,88	63,31	60,39
Produtos Mecânicos	96,22	91,59	95,78	97,27	97,74	97,57	94,35	88,34	86,92	90,64	89,72
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	79,60	73,67	60,80	49,49	54,26	58,40	52,91	61,34	53,47	48,99	47,66
Material Plástico	94,70	92,50	90,51	94,89	96,60	96,31	97,01	91,46	80,02	68,64	54,96
Produtos de Borracha	99,49	95,10	25,83	18,01	14,22	7,50	37,33	72,41	60,89	58,07	40,59
Bebidas, Líquidos Alcoólicos e Vinagre	sigilo	42,29	sigilo	sigilo	sigilo	56,30	61,72	84,83	46,76	40,53	34,80
Mobiliários	43,73	53,88	56,31	60,09	57,46	63,69	49,43	56,00	51,45	55,62	47,82
Editorial e Gráfica	91,04	92,58	88,46	87,41	91,50	91,90	91,02	92,92	90,94	84,00	82,61
Diversos (I e III)	66,16	96,97	55,16	38,30	43,03	91,74	58,89	64,45	69,30	76,75	76,11
Diversos (II)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Artigos e Artefatos de Madeira	35,51	49,07	29,66	36,69	25,94	24,41	16,50	21,87	16,57	16,45	19,30
Produtos do Reino Vegetal-In Natura	19,56	30,09	24,51	49,66	46,10	44,21	31,04	64,92	51,76	24,09	41,37
Produtos do Reino Animal-In Natura-Frigoríficos	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	15,27	7,33	30,48	29,50	20,71	7,61	10,89
Fumo e Produtos Derivados	sigilo	-	sigilo	sigilo	sigilo	-	100,00	-	-	-	sigilo
Pedra e Outros Materiais de Construção	sigilo	sigilo	-	-	-	-	-	-	-	sigilo	sigilo
Couros, Peles e Produtos Similares	61,96	32,48	13,03	19,65	47,52	63,57	12,12	7,45	9,66	13,77	10,82
Outras Indústrias	100,00	100,00	88,47	89,62	93,11	91,13	80,90	91,16	97,52	94,96	99,22
Total da Indústria de Transformação da RG de S. J. do Rio Preto	52,31	52,69	45,04	43,05	43,07	49,85	47,28	57,41	45,26	37,79	34,64

Fonte: Base de Dados: SEADE - Tabulações Especiais: CEDE-IE/UNICAMP.

Tabela 11: Participação do Valor Adicionado Fiscal da Indústria de Transformação gerada pelo município de Votuporanga na RG de Votuporanga. (Em %)

Setores / Anos	1980	1985	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Material de Transporte	99,92	sigilo	sigilo	sigilo	99,95	99,95	99,95	100,00	99,92	99,99	99,98
Metalúrgica	92,23	91,09	93,40	85,51	89,03	94,00	91,41	86,35	38,00	71,46	65,13
Material Elétrico e de Comunicações	-	-	sigilo	sigilo	100,00	100,00	100,00	100,00	59,62	sigilo	sigilo
Produtos Químicos	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	100,00	56,10	0	-	sigilo	sigilo
Produtos Alimentícios	99,89	sigilo	94,88	98,38	99,81	95,34	92,57	81,11	85,46	22,46	27,13
Produtos Têxteis	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	81,99	94,47	87,85	100,00	11,46	19,17
Produtos Farmacêuticos, Médicos e Perfumaria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	sigilo
Produtos Minerais Não-Metálicos e Cimento	73,06	60,64	55,13	47,18	62,74	81,74	77,81	74,72	81,82	87,80	78,58
Papel e Papelão	sigilo	-	sigilo	sigilo	sigilo	100,00	100,00	100,00	100,00	sigilo	27,92
Produtos Mecânicos	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	34,02	48,21	15,14	11,72	9,88	16,72
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	sigilo	94,73	88,61	93,48	91,92	93,43	93,45	84,91	75,79	78,54	87,99
Material Plástico	100,00	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	100	100,00	98,71	73,92	sigilo	sigilo
Produtos de Borracha	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	3,07	54,71	84,99	89,16	sigilo	sigilo
Bebidas, Líquidos Alcoólicos e Vinagre	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	97,53	98,99	96,47	98,02	sigilo	sigilo
Mobiliários	91,83	91,92	90,58	91,80	88,51	87,20	82,30	83,18	75,95	64,62	63,96
Editorial e Gráfica	88,95	sigilo	80,60	51,21	69,82	46,64	64,76	61,25	60,81	55,09	58,20
Diversos (I e III)	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	sigilo	69,42	8,91	33,32	54,27	51,72	49,00
Diversos (II)	sigilo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Artigos e Artefatos de Madeira	81,15	sigilo	93,21	97,53	98,14	89,53	93,74	99,34	98,17	96,49	95,67
Produtos do Reino Vegetal-In Natura	68,43	73,84	45,20	58,69	11,87	13,35	90,84	78,79	12,16	32,95	23,01
Produtos do Reino Animal-In Natura-Frigoríficos	sigilo	sigilo	75,44	76,21	94,57	93,54	97,46	96,76	46,50	30,98	25,50
Fumo e Produtos Derivados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedra e Outros Materiais de Construção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Couros, Peles e Produtos Similares	sigilo	sigilo	97,48	95,68	94,08	90,49	89,96	97,66	94,01	95,38	92,04
Outras Indústrias	sigilo	-	sigilo	sigilo	-	-	-	-	-	sigilo	sigilo
Total da Indústria de Transformação da RG de Votuporanga	92,10	93,83	84,51	81,91	89,56	89,63	91,86	88,84	77,50	49,39	47,99

Fonte: Base de Dados: SEADE - Tabulações Especiais: CEDE-IE/UNICAMP.